



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

INÁCIA BATISTA DE BRITO

**A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO À
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

INÁCIA BATISTA DE BRITO

**A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO À
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Dissertação de mestrado apresentada à banca do Programa de Pós – Graduação em Serviço Social (PROSS) da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Helena Santana Cruz

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Brito, Inácia Batista de
B862r A rede de proteção e o enfrentamento à violência doméstica contra
crianças e adolescentes / Inácia Batista de Brito; orientadora Maria
Helena Santana Cruz. – São Cristóvão, 2016.
126 f.: il.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal
de Sergipe, 2016.

1. Serviço social. 2. Violência familiar. 3. Assistência a menores. 4.
Assistência social. I. Cruz, Maria Helena Santana, orient. II. Título.

CDU 364.632-053.2/.6



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

INÁCIA BATISTA DE BRITO

**A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO À
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Dissertação de mestrado submetida à banca para obtenção do título de mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós – Graduação em Serviço Social (PROSS) da Universidade Federal de Sergipe.

Aprovada em: 31 de maio de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Maria Helena Santana Cruz - Orientadora

Prof^a. Dr^a. Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves - PROSS/UFS

Prof.^a Dr.^a Elza Ferreira Santos - IFS/SE

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2016

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, que ao longo da minha vida foi sempre uma grande incentivadora para que eu me dedicasse aos estudos. Sem o incentivo dela não teria conseguido vencer os grandes desafios como: passar no vestibular, concluir o curso de serviço social e chegar a concluir o mestrado e serviço social. A você dona Luzia, minha eterna gratidão!

A toda minha família, irmãs, irmãos, sobrinhos e sobrinhas pelo apoio, incentivo e compreensão, que apesar da distância geográfica, sempre estão na torcida por mim em tudo que faço. Quero agradecer especialmente a minha irmã Rivanete Brito e minha sobrinha e afilhada Luana Batista que acompanharam bem de perto minha caminhada para concluir o mestrado.

Ao meu companheiro de longas datas, Paulo Diniz, que desde a minha graduação em serviço social, nos tempos da UEPB em Campina Grande/PB, sempre me ajudou a superar os desafios, a acreditar em mim e a crescer profissionalmente. Sou grata a você pelo incentivo e apoio em todos os momentos de minha vida.

À minha querida orientadora, Dr^a Maria Helena Santana Cruz, grande intelectual e pesquisadora. Serei eternamente grata pelo nosso “encontro acadêmico”. Durante o doloroso e sofrido percurso do mestrado, pude aprender muito com você. Sou grata pela sua paciência, apoio, incentivo e autonomia dispensada no processo de construção deste estudo e enriquecimento teórico.

Aos professores (as) do Programa de Pós-graduação em Serviço Social- PROSS, pelo processo de aprendizado contínuo durante os dois anos do mestrado. Um agradecimento especial a Prof^a Dr^a Maria da Conceição Vasconcelos (Lica), um exemplo como profissional e docente, sempre nos incentivando a continuar crescendo academicamente.

A equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social de Umbaúba/SE, espaço onde exerço a minha profissão. Obrigada pelo apoio irrestrito e compreensão das minhas inúmeras ausências durante os dois anos que me dediquei ao mestrado. Sou grata a todos os colegas de trabalho, especialmente a secretária e amiga Sônia Izabel, que sempre me incentivou a crescer profissionalmente.

Agradecimento especial a todos os gestores (as), aos profissionais e conselheiros da cidade de Itabaianinha/SE, que se dispuseram a participar da pesquisa. Aqui registro um

agradecimento especial à equipe do CREAS, na pessoa da Psicóloga e amiga, Lorena Magno Dantas.

Aos amigos da turma do mestrado 2014.1. Que turma! Com vocês e aprendi e aprendo muito. Catarina, Elaine (Bia), Evaneide (EVA), Ilma, Conceição, Fátima, Larissa, Ana Flávia, Simone Dativo, Simone Moreira, Michele. Meninas, nossa amizade será para sempre. .

Aos colegas do grupo de pesquisa, EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO, PROCESSO DE TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO(CNPQ/UFS) do Programa de pós-graduação em educação da UFS, coordenado pelos professores, Prof^a. Dra. Maria Helena Santana Cruz; Prof. Dr. Alfrâncio Ferreira Dias. Agradeço pelo incentivo e pelas discussões profícuas dos nossos encontros.

Agradecimento especial aos funcionários do PROSS, Lorena, Walter e Ana, sempre tão solícitos em nos atender. Obrigada pela atenção, apoio e incentivo.

RESUMO

A pesquisa objetivou analisar sob a perspectiva de gênero, o trabalho de gestoras, profissionais e conselheiras que integram a Rede de Proteção Social a Crianças e Adolescentes no município de Itabaianinha/SE, destacando as experiências e desafios enfrentados na articulação, estruturação e prevenção de ações de atendimento, no sentido de ampliar os direitos e a cidadania de crianças e adolescentes, vítimas de violência doméstica. A abordagem do fenômeno da violência doméstica contra crianças e adolescentes está ancorada na perspectiva de totalidade constituída através de processos, onde a realidade é vista de forma crítica, histórica, contraditória e dialética. Buscamos romper com a ideia de que a violência doméstica pode ser compreendida apenas pela aparência dos fatos e naturalizada como um “problema social” de cunho familiar, doméstico, onde o Estado não tem capacidade de intervir. A pesquisa de natureza qualitativa realizou-se com a consulta a fontes bibliográficas e documentais, priorizando-se as fontes orais por meio de entrevistas com 14 sujeitos da pesquisa: representantes da rede de proteção social, 01 gestor(a) da Secretaria Municipal de Assistência Social, 01 Gestor(a) da Secretaria Municipal de Educação, 01 Gestor(a) da Secretaria Municipal de Saúde, 01 conselheiro(a) tutelar, 01 representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, a equipe técnica do CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, composta por 02 Assistente Social 01 Psicólogo e 01 coordenador, a equipe técnica do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, composta por 01 Assistente Social, 01 psicólogo e 01 coordenador. As profissionais expressam a importância da capacitação profissional em gênero para a atuação nas políticas públicas sociais, entretanto não mencionam experiências neste sentido, voltadas aos multiplicadores da área, para o atendimento às crianças e grupos em situação de vulnerabilidade, a fim de assegurar um atendimento mais humanizado e orientação efetiva na busca de proteção e de garantia de direitos.

Palavras-Chave: Rede de Proteção Social. Violência Doméstica. Crianças e Adolescentes. Gênero.

ABSTRACT

The research aimed to analyze from a gender perspective, the work of Managers, Professionals and Counselors that make up the Social Protection Network for Children and Adolescents in the municipality of Itabaianinha/SE, highlighting experiences and challenges faced in the joint, structuring and preventive care actions, to extend the rights and citizenship of children and adolescents victims of domestic violence. The approach of the phenomenon domestic violence against children and adolescents is anchored in full perspective formed by processes, where reality is seen critically, historical, contradictory and dialectical. We seek to break with the idea of domestic violence can be understood only by the appearance of the facts and naturalized as a "social problem" family nature, domestic, where the State is unable to intervene. The qualitative research was conducted with the consultation of bibliographic and documentary sources, giving priority to oral sources through interviews with 14 research subjects: Representatives of Social Protection Network, one Manager of the Municipal Secretariat of Social Assistance, one Manager of the Municipal Department of Education, (01) Manager of the Municipal Department of Health, onr Tutor Counselor, one Representative of the Municipal Children's and Adolescents Rights Council, technical staff of CREAS - Specialized Social Assistance Reference Center, consisting of two Social Workers, one Psychologist and one Coordinator, the technical staff of CRAS – Social Assistance Reference Center one Social Worker, one Psychologist and onr Coordinator). The professionals express the importance of vocational training in gender for the performance in social public policies, but do not mention experiments in this way, aimed at multiplying the area, for the children care and groups in vulnerable situations in order to ensure a more humanized care and effective guidance in search of protection and guarantee of rights.

Keywords: Social Protection Network. Domestic Violence. Children and Adolescents. Gender.

LISTAS DE SIGLAS

ABRAPIA - Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência

CAPS- Caixas de Aposentadoria e Pensões

CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONANDA- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente

CRAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA- Estatuto da criança e do Adolescente

FUNRURAL-Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

IAPS- Instituto de Aposentadorias e Pensões

PAEFI-Serviço de Proteção Especializado à Família

PAIF- Serviço de Proteção Integral à Família

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social

SIPIA- Sistema de Informação para Infância e Adolescência

SINAN - Sistema de Informação Agravos e Notificação

SNDH- Secretária Nacional dos Direitos Humanos

SUAS-Sistema Único de Assistência Social

SUS- Sistema Único de Saúde

VD- Violência Doméstica

VDCA- Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes

ONU- Organização das Nações Unidas

ONG´s- Organizações não- governamentais

OMS-Organização Mundial da Saúde

UNICEF- Funda das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE TABELAS

TABELA 01- NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO CREAS.....	23
TABELA 02- VIOLÊNCIA SEGUNDO UF/REGIÃO E FAIXAS ETÁRIAS.....	72
TABELA 03- VIOLÊNCIA SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA.....	73
TABELA 04- LOCAL DE OCORRÊNCIA E FAIXA ETÁRIA DAS VÍTIMAS.....	74
TABELA 05 – TIPO DE VIOLÊNCIA E FAIXA ETÁRIA DAS VÍTIMAS.....	74
TABELA 5.1- VIOLÊNCIA FÍSICA SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA DAS VÍTIMAS.....	75
TABELA 5.2 - VIOLÊNCIA SEXUAL SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA DAS VÍTIMAS.....	76
TABELA 5.2.1- ESTUPRO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA DAS VÍTIMAS.....	76
TABELA 5.2.2-ASSÉDIO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA DAS VÍTIMAS.....	76
TABELA 5.2.3- ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA DAS VÍTIMAS.....	76
TABELA 06 – RELAÇÃO COM O AGRESSOR E FAIXA ETÁRIA DAS VÍTIMAS...	77
TABELA 07-TIPOS DE VIOLAÇÃO MAIS RECORRENTE EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	79

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - QUANTIDADE DE CASOS ASSISTIDOS PELO CREAS EM 2014.....	81
GRÁFICO 02 - QUANTIDADE DE CASOS ATENDIDOS PELO CREAS EM 2015....	82

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
 CAPÍTULO I - A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL DE ATENÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	 28
1.1 Aspectos Históricos das Políticas Sociais	28
1.2 As Particularidades das Políticas Sociais no Brasil	31
1.3 Infância e adolescência no Brasil: da República velha à abertura política e democrática	34
 CAPÍTULO II - PROTEÇÃO SOCIAL E REDE DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	 47
2.1 Políticas Públicas e Rede de Proteção Social	47
2.2 Intersetorialidade e Políticas Públicas	53
2.3 A família como espaço de manifestações da violência contra crianças e adolescentes	57
 CAPÍTULO III - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E GÊNERO	 60
3.1 Considerações sobre gênero	62
3.2 Desigualdades de gênero e violência doméstica contra crianças e adolescentes	65
3.3 O Cenário brasileiro de enfrentamento a violência doméstica contra crianças e adolescentes	71
3.4 O contexto da violência doméstica contra crianças e adolescentes no município de Itabaianinha/SE	80
 CAPÍTULO IV - A DINÂMICA DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL DESTINADA ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA/SE	 82
4.1 Atribuições dos gestores e profissionais sobre os serviços de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica	86
4.2 As experiências de gestores e profissionais sobre a Rede de Proteção Social ao Enfrentamento a violência doméstica contra crianças e adolescentes	89

4.2.1 Concepções dos (as) gestores, profissionais e conselheiros (as) sobre a violência doméstica	91
4.2.2 Perspectivas sobre o funcionamento da Rede de Proteção Social e estratégias de enfrentamento à violência doméstica	94
4.2.3 Operacionalização e funcionamento do registro de notificação em casos de violência doméstica	97
4.2.4 Capacitação dos atores que compõem a Rede de Proteção Social	100
4.2.5 Familiaridade com diferenças e desigualdades de gênero	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104

REFERÊNCIAS

APÊNDICE

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Perseguir e perquirir a dinâmica e dimensões da violência que se objetiva na sociedade contemporânea sua produção e reprodução não é apenas um desafio, mas uma necessidade para descortinar a trama que envolve as relações sociais neste início de século. O interesse pelo tema desta pesquisa teve origem em minha experiência profissional desenvolvida no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS¹, unidade da Política de Assistência Social responsável pelo atendimento a vítimas de todos os tipos de violação de direitos, entre elas crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica no Município de Itabaianinha, em Sergipe. A violência doméstica é compreendida como uma das expressões da “questão social”, no contexto do capitalismo monopolista e do Estado neoliberal. Neste contexto profissional, foi possível observar situações de violência vivenciadas por diversas famílias, e nos inquietava compreender melhor tal fenômeno e perceber como as políticas públicas que compõem a Rede de Proteção Social Municipal tem se articulado no enfrentamento à violência doméstica, no momento em que o país passa por um desmonte e desestruturação das Políticas Sociais.

Analisar as múltiplas expressões da violência na contemporaneidade nos diversos espaços socioocupacionais em que os assistentes sociais atuam profissionalmente (IAMAMOTO E CARVALHO 1995), é condição básica para um exercício teórico-prático crítico que se proponha a perseguir, perquirir e reconstruir, ainda que não exatamente, o movimento do real como ‘concreto pensado’ Marx (1889). Trata-se de uma iniciativa que, certamente, não se limita ao Serviço Social, mas o desafia no sentido de discutir a violência como uma categoria que se objetiva (heterogeneamente, mas não isoladamente), sob dadas condições sócio-históricas, como um complexo social que envolve essa profissão e seus profissionais, pois exige deles posicionamentos e ações que possam criar, reafirmar ou inibir processos violentos.

Neste sentido, a interlocução do Serviço Social com essa questão se faz necessária. Uma vez que a violência de gênero é um fenômeno social, deve ser enfrentada através de um conjunto de estratégias políticas e de intervenção social direta. O tema violência doméstica

¹ De acordo com a Política Nacional de Assistência Social- PNAS/2005, o CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social, é uma unidade Pública Estatal, vinculado à Política Pública de Assistência Social, que tem por objetivo atender pessoas/indivíduos e seus familiares vítimas de algum tipo de violência, disponibilizado para comunidade o acesso ao atendimento psicossocial e aos serviços, programas e projetos da rede socio-assistencial de Proteção Social.

contra crianças e adolescentes (VDCCA) é um fenômeno que traz à tona a questão da agressividade no ser humano e levanta reflexões inclusive sobre suas causas e consequências.

A violência doméstica contra crianças e adolescentes constitui-se como um complexo de ordem estrutural e social que integra um processo de reprodução do capital na contemporaneidade. Enquanto fenômeno fruto do processo de produção e reprodução das relações sociais que se estabelecem na sociedade burguesa, e configura-se com um marco fundante nas contradições entre o sistema capitalista e o mundo do trabalho sob os marcos da (contra) reforma, vivenciado no estado brasileiro, (BEHRING e BOSCHETTI, 2008). É um fenômeno multifacetado, que marca de forma profunda a vida de crianças adolescentes vitimadas e de suas famílias, fazendo emergir a demanda dos serviços de atendimento de proteção social que seja capaz de construir ferramentas para enfrentá-lo e combatê-lo. Isto nos remete a necessidade de construir caminhos entre os atores que compõem a rede de forma interdisciplinar dada a complexidade deste fenômeno.

Mais do que enfrentar um assunto extremamente diversificado que forçosamente tem incomodado a sociedade brasileira, estamos diante de um tema concretamente fincado na realidade, o qual impacta e se imbrica com o trabalho² de vários profissionais exigindo deles novas respostas que podem ou não endossar o círculo social violento. Muitos profissionais, por não terem uma visão mais ampla sobre o assunto, ao depararem com uma situação dessa natureza, sentem-se inseguros e incapazes de promover os encaminhamentos necessários para minimizar e/ou solucionar a problemática. A par desta realidade, adverte-se para a necessidade dos profissionais entenderem o fenômeno da violência, sua importância no processo de identificação, atendimento, apoio às vítimas e prevenção de novos casos, precisando para tanto estarem qualificados.

Embora a violência doméstica contra crianças e adolescentes aparentemente possa ser entendida como um problema típico da contemporaneidade, não podemos desconsiderar que historicamente a violência sempre esteve presente na vida de crianças e adolescentes as quais sempre estiveram em um lugar desprivilegiado, de desatenção, exploração, abandono e maus-tratos, ou seja, meninos(as) sempre foram vítimas, tanto por parte da família, como por parte do Estado. Apesar de as crianças e adolescentes serem suas mais frequentes vítimas, é difícil

² O trabalho profissional somente pode existir (no sentido marxiano da palavra) quando este se configura como prática profissional (entendida como relação crítica entre teoria e prática edificada a partir dos desafios concretos impostos à profissão) vinculada às condições objetivas de trabalho assalariado. Cf. MARX, Karl. **O capital**. São Paulo. Abril Cultural, 1983, Livro 1, v1.

avaliar com precisão a incidência da violência, uma vez que os estudos sobre o tema, nos diversos países, encontram-se em diferentes etapas. Isso ocorre principalmente pelas dificuldades na coleta de dados e na realização de denúncias que envolvam a temática da violência, fatores esses que interferem na realização de estimativas seguras³.

No Brasil tal situação só foi alterada na forma da Lei a partir da aprovação da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente, na qual a partir da concepção da Doutrina da Proteção Integral, foi possível pensar e formular planos, programas e projetos, instituindo de forma legal os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares. Tais documentos são voltados para o enfrentamento das diversas violações de direitos, entre elas todas as formas de violência doméstica contra crianças e adolescentes. Nos diversos contextos de trabalho, é possível obter estatísticas sobre a incidência dos episódios de violência.

Nessa linha de reflexão foram pensadas algumas *questões* como: As políticas sociais cada vez mais focalizadas e segmentadas, podem garantir proteção social? Como a rede de proteção social do município de Itabaianinha/SE tem se articulado, construído propostas de prevenção, enfrentamento e atendimento a situações de violência doméstica contra crianças e adolescentes? Quais as contradições que interferem diretamente na concretização do trabalho dos atores que compõem o Sistema de Garantia de Direitos e da Rede de Proteção Social? Os (as) gestores, profissionais e conselheiros (as) percebem as diferenças de gênero nas expressões da violência doméstica praticada contra crianças e adolescentes? Os (as) gestores, profissionais e conselheiros valorizam a capacitação/formação para o trabalho/atuação qualificada no atendimento destas demandas?

O objeto desta pesquisa no plano teórico e empírico centra-se nas experiências e desafios enfrentados por gestores (as), profissionais e conselheiros (as) no cotidiano de trabalho, na articulação, estruturação, enfrentamento e prevenção de ações de atendimento na Rede de Proteção Social às Crianças e Adolescentes vítimas de violência doméstica, no sentido de ampliar os direitos destes usuários e suas demandas no município de Itabaianinha/SE. Em outras palavras, busca-se desvelar neste contexto, as estruturas, as práticas, os conflitos, as lutas e os modos de dominação enfrentados, visto que gestores(as), profissionais e conselheiros(as) agem no interior do espaço institucional, são dotados de

³ Cf. ABRANCHES & ASSIS, 2011; ASSIS, AVANCI, PESCE, & XIMENES, 2009; AZEVEDO & GUERRA, 2005; MINISTÉRIOD DA SAÚDE, 2008.

disposições, com competências específicas, que se confrontam entre si para legitimar uma concepção de mundo.

Apesar das profundas transformações ocorridas no cenário nacional e internacional, tornando-se uma política pública, um dever do Estado, o atendimento da criança e do adolescente ainda é marcado, em alguns casos, na esfera privada e na esfera pública, pelo critério particular, pela boa vontade, pela caridade, em detrimento do direito de cidadania. Entende-se que a doutrina da proteção integral implica um processo de reconstrução de valores, outra cultura, uma nova postura, enfim, a construção de novas práticas sociais e de proteção. Especialmente no Brasil, a doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente foi consolidada, buscando promover, nessa população, os direitos atribuídos a todos os cidadãos, pela sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento e em situação de risco, expressando um conjunto de direitos a serem assegurados com absoluta prioridade por meio das políticas públicas.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar sob a perspectiva de gênero o trabalho de gestores (as), profissionais e conselheiros (as) que integram a Rede de Proteção Social a crianças e adolescentes, as experiências e desafios enfrentados na articulação, estruturação e prevenção de ações de atendimento, no sentido de ampliar os direitos e a cidadania de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica no município de Itabaianinha/SE.

Tem-se como objetivos específicos: Caracterizar a estrutura e organização da Rede de Proteção Social, a forma como são delimitados e compartilhados o poder, os recursos humanos, no enfrentamento a violência doméstica contra crianças e adolescentes; identificar a forma de registro de notificação e a utilização do Guia para atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência no município de Itabaianinha/SE; estimar a perspectiva de gestores (as), profissionais e conselheiros (as) sobre o funcionamento da Rede de Proteção Social no que se refere à prevenção, atendimento e estratégias de enfrentamento à violência doméstica contra crianças e adolescentes; analisar a valorização da formação/capacitação dos (as) para uma atuação qualificada de atores que compõem a Rede de Proteção Social de atenção à crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica do município de Itabaianinha/SE; aferir a familiaridade com as diferenças de gênero nos episódios de violência com crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica.

A população de "crianças e adolescentes" não é homogênea quanto ao reconhecimento das desigualdades produzidas historicamente pelas culturas e códigos de distanciamento,

aspectos que dificultam a promoção da equidade. A desigualdade reforçou o "apartheid", e a tradução no plano legal foi a criação de leis "especiais" para crianças pobres em que estas aparecem como objeto e não sujeito. A concepção paradigmática de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos representa uma tentativa de ruptura de ordem social hoje existente, apresentando uma demanda por justiça e por equidade social, não apenas no que diz respeito à quantidade de serviços e ações voltadas para todo o conjunto da população infanto-juvenil. O que parece imprescindível, no caso, é uma mudança na forma de gestão das políticas sociais voltadas para a multidão de crianças visíveis e ocultas, que eleve, de fato, o padrão de sua inserção social.

A questão da violência doméstica é um fenômeno complexo que pode trazer prejuízos para o desenvolvimento do sujeito, fazendo-se necessárias intervenções interdisciplinares especializadas, continuadas e articuladas. Assim, acredita-se que é de suma importância aprofundar a temática do atendimento estruturado da rede de proteção à criança e adolescente vítimas de violência.

A pesquisa preconizou como hipótese que a constituição da Rede de Proteção Social (pensada em termos ideais) tem como eixo central a defesa, a prevenção, articulação e proteção e dos direitos das crianças e adolescentes, envolvendo todos os atores na responsabilidade em pensar ações de prevenção e proteção às vítimas de violência doméstica contra crianças adolescentes. Contudo, mesmo com todos os avanços obtidos em torno de um arcabouço legal, com a implantação de programas, projetos, campanha educativa e preventiva infere-se, portanto, que as ações propostas ainda são fragmentadas e desarticuladas. Isto porque, o trabalho dos atores que compõem a Rede de Proteção Social em geral mostra-se focalizado no atendimento às vítimas, operando com dificuldades no setor público, dada a permanência da cultura organizacional das políticas sociais marcadas historicamente pela hierarquia, setorialização e centralização do poder de decisões.

Na composição da Rede de Proteção Social, estão envolvidos os atores das polícias públicas de Assistência Social, Saúde, Educação, e também atores do sistema de garantia de direitos, Ministério Público, Poder Judiciário, e controle social, conselho tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em tese, os atores deveriam ser capacitados com o desenvolvimento de novas competências particularmente para este tipo de trabalho.

Nessa linha de reflexão, é pretensão desta pesquisa, trazer para o foco/cerne da

discussão a Rede de Proteção Social e o enfrentamento de situações de violência doméstica contra crianças e adolescentes, em um contexto de crise do capital, em que as Políticas Sociais têm apresentado um caráter focalizado, segmentado, fruto do processo de globalização e do Estado Neoliberal. Neste contexto, o enfrentamento real da violência doméstica contra crianças e adolescentes depende da organização do conjunto de políticas públicas nas áreas da Saúde, Assistência Social, Segurança Pública, Educação, Justiça, controle social entre outros; que proporcionem a efetiva proteção e garantia de direitos desse público. Tais serviços devem atuar de forma articulada e intersetorial, objetivando alcançar a integralidade da assistência às crianças e adolescentes vítimas de violência. As políticas públicas são entendidas como territórios de ensino, atuando como pedagogias engajadas na formação de corpos marcados por normas regulatórias de gênero, mas também como territórios de (des) aprendizagem, na medida em que experimentações de gênero friccionam e subvertem tais normas, abrindo corpos ao descaminho.

A violência doméstica é um fenômeno “virulentamente democrático”, isto porque, atinge indivíduos de todas as etnias, classes sociais ou religião, embora seja mais visível nas classes populares, as quais estão mais sujeitas à exposição social e consequente perda de sua privacidade. Significa dizer, que a violência é heterogênea e multifacetada, se particulariza atingindo diferentes segmentos sociais (jovens, mulheres, idosos, famílias, grupos, movimentos sociais, entre outros), classes sociais diversas (dos miseráveis aos milionários – ainda que, evidentemente, objective-se com intensidades variadas e conte com instrumentos de defesa igualmente diferentes e desiguais) e imediatamente se manifesta por meio de marcas físicas ou psicológicas, sentidas por indivíduos. Certamente que as expressões particulares da violência não estão circunscritas às camadas pobres, ainda que se materializem nelas sob condições peculiares (como vítimas ou agentes reprodutores). Mas é necessário reconhecer que as condições materiais de existência e a sociabilidade nela formada são componentes insuprimíveis para a explicação desse fenômeno mesmo que seja para ressaltar as faltas ou os excessos por onde as relações sociais – burguesas – constituem-se, cada vez mais, como ‘relações causais’.

As desigualdades sociais particularizadas e fundamentadas, sob as condições objetivas oferecidas pelo capitalismo (a apropriação privada da produção social), possibilitam a materialização de diferentes formas de violência. Esse aspecto relacionado à questão social – intrínseca à natureza da propriedade privada, precisa ser considerado na formação profissional

do assistente social ao se discutir as expressões da violência no Serviço Social. Particularmente, os assistentes sociais possuem uma inserção profissional altamente relevante no campo da violência (embora isso nem sempre pareça claro para eles próprios), espaço esse que pode e deve servir como um verdadeiro celeiro empírico necessário e insuprimível, apontando para o ponto de partida e o de chegada da práxis profissional.

A partir do entendimento de que há um atravessamento de gênero na produção da violência, na gestão e no cuidado em saúde, e de que a incorporação de formas específicas de subjetivar feminilidades e masculinidades se revertem em práticas específicas de produção de atendimentos em saúde, parece também ser interessante produzir, com o empreendimento desta pesquisa, espaços coletivos de discussão sobre gênero, ensaiando outros modos de uso de tal conceito e rastreando outras formas de experimentar gênero e de (co)fomentar sua normatividade bem ali no bojo das políticas públicas. Nessa direção, todas as questões de seguridade, de higiene pública, de proteção à saúde e ao bem-estar, de assistência, todas as políticas sociais e seus serviços são entendidos como elementos com possibilidade de incrementar o capital humano, ou seja, como elementos pedagógicos (VASCONCELOS, 2015).

Atualmente, a violência doméstica tem sido considerada também, como um problema de Saúde Pública, pois tem ganhado importantes espaços estatísticos, sendo com isso um tema de emergência discutido em todas as classes sociais, além de estar associado a diversos fatores, como desorganização familiar (instabilidade), alcoolismo (dificuldade do agressor em suportar perdas e frustrações), punição como educação (autoritarismo) e antecedentes psiquiátricos (fragilidade, depressão). Neste contexto, a família que vivencia alguma forma de violência doméstica, de certa forma, abandona seu lado protetor e assume o lado agressor, pois as pessoas são vitimadas no silêncio de seus lares, onde o agressor geralmente conta com a cumplicidade de outros membros da família por medo, insegurança ou indecisão, numa postura de não comprometimento com o agredido e de dependência (tanto financeira como psicológica) com o agressor.

Nesta perspectiva, a família é a primeira unidade social na qual o indivíduo se insere, sendo responsável tanto pelo processo de socialização quanto pela proteção de seus descendentes (SZYMANSKI, 1992). Espera-se que a família eduque seus filhos balizando seus comportamentos, ao indicar o certo e o errado, e protegendo-os de situações que sozinhos não teriam condições de enfrentar. Nas famílias que praticam violência, esta lógica

encontra-se alternada, tendo em vista que muitas vezes os membros “protetores” são exatamente os quem infringem esta concepção social e transformam-se em agressores. Ainda que não seja a realidade somente de famílias de grupos populares, a violência doméstica é um problema de saúde pública, sendo vivenciado por muitas famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social (GONÇALVES & FERREIRA, 2002).

Podemos observar a cada dia, nos mais diversos meios de comunicação, denúncias de um aumento significativo dos casos de violência contra a criança e o adolescente e registros destes episódios, nos Conselhos Tutelares e Delegacias especializadas. Entretanto, as estatísticas não revelam a real dimensão desta situação alarmante em que muitas crianças e adolescentes ainda estão enfrentando calados e amedrontados. Esta violência representa o abuso de poder, a cultura do machismo, a predominância do mais forte sobre o mais fraco, em um cenário marcado pela negação dos direitos fundamentais em face de uma sociabilidade capitalista cada vez mais perversa e degradante.

Esta adversidade observada com o aumento significativo dos casos de violência contra a criança e o adolescente, é fruto do aumento da desigualdade social, da exploração da classe trabalhadora em função do projeto de acumulação do capital. O recrudescimento da violência contra crianças e adolescentes, portanto, deve ser entendida como expressão da questão social que se materializa na vida cotidiana, nos valores, costumes de uma sociabilidade marcada pelo signo da barbárie.

No Brasil, observamos que 65% dos casos de vítimas agredidas por familiares e/ou parentes, meninas/ mulheres, expressão que se repete em diversos outros países, do 1º ou do 3º mundo (BUNCH, 1991). Tais dados revelam o poder masculino, manifesto numa estrutura social culturalmente patriarcal, na qual a desigualdade transforma as diferenças homem/mulher, adulto/criança, em relações de violência dentro da esfera doméstica. A desigualdade entre os sexos feminino/masculino; adulto/infantil e a assimetria existente entre aquele que manda e aquele que obedece legitimada pela sociedade, constitui um obstáculo por muitos considerado intransponível. Entretanto, apesar de presente em toda a história da humanidade e em todas as classes (VIEZZER, 1989), consideramos que essa assimetria não é dada pela natureza, ela é uma construção social, isto porque a maneira de agir do ser humano tem como causa, fatores individuais e sociais e não próprias da natureza humana, tão pouco como herança biológica.

Conforme aponta a literatura relacionada com as questões de violência, muitas das mulheres conheceram a violência ainda em sua infância, como vítimas e/ou testemunhas de abusos sofridos por elas e/ou por suas mães. Tal fato pode, segundo uma perspectiva baseada na reflexão sobre a incorporação do *habitus* (BOURDIEU e PASSEROM, 1975) gera uma maior tolerância e envolvimento com relação à violência, que acaba por se cotidianizar, se intensificar e até mesmo se “banalizar” como algo comum ou até esperado, na condição de mulher ou criança.

As mudanças ocorridas na sociedade moderna, o processo de mudança do capitalismo concorrencial para a sua fase monopolista, a globalização, trouxe em sua essência mudanças significativas na relação capital/trabalho, acarretando mudanças severas na vida das famílias. Novos valores são colocado a partir da lógica do consumo, vão sendo construídos novas necessidades. A alteração radical na legislação brasileira nos remete nesse trabalho a compreender a situação social, histórica, cultural e econômica de famílias que vivenciam a dinâmica da violência doméstica, sendo fundamental entender a violência a partir da perspectiva da sua totalidade, como expressão da “questão social”, ou seja, de contradições entre capital/trabalho.

O fenômeno da violência evidencia-se sobre diversas formas, conforme anteriormente assinalado, como produto da desigualdade social existente em nossa sociedade, ganha novos contornos como expressão da “questão social”, demarca a distância de oportunidades entre as camadas mais ricas e as mais pobres da população, de modo que o não acesso a bens culturais, ao lazer e ao trabalho figuram como alguns dos seus componentes geradores. A “questão social” corresponde às expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura com forte intermediação do Estado. Tem sua origem no caráter da produção, responde à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – dos meios de produção, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do ‘trabalhador livre’ necessita venda de sua força de trabalho para suprir suas necessidades vitais [...]. Tem a ver com a gênese da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos trabalhistas, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, especialmente pelo Estado (IAMAMOTO, 2008).

Para um melhor entendimento da “questão social” é fundamental compreender os seus fundamentos, é uma expressão que começa a ser utilizada na terceira década do século XIX. Segundo Netto (2007), tal expressão surge no sentido de compreender o fenômeno que o autor

chama de “pauperismo”. Os diversos tipos e manifestações de violência física, simbólica e institucional que hoje ocupam a sociedade, ou que nela são produzidas, podem trazer consequências graves, as quais repercutem tanto na qualidade de vida, quanto na garantia de uma identidade positiva e de uma experiência de vida segura e cidadã. O fato é que tais caminhos vêm sendo construídos, e em que pese esforços importantes, muitas vezes defrontam-se com enormes desafios que dizem respeito às condições estruturais de funcionamento.

Com relação às dimensões ético-políticas que envolvem o fenômeno da violência, o enfrentamento do fenômeno requer, portanto, intensivos cuidados de várias naturezas para uma atuação qualificada, o que tem desafiado os gestores de políticas públicas. Os dados mapeados a partir da década de 1990, retratam um quadro de morte e violações de direitos vivenciadas por crianças e adolescentes no país,

[No Brasil,] no período de 1990 a 2000, morreram, segundo dados do ministério da saúde, 211.918 crianças e adolescentes por acidentes e violências, sendo 59.203 crianças na idade de 0 a 9 anos; 35.512 púberes de 10 a 14 anos e 119.203 adolescentes de 15 a 19 anos. Esses números são impressionantes, principalmente quando comparados aos 164.824 óbitos desses mesmos grupos etários por doenças infecciosas (SILVA e SILVA, 2005, p.42).

O aspecto que mais chama atenção, sobre a coleta de informações em relação à violência contra crianças e adolescentes no Brasil, é a existência de um grande número de instituições estatais e da sociedade civil envolvidas com a temática. Além disso, existe ainda uma enorme produção acadêmica, estudos analíticos e comparativos, pesquisas de instituições públicas, produzidos tanto por organismos nacionais, como internacionais. Contudo, os dados ainda são dispersos, pois não existe um sistema próprio e unificado que seja responsável pela organização destes dados.

Os dados apresentados pelo SIPIA⁴, por exemplo, demonstram que, de 1999 a 2004, houve um total de 209.786 casos de violação de direitos da criança e adolescentes. Destes, os casos de violência doméstica têm sua maior concentração no direito a convivência familiar e comunitária e, em escala bem menor, a violência no campo do direito à vida e à saúde. Tais dados, enfim, reforçam a ideia que a violência doméstica interfere diretamente e compromete

⁴ O SIPIA -Sistema de Informação para a Infância e Adolescência, é um sistema de registro e tratamento de informação com abrangência nacional, criado para subsidiar a adoção de decisões governamentais nas políticas para crianças e adolescentes, garantindo-lhes acesso à cidadania.(SHDH,2016).

a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes. Dados mais recentes publicados pelo Mapa da Violência de Crianças e Adolescentes⁵ (2012), apontam que no Brasil, as crianças e adolescentes na faixa de 0 a 18 anos de idade constituem um contingente de exatas 59.657.339 pessoas, segundo o Censo Demográfico de 2010. Representam 31,3% da população do país. São, pelas definições da lei, 35.623.594 de crianças de 0 a 11 anos de idade – 18,7% do total do país – e 24.033.745 de adolescentes na faixa dos 12 aos 18 anos de idade: 12,6% da população total.

Quando trata especificamente da notificação ou registro de informação de situações de violência sofrida por crianças e adolescentes, o mapa da violência (2012) aponta que os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN - do Ministério da Saúde, através da notificação da Violência Doméstica, Sexual e/ou outras Violências foi implantada no SINAN em 2009, e deve ser realizada de forma universal, contínua e compulsória nas situações de violências envolvendo crianças, adolescentes, mulheres e idosos, atendendo às Leis 8.069 – Estatuto da Criança e Adolescente, 10.741 – Estatuto do Idoso e 10.778 – Notificação de Violência contra a Mulher.

De acordo com Waiselfisz,

Os dados do SINAN apontam que no ano 2011 os atendimentos femininos por violências representaram de 60% das notificações; maior ainda na faixa dos 10 aos 14 anos de idade: 68%. Violências físicas representaram 40,5% do total de atendimentos, especialmente concentrados na faixa dos 15 aos 19 anos de idade, mas relevante em todas as faixas. Os principais agressores são os pais até os 14 anos de idade. No final da adolescência, esse papel é assumido por amigos ou conhecidos, e também por desconhecidos. Em segundo lugar, as diversas formas de violência sexual, que registram 19,9% dos atendimentos acontecidos em 2011. Um total de 10.425 crianças e adolescentes, a grande maioria do sexo feminino: 83,2%. A maior incidência registra-se na faixa dos 10 aos 14 anos de idade. A violência sexual mais frequente foi o estupro: 7.155 casos, de elevada participação em todas as faixas etárias e responsável por 59% do total de atendimentos por violências sexuais. Assédio sexual e atentado violento ao pudor também são significativos: entre 15 e 20% dos atendimentos (WAISELFISZ, 2012, p.83).

Essa notificação deve ser realizada pelo gestor de saúde do município mediante o preenchimento de uma ficha de notificação específica, diante de suspeita de ocorrência de situação de violência. Ao nos debruçarmos inicialmente nos dados disponibilizados pelo

⁵ O mapa da violência contra crianças e adolescentes, divulgados pela Secretaria Nacional dos Direitos Humanos (SNDH), apresenta a consolidação de dados de todos os Estados brasileiros, tendo como referenciados sistemas de notificação existentes no país. Os dados apresentado neste trabalho estão baseados no mapa de 2012 (Waiselfisz, 2012).

órgão responsável pelo atendimento de vítimas de VDCA, tratarmos aqui especificamente dos atendimentos realizados pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, vinculado ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS do município de Itabaianinha/SE.

TABELA 01- NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO CREAS

TIPOS DE VIOLÊNCIA	NÚMERO DE ATENDIDOS	MASCULINO	FEMININO
Física	42	20	22
Sexual	42	24	18
Psicológica	09	05	04
Negligência	39	11	28
Total	132 casos	60	72

Fonte: Relatório anual do CREAS (2015)

Os dados apresentados no relatório anual de atendimento do CREAS, 2015, nos mostra que a maior parte das crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e violência sexual atendidas pelos profissionais do PAEFI, são do sexo feminino. Diante dos dados percebe-se que o município de Itabaianinha/SE apresenta um número expressivo de casos de VDCA. Daí surge a necessidade de analisar como as Políticas Públicas municipais, no conjunto dos atores que compõem a Rede de Proteção Social tem se posicionado no enfrentamento, prevenção e atendimento ao fenômeno da violência doméstica contra crianças e adolescência de Itabaianinha/SE.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a criança e o adolescente são sujeitos de direitos que necessitam de proteção e de atenção especial face ao período peculiar de desenvolvimento em que se encontra, marcado pela construção da identidade e da autonomia do ser. Em seus princípios fundamentais estabelece que é dever do Estado, da família e de toda a sociedade zelar pelos direitos da criança e do adolescente, colocando-os a salvo de toda e qualquer forma de privação, negação, negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão que venha a afetar seu desenvolvimento integral, acarretando prejuízos que podem ter consequências irreversíveis para a saúde física e mental deste sujeito. Direitos como a saúde, a educação, a assistência social e a previdência precisam ser assegurados e efetivados à criança e ao adolescente por meio de políticas sociais voltadas a este segmento. Estes são direitos fundamentais que

auxiliam no desenvolvimento destes sujeitos, de modo que a família precisa estar inserida nas políticas sociais com acesso garantido e efetivo a estas.

Tem-se como pressuposto teórico para a abordagem do fenômeno da violência doméstica contra crianças e adolescentes, a perspectiva de totalidade constituída através de processos, onde a realidade é vista de forma crítica, histórica, contraditória e dialética, numa postura que pretende romper com a análise conservadora e superficial e de superação da imediatividade dos fatos. Ou seja, buscamos romper com a ideia de que a violência doméstica pode ser compreendida apenas pela aparência dos fatos e naturalizada como um “problema social” de cunho familiar, doméstico, onde o Estado não tem capacidade de intervir. A abordagem dialética adotada, além de proporcionar a historicidade do fenômeno em estudo, trata de suas relações em um nível mais amplo, situando-o dentro de um contexto complexo e, ao mesmo tempo, tratando-o de forma específica ao estabelecer as contradições possíveis existentes entre os fenômenos que caracterizam o objeto de estudo.

Com relação aos aspectos metodológicos, em consonância com as questões e os objetivos elencados, esta pesquisa configura-se como um estudo de *natureza qualitativa* a qual segundo Richardson *et.al* (2009, p. 91), “pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados”. Conforme Neves (1996, p. 02) “os métodos qualitativos trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos”. Da mesma forma Richardson (2009, p. 82) discorre que “as pesquisas qualitativas de campo exploram particularmente as técnicas de observação e entrevistas devido à propriedade com que esses instrumentos penetram na complexidade de um problema”.

O campo empírico da pesquisa abrange as instituições que compõem a Rede de Proteção Social, localizado no município de Itabaianinha/SE, tem uma população de 38.910 habitantes, está localizado na Região Centro Sul, de acordo com a divisão territorial do Estado de Sergipe (2008), tem um IDH- Índice de Desenvolvimento Humano de 0,556. A população da pesquisa integra os (as) representantes da Rede de Proteção Social à crianças e adolescentes do município de Itabaianinha/SE: gestores municipais de Educação, Assistência Social, Saúde, Conselho Tutelar, Conselho de Direitos, Ministério Público e Representante do Judiciário, equipe técnica e coordenadores de Programas e projetos voltados para atendimento a vítimas de violência doméstica no município.

No decorrer da realização do trabalho de campo, não foi possível realizar as entrevistas com o representante do Ministério Público e do Juizado, isto porque, houve mudanças/transferência do titular, vindo apenas juiz e o promotor substituto, fato que dificultou o acesso aos mesmos para realização das entrevistas. Contudo, tal fato não prejudicou o objetivo desta pesquisa, tendo em vista que os dados apresentados pelos demais atores das instituições envolvidas foram suficientes para confirmar as hipóteses orientadoras da pesquisa.

Foram consultadas algumas fontes de informação: Fontes Bibliográficas – para consulta a revisão da literatura pertinente ao objeto. As fontes documentais constituem: o Plano Municipal de Assistência Social, relatório anual de atendimento e demais documentos produzidos pelas instituições que compõem a Rede de Proteção Social que estejam disponíveis.

No primeiro momento foi realizado o levantamento e análise documental, que forneceu subsídios ao roteiro das entrevistas. Estas foram aplicadas com os sujeitos da pesquisa tais como: os representantes de órgãos do Sistema de Garantia de Direitos que compõem a rede de proteção social, uma gestora da Secretaria Municipal de Assistência Social, uma Gestora da Secretaria Municipal de Educação, uma Gestora da Secretaria Municipal de Saúde, uma conselheira tutelares, uma representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, a equipe técnica do CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, composta por uma Assistente Social, uma Psicóloga e uma coordenadora; a equipe técnica do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, composta por uma Assistente Social, uma psicóloga e uma coordenadora.

O acesso aos respondentes ocorreu por meio da entrevista semiestruturada ou semidireta, dada à relativa flexibilidade que possui no acesso às informações, uma vez que permite que as questões não sigam necessariamente a ordem prevista, podem-se introduzir outras que não se encontram no guia de entrevista, de acordo com o transcorrer do processo de coleta de dados. Segundo Richardson (2009, p.210), a entrevista semiestruturada “permite ao entrevistado desenvolver suas opiniões e informações da maneira que ele estimar conveniente. O entrevistador desempenha apenas funções de orientação e estimulação”. Inicialmente serão apresentados os objetivos e a importância dessa atividade para esta pesquisa, sendo realizadas visitas às instituições. A entrevista seguiu um roteiro flexível, com principais tópicos sobre dimensões do objeto, obedecendo a uma ordem lógica e coerente com

o objeto da pesquisa e sua problemática, permitindo um aprofundamento de forma gradativa. Além disso, permite um tratamento mais sistemático dos dados, sendo julgada a melhor forma de interagir com a amostra estudada e obter informações objetivas e subjetivas com precisão sobre os entrevistados.

Na fase do trabalho de campo as entrevistas foram agendadas com data e horário previamente acordado com os atores da rede, sendo solicitada a autorização para gravá-las. Informou-se a todos que será mantido o anonimato da entrevista e das suas respostas. A intenção foi verificar, a partir da fala dos atores, como a rede de atendimento tem contribuído na prevenção e no enfrentamento da violência doméstica em relação às crianças e adolescentes no município de Itabaianinha/SE. O Processo de análise dos dados foi realizado a partir da análise de conteúdo, que possibilitará uma análise e interpretação dos dados dos entrevistados que permite ir além das manifestações (BARDIN *apud* RICHARDSON 1993, p.31)

A análise de Conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção / recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (RICHARDSON, 2009, p.223).

Por fim, após todos os procedimentos acima citados ocorreu à verificação e discussão dos resultados através da análise dos dados. Nesse momento, é de fundamental importância a retomada dos aspectos teóricos e conceituais para analisar os possíveis avanços e desafios enfrentados por gestores(as) e profissionais e conselheiros da Rede de Proteção Social no município de Itabaianinha/SE. Sabe-se que o processo de análise exige do pesquisador mergulhar em seu objeto de pesquisa, assumindo-se sujeito de suas próprias interpretações. Revendo a trajetória da pesquisa, ao percorrer os caminhos da análise, emergem em polos opostos prazer e dor, incertezas e convicção, solidão e solidariedade, todos propiciando espaços para a emergência do novo. Saber lidar com esses sentimentos é parte de um bom trabalho de análise. Nesse movimento hermenêutico são solicitadas constantes retomadas do concretizado, visando a permanente qualificação dos resultados.

O conhecimento produzido nesta pesquisa está estruturado em quatro *capítulos*. No primeiro capítulo intitulado: **A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL DE ATENÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**, abordaremos o processo histórico da constituição das

políticas sociais, com ênfase nas particularidades vivenciadas no Brasil e a constituição da política de atenção a crianças e adolescência no Brasil até a constituição da doutrina da proteção integral, a partir do advento do Estatuto da Criança e do adolescente.

O segundo capítulo, que tem como título: **PROTEÇÃO SOCIAL E REDE DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**, focalizamos a Rede de Proteção Social de enfrentamento à violência doméstica contra criança e adolescente, como ferramenta de articulação, prevenção e atendimento às vítimas, a intersetorialidade das Políticas Públicas e o papel da família como espaço das múltiplas manifestações de violência.

O terceiro capítulo tem como título: **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E GÊNERO**. Abordaremos os fundamentos da violência doméstica e violência de gênero, os aspectos conceituais da violência, e, em especial da violência doméstica, suas dimensões no contexto atual da realidade brasileira, como também apresentaremos a problemática relacionada aos direitos violados e os tipos de violações mais presentes tem por objetivo retratar as diversas formas de violência vivenciada por crianças e adolescentes, a partir da transversalidade da categoria gênero.

Por fim, o quarto capítulo deste trabalho, tem como título: **A DINÂMICA DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL DESTINADA ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA/SE** apresentamos o resultado da pesquisa de campo, através das experiências de gestores (as), profissionais e conselheiros (as) que atuam nas instituições que compõem a Rede de Proteção Social no que se refere à prevenção, atendimento e estratégias de enfrentamento à violência doméstica contra crianças e adolescentes.

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL DE ATENÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA

Este capítulo tem por objetivo discutir inicialmente a constituição das primeiras iniciativas da políticas sociais a nível mundial, em seguida apresentamos algumas iniciativas dos modelos de proteção social brasileiro; abordamos o processo a trajetória do sistema de proteção social à infância e juventude brasileira, que perpassa por um processo de transição entre a filantropia, percorre caminhos da assistência à política de atendimento e a doutrina da proteção integral. As mudanças ocorridas no que se refere ao perfil das políticas para infância e adolescência implantadas no Brasil, estão delineadas e marcadas pelas mudanças ocorridas nos cenário político, econômico nas diversas conjunturas. Partimos do pressuposto da doutrina de proteção integral estabelecido pelo advento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que estabelece a possibilidade da constituição de rede de proteção social para crianças e adolescentes.

1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DAS POLÍTICAS SOCIAIS

A gênese das Políticas Sociais tem por base a direção apontada por Behring e Boschetti (2008) a qual afirma que sua origem não tem período específico, tendo em vista que as mesmas são frutos de processos sociais situadas, tanto no processo histórico de produção e reprodução do capitalismo, como na ascensão da Revolução Industrial. Apesar de não constarem datas específicas de sua origem podemos afirmar que:

Sua origem e comumente relacionada aos movimentos de massa social-democratas e ao estabelecimento dos Estados- Nação na Europa ocidental do final do século XIX, mas sua generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, em especial em sua fase tardia, após a segunda guerra mundial (pós-1945) (BEHRING E BOSCHETTI, 2008, p.47).

Ainda segundo Behring (2008) nas sociedades pré-capitalistas que não privilegiavam as forças de mercado, e com intuito de manter a “ordem social” ou mesmo de punir aqueles que eram reconhecidos como “vagabundos”, o Estado assume algumas responsabilidades

sociais, pautadas em ações filantrópicas e de cunho extremamente assistencialistas, que podem ser identificadas como as “protoformas das políticas sociais”, foram elaboradas leis inglesas no período que antecedeu a Revolução Industrial, o Estatuto dos Trabalhadores (1349); Estatuto dos Artesãos (artífices) de 1563; Leis dos pobres eleizabetanas, que se sucederam entre 1531 e 1601; Lei do domicílio (*stemelet Act*) de 1662; *Speenhamland Act*(1795) e por fim em 1834 a Lei Revisora da lei dos pobres, ou nova lei dos pobres (*Poor Law Amendet Act*).

O conjunto de leis tinha como fundamento o seu caráter repressivo e não protetor, com ênfase na manutenção da ordem social e impedir a livre circulação dos trabalhadores e apresentavam um caráter extremamente restritivo e seletivo, onde os pobres eram obrigados a realizar uma atividade laborativa para justificar a assistência recebida.

Essas legislações estabeleciam distinção entre pobres “merecedores” (aqueles comprovadamente incapazes de trabalhar e alguns adultos capazes considerados pela moral da época como pobres merecedores, em geral nobres empobrecidos) e pobres “não merecedores” (todos que possuíam capacidade, ainda que mínima, para desenvolver qualquer tipo de atividade laborativa) Aos primeiros, merecedores de “auxílio”, era assegurado algum tipo de assistência, minimalista, restritiva, sustentada em um pretense dever moral e cristã da ajuda, ou seja, não se sustentavam na perspectiva do direito (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p.49).

A Lei de *Speenhamland Act* de 1795, a única estabelecida nesse período, que apresentava um caráter menos conservador e repressor, e garantia o pagamento de um abono financeiro, garantia assistência social a empregados e desempregados que recebessem abaixo de um determinado rendimento, mas proibia a mobilidade do trabalhador, que era obrigado a fixar residência. Importante salientar que a referida lei, minimamente permitia o trabalhador “negociar” sua força de trabalho. Por outro lado a Nova lei dos Pobres (1834), revoga literalmente os “mínimos” direitos que a Lei de *Speenhamland Act* de 1795 havia garantido, relegando a assistência aos pobres à serviço da filantropia. Ainda segundo Behring e Boschetti (2008, p. 50) a nova Lei dos pobres (New Poor Law), restabeleceu a assistência interna nos albergues para os pobres “inválidos”, restituiu a obrigatoriedade de trabalhos forçados para os pobres capazes de trabalhar, deixando à própria sorte uma população de pobres e miseráveis sujeitos a exploração sem lei do capitalismo nascente.

Se por um lado às legislações pré-capitalistas como já afirmamos, eram restritivas, punitivas, de caráter assistencialista, com foco no trabalho forçado, para ter a mínima

proteção do “Estado”, a partir da Revolução industrial, os pobres são lançados ao mercado, sendo subsumido aos ditames do capital, o que configurou a emergência do pauperismo e da emergência da “questão social”. É nesse contexto, das lutas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, que surgiram novas regulamentações sociais pelo Estado, que são gestadas as políticas sociais, mesmo que de forma segmentada e setORIZADAS, como forma de enfrentar as diversas expressões da questão social presentes no sistema capitalista.

As políticas sociais, em sua essência, são implementadas não só como resposta aos ditames do capitalismo em sua fase monopolista, mas também como resposta do Estado às lutas da classe trabalhadora. Nessa linha de pensamento a política social não pode ser entendida de forma linear, como função apenas das necessidades ou exigências do capital ou como resultado apenas das lutas da classe trabalhadora, tendo em vista o seu caráter contraditório, inserida na sociedade em que ela se processa. É nesse movimento contraditório da sociedade que são gestadas as políticas sociais, como bem enfatiza Pereira (1999, p.54) “convém, portanto, encarar a política social como uma unidade contraditória que expressa uma coalizão instável entre positivo e negativo”.

As primeiras iniciativas protetivas foram realizadas na Alemanha a partir das ideias de Otto Bismarck - considerado o primeiro sistema de previdência social compulsório no mundo, organizado sobre a lógica do Seguro Social. Outra iniciativa de criação das políticas sociais partiu do governo inglês - que iluminado pelas ideias Keynesianas, passou a garantir direitos sociais de caráter universal para alguns trabalhadores, apresentando inovações no que se refere à organização de um sistema de seguridade social (Welfare State). Esse modelo, que se ampliou em vários outros países no mundo, teve formatos diferenciados que se adequavam a conjuntura de cada país.

Nesse sentido, podemos compreender que, essencialmente, as Políticas Sociais foram gestadas dentro da lógica do sistema capitalista objetivando manipular e desarticular as organizações e movimentos da classe trabalhadora frente à insatisfação da sua condição social. Assim, “representam um resultado da relação e do complexo desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais. Elas são resultados das lutas de classe e ao mesmo tempo contribuem para reprodução das classes sociais” (FALEIROS, 2000, p.46).

1.2 AS PARTICULARIDADES DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

O modelo de desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Proteção Social, semelhante aos demais países da América Latina, ocorreu de modo bastante distinto dos países da Europa. Para tanto, contribuiu direta e indiretamente para a formação sócio-histórica do país e para a modernidade tardia do seu sistema capitalista de produção, além da concentração de bens e serviços sociais, que privilegiavam alguns em detrimento da desigualdade de outros. De modo geral, as ações que configuram historicamente a origem ou construção de um Sistema de Proteção Social no Brasil, datam de 1930 a 1943 (ou 1945), o mesmo período em que se reconhece a instituição da política social no país. Essa periodização, que corresponde ao governo do presidente Getúlio Vargas, na transição do modelo de desenvolvimento agroexportador para o modelo urbano-industrial, chega a ser quase unânime entre os estudiosos, e caracteriza profundas mudanças econômicas e sociais, acompanhadas da reconfiguração do Estado Nacional no desenvolvimento do seu papel.

Nessa perspectiva, o mesmo Estado que se responsabilizou por desenvolver a economia, prioritariamente através do investimento na indústria emergente, também teve que se comprometer em articular um conjunto de medidas que viessem proporcionar melhores condições de vida à população, a qual colhia os “frutos” negativos da modernização que se expandia no Brasil e atingia veemente a relação capital/trabalho. Este Estado foi “obrigado” a interferir de maneira direta nesse processo, porém, de modo que não perdesse de vista o seu fim maior naquele momento, isto é, a então recente e imprescindível demanda de reproduzir a força de trabalho no país, enquanto também exigia a qualificação desta, tudo em prol do desenvolvimento econômico.

Desse modo, a implementação de políticas sociais que tem início na década de 1930, representou ponto de partida estratégico do Governo para sustentar, de maneira associada à ampliação da economia, e ainda se legitimar politicamente perante a população, regulamentando a força de trabalho e promovendo, paulatinamente, a ampliação de serviços sociais que passaram a ser de responsabilidade governamental.

As Políticas Sociais no Brasil foram gestadas seguindo duas tendências que, apesar de contraditórias, por vezes caminharam juntas na seara do modo de produção capitalista: a primeira que garante direitos pelo processo de luta capital X trabalho e a segunda que, “remando contra a maré” desses mesmos direitos visa repensar o papel do Estado para

adequá-lo às novas necessidades do capital – que a fim de sobreviver aos ciclos de crise, firma acordos de superação onde a redução de conquistas sociais estão no "topo da lista" das mudanças em prol de sua reestruturação.

Desde os anos 1970 que esse modo de produção vem sofrendo constantes períodos de crise e o governo tem se utilizado do argumento de que a administração precisa ser mais eficiente e cidadã, fazendo-se necessário uma reforma em seu próprio papel por via de mudanças como: ajustamento fiscal, reformas econômicas com foco no mercado e na "governança" e a inovação nos instrumentos de política social (ALMEIDA, 2011). Para compreendermos o processo de constituição das Políticas Sociais no Brasil, primeiramente, se faz necessário conhecer os aspectos relacionados à sua formação sócio histórica, visto que, na realidade brasileira desenvolvimento de tais políticas não acompanhou o mesmo ritmo empenhado nos países de capitalismo central. Sendo notório que,

[...] a Questão Social já existente num país de natureza capitalista. Com manifestações objetivas do pauperismo e iniquidade em especial após o fim da escravidão e com a imensa dificuldade de incorporar os escravos libertos no mundo do trabalho, só se colocou como questão política a partir da primeira década do século XX, com as primeiras lutas da classe trabalhadora e das primeiras iniciativas voltadas ao mercado de trabalho. (BHERING e BOSCHETTI, 2008, p.78).

As marcas históricas na formação social do país acompanharam a lógica das primeiras iniciativas pela garantia de direitos sociais, ocasião em que foram marcadas por fortes lutas da classe trabalhadora sobre contínuo processo de correlação de forças entre trabalhadores e classe burguesa. Tais iniciativas podem ser datadas da década de 1930, momento em que o Estado começa a assumir as expressões da “questão social”, tanto por via de iniciativas voltadas a quem estava inserido no mercado de trabalho, como forma de minimizar as questões sociais existentes à época. Outrossim,

[...] a política social tem relação com a luta de classe, e considerando que o trabalho no Brasil, apesar de importantes momentos de radicalização, esteve atravessado pelas marcas do escravismo, pela informalidade e pela fragmentação/cooptação, e que as classes dominantes nunca tiveram compromissos democráticos e redistributivos, tem-se um cenário complexo para as lutas em defesa dos direitos de cidadania, que envolvem a constituição da política social. É nesse quadro que se devem observar as medidas esparsas e frágeis de proteção social no país na década de 1930. (BHERING e BOSCHETTI, 2008 p.79).

Todo esse processo carrega uma característica de cunho conjuntural típico do nosso país e evidenciado pelos seguintes fatores: fim da escravidão, processo de desenvolvimento industrial, êxodo rural e início da urbanização do país - que produziu mudanças significativas nas relações de trabalho através da inclusão da mão de trabalho livre no processo de produção numa tentativa de redirecionamento da economia como uma alternativa aos efeitos da crise de 1929 que afetou o país.

Cronologicamente, podemos verificar que só a partir de 1988 é que começam a ser criadas legislações com o objetivo de trazer algumas garantias para os trabalhadores, assim como legislações voltadas para a proteção à infância e ao trabalho infantil. Igualmente, ao tempo em que alguns trabalhadores começam o processo de organização sindical, muitos outros se encontravam insatisfeitos com as suas situações trabalhistas, o que contribuiu para a influência dos imigrantes europeus que começavam a chegar no país e reforçavam a formação de sindicatos, tanto no âmbito urbano como no rural. Alguns dos principais itens da luta foram referentes à jornada de trabalho, ao desemprego, as doenças, a inserção de mulheres e crianças no sistema de produção, entre outras.

Outras iniciativas nesse sentido só ocorreram no ano de 1923 com a promulgação da Lei Eloy Chaves a qual criou a Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAPS), que incluíam algumas categorias da classe trabalhadora, e em 1927 foram criados os IAPs-Institutos de Aposentadoria e Pensões para servidores públicos. O maior período de expansão destas políticas no Brasil aconteceu entre as décadas de 1945 e 1960, nos chamados anos dourados.

A partir da década de 1960, com o Brasil tomado pelo regime ditatorial, observa-se a expansão dos programas e serviços de proteção social, sendo então visualizados como uma forma de compensação em virtude da repressão então vivida pela sociedade. Neste processo, a política social ditatorial passa a ampliar a garantia dos direitos trabalhistas aos trabalhadores da zona rural através da criação do Programa FUNRURAL. Nas décadas de 1970 a 1980 ocorreram novas extensões da previdência aos jogadores de futebol, aos autônomos, aos ambulantes, assim como a criação da renda mensal vitalícia para idosos pobres com idade igual ou superior a 74 anos.

Quanto à década de 1980, observou-se um cenário de grandes conflitos e mobilizações da classe trabalhadora a qual foi marcada pela ampliação e universalização das políticas sociais com foco em sua garantia, não só com um direito trabalhista, mas também como proteção social. A personificação desses direitos deu-se através da aprovação da Constituição

Federal de 1988 a qual traz, na perspectiva da legalidade, a garantia constitucional de direitos sociais importantes para o país, o que representou importante conquista para todos os trabalhadores. Entretanto, após estas conquistas, ao mesmo tempo em que as políticas sociais passam a ser promovidas pelo viés do direito social - solicitado pelo povo brasileiro no processo de democratização do País (1988) com a promulgação da Constituição Federal, nos anos que se seguem, mais intensivamente nos anos 1990, fortes reformas governamentais por parte do Estado com perspectivas neoliberais, ocasião em que diminuem os investimentos nas políticas públicas,

[...] as quatro estratégias concretas da implantação da política social neoliberal são o corte dos gastos sociais, a privatização, a centralização dos gastos sociais públicos em programas seletivos contra a pobreza e a descentralização. A privatização é o elemento articulador dessas estratégias que atende ao objetivo econômico de abrir todas as atividades econômicas rentáveis aos investimentos privados, com o intuito de ampliar os âmbitos da acumulação, e o objetivo político-ideológico de remercantilizar o bem estar- social (LAURRELL, 2002, p.167).

A lógica empregada pelo estado neoliberal quanto aos investimentos nas políticas sociais, transfere suas responsabilidades para o setor privado no desenvolvimento dessas políticas com ações de cunho compensatórias e com incentivos a transferência de renda condicionada.

1.3 ASPECTOS HISTÓRICOS DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL: DA REPÚBLICA VELHA À ABERTURA POLÍTICA E DEMOCRÁTICA

A cultura opressora e autoritária na qual foram constituídas as políticas sociais no país e que permeia a sociedade brasileira também acompanhou a negação dos direitos sociais a classe trabalhadora, e produziu historicamente um alto contingente de crianças e adolescentes atingidos na sua dignidade. Segundo Saeta e Neto (2006, p.17) A história dessa população revela um constante processo de maus tratos, brutalidade, fome, abuso sexual, exploração no trabalho, privação de brincar, perambulação, extermínio, mortalidade precoce e negligência nos casos de deficiência.

Enfrentar e garantir os direitos de crianças e adolescentes por meio de uma rede de

proteção tem sido um desafio constante, tendo em vista que a rede de proteção social estabelecidas na Convenção Sobre os Direitos das Crianças e dos adolescentes (1989) e no ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Como enfatiza Saeta e Neto,

Essa rede deve articular um conjunto de ações que busquem proteger a criança, o adolescente e suas famílias, de modo a articular as esperanças subjetivas existentes em cada indivíduo e na sociedade com as oportunidades objetivas advindas de políticas sociais e econômicas bem estabelecidas (SAETA E NETO,2006, p.18)

A privação dos direitos sociais, a falta de políticas sociais bem estabelecidas no Brasil, delineiam um quadro onde a criança e adolescência historicamente revela uma trajetória marcada por privações essenciais à vida, como alimentação, educação, saúde e lazer, característico do modelo de proteção social adotado pelo país.

Para uma melhor compreensão da Política de Proteção Social voltada à população infanto-juvenil na contemporaneidade, tendo como referência o advento da aprovação da Constituição Federal de 1988 e a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, é fundamental compreender o processo histórico e que tipo de proteção social construído para infância e a adolescência pelo Estado brasileiro ao longo da história do país. Esta história marcada por tragédias diárias: crianças trazidas de Portugal às quais perambulavam pelas ruas, crianças filhos de escravos que eram vendidas e separadas de seus genitores, crianças abandonadas nas rodas dos excluídos e inseridas precocemente no trabalho infantil, enfim, crianças vítimas do abandono e violência em suas mais diversas expressões.

Nos primeiros quatrocentos anos da história do Brasil toda atenção e atendimento dado à criança e adolescente foram de responsabilidade de Igreja Católica, eram as casas de misericórdia que atendiam os doentes, os pobres, órfãos, desempregados de modo geral. Nesse período não podemos identificar nenhum tipo de ação que pudesse ser caracterizado como política social de responsabilidade estatal. Quando da interrupção do tráfico negreiro, o Brasil estava atrasado em relação ao avanço industrial da Europa e não dispunha de mão-de-obra especializada que se enquadrasse na configuração tecnológica que se processava naquele momento. Com a intensa imigração europeia, principalmente de italianos e espanhóis, o Estado brasileiro buscou suprir a carência da mão-de-obra escrava naquele momento.

Como enfatiza Priore (1999,p.85)

A entrada maciça de imigrantes, capazes de alavancar a incipiente industrialização, ao final do séc. XIX trouxe consigo a imagem de crianças no trabalho fabril. Mais uma vez empurradas pela miséria, desprovidas de apoio do Estado que deveria estar empenhado em educá-las e não, simplesmente em fazê-las substituir, pelo custo mais baixo, o trabalho escravo. Os pequenos imigrantes passavam 11 horas frente das máquinas de tecelagem, tendo apenas vinte minutos de descanso. (PRIORE, 1999, p.85)

No início do século XX se materializou um quadro de exclusão social e abandono moral às crianças brasileiras que se deparavam expostas a todo e qualquer tipo de violência pelas ruas da cidade e desamparo por não se encontrarem sob proteção familiar. A ausência “forçada” da família era gerada pelas altas jornadas de trabalho e pauperização na qual a família estava submetida nas indústrias brasileiras. Não só a questão da criança e adolescente, mas, as diversas manifestações da “questão social” eram tratadas pelo Estado como “caso de polícia” e desajuste da “coesão” da sociedade, sendo assim, estes casos eram levados para serem tratados em instituições como: prisões, hospitais psiquiátricos, orfanatos.

Quando analisamos as relações estabelecidas entre o Estado e Sociedade, em se tratando da questão da infância e adolescência em especial dos mais pobres, sempre estiveram historicamente no centro do bojo das discussões e segundo Faleiros (2011) é possível apontar três eixos de análise: o primeiro está baseado na inserção dos pobres no trabalho precoce e subalterno, o segundo eixo mostra a relação entre a coisa pública e coisa privada e o terceiro trata da relação entre a repressão, filantropia e cidadania, presente no trato da questão da infância e adolescência. Quando tratamos da inserção dos pobres no trabalho precoce, pode ser entendido como processo de desvalorização/exploração da criança pobre que prematuramente foi inserida no mercado de trabalho, como mão -de- obra barata, em detrimento das crianças ricas que tinham oportunidade de estudar, apresentando uma relação distinta em os chamados “desvalidos” e os “validos”.

[...] as condições mínimas de trabalho para as crianças e adolescentes pobres parecem máximas aos olhos dos senhores e dos dirigentes das fábricas. Se por um lado fala-se em proteção à criança, em trabalho perigoso, e promulgam-se certas leis de impedimento de determinados trabalhos, por outro, a prática é de ignorar a lei, de manter e encaminhar as crianças desvalidos ao trabalho precoce e futuro subalterno, numa clara política de separação de classes ou de exclusão de vastos grupos sociais do exercício da cidadania (FALEIROS, 2001, p.34).

A relação estabelecida no atendimento dispensado às crianças, amparado na relação entre o público e o privado, traz em seu bojo a essência do patrimonialismo do Estado

brasileiro, que historicamente coloca o bem público a serviço do setor privado, tendo por base o favorecimento de recursos financeiros, cargos e muitos privilégios. O setor privado alia-se indistintamente a setores das áreas públicas com vistas a garantia de favores, apoio eleitoral e ocupação de cargos públicos. Nesse contexto a “causa da infância” passa a ser objeto de discursos políticos. Por outro lado a relação entre a filantropia e a cidadania está evidenciada na relação entre a esfera doméstica e a esfera pública. A esfera doméstica, entendida como espaço de poder da família, que ao longo da história sofre interferência do Estado para garantir a proteção da criança contra os abusos de seus próprios pais.

A interferência do Estado na desprivatização da esfera doméstica é um processo complexo de construção de uma infância concebida como independente e autônoma do poder dos pais. Nem sempre a criança foi reconhecida como indivíduo independente e autônomo da esfera doméstica (FALEIROS, 2010, p.35).

Segundo Amaro (2003), os direitos da criança passaram a figurar entre os compromissos e legislação internacional em 1923 na Quinta Sessão da Liga das Nações, por meio da Declaração de Genebra⁶. Tais direitos também foram contemplados com a publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948; bem como na Declaração dos Direitos da Criança, adotada pela Assembleia das Nações Unidas em 1959 e que mais recentemente ganhou nova atenção mundial na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. Todos os documentos citados marcam a “construção” de uma nova concepção sobre o cuidado e atenção em relação às reais necessidades de crianças e adolescentes em todo o mundo.

O período histórico da República velha, no tocante à política voltada para área da infância e juventude é marcado por um contexto de paternalismo e repressão, como característica que tem uma relação estreita com visão hegemônica do bloco oligárquico que comandava o país no período, marcado por forte comando do coronelismo, relação clientelistas, troca de favores, com uso da máquina para favorecer os setores da exportação, incentivo a presença de migrante e trabalhadores vindos da Europa.

A relação estabelecida entre os movimentos sociais era de caráter repressivo, articulando uma relação extremamente clientelista para com a população mais pobre seja do

⁶ A Sociedade das Nações, fundada pelas potências vencedoras da I Guerra Mundial, criou em 1919 o Comitê de Proteção da Infância. Constituiu o primeiro passo para que os direitos da criança fossem equacionados no plano de uma organização internacional. Decorridos cinco anos, em 26 de Setembro de 1924, a Sociedade das Nações adotou e proclamou a Declaração de Genebra (AMARO, 2003).

campo ou da cidade. Partindo desse pressuposto, e a partir da visão liberal, predominante, a defesa era que o Estado não deveria intervir na área social. A defesa do bloco hegemônico era que a intervenção estatal nas questões sociais fossem realizadas na forma de ajuda e de forma “pragmática”, incentivando ao trabalho infantil. Nesse processo controverso e momento político adverso, algumas leis são aprovadas nos primeiros 20 anos da república,

Alguns projetos de lei para infância, no entanto, são apresentados, mas não implementados como política geral, existindo, no entanto, iniciativas pontuais para criação de escolas, liceus, subsídios às santas casas, asilos, numa articulação entre público e privado, sem enfrentamento dos problemas de mortalidade infantil, de abandono, da péssima qualidade dos asilos, falta de instrumental jurídico para a proteção à infância (FALEIROS, 2010, p.41).

O tratamento dispensado às crianças e adolescentes mais pobres, abandonadas em asilos, eram a as piores possíveis, sem alimentação adequada, e as meninas abrigadas tinham uma formação voltada para o trabalho doméstico. Nesse período, o incentivo para o fortalecimento de instituições privadas e que tinha o financiamento público cresceram de forma significativa entre os anos de 1889 e 1930 foram criadas no Rio de Janeiro 14 instituições do tipo abrigos, asilos, orfanatos, escolas para abandonados e algumas instituições voltadas para área da saúde da criança.

Sob forte influência dos “higienistas” e os “juristas”, que reforçavam a importância do controle da raça, da ordem, no trato da criança pobre, desvalido, abandonada, pervertida, perigosa e delinquente. Nesse período o Estado cria no âmbito da saúde a Seção de Higiene Infantil do Departamento Nacional de Saúde Pública e no âmbito da justiça foram criadas instituições de correção, foi criado o juizado de menores. Por um lado os “higienistas” estavam preocupados em manter o controle das doenças e os “juristas” estavam a serviço da manutenção da ordem e do controle e repressão. Faleiros (2011, p.43) afirma, “ao Estado cabia, na sua intervenção na área da infância, a legitimação das figuras de apremem como doadores graças à assistência com a repressão à desordem”. Todo esse processo de articulação vai marcar a elaboração do Código de Menores, que se realiza na década de 1920.

Nesse mesmo período o país sedia o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância(1922), no contexto são aprovadas legislações que combinam uma sistemática agenda de proteção social à infância, sendo implantado o “serviço de proteção e assistência ao menor abandonado e delinquente. O Código de Menores (Decreto 17.943A), traz algumas inovações,

entre eles está a abolição da “roda de expostos”⁷, mantendo ainda a visão repressiva, moralista. De fato, a intervenção do Estado não era realizada de forma universal de direitos, as de categorização e em um processo contínuo de exclusão. Segundo Rizinni e Pilotti (2011), são enfáticos ao afirmarem que o projeto de lei que cria o Código de Menores de 1927, regulava a situação da infância moralmente abandonada e delinquente e destaca os alguns fragmentos do projeto.

Todo menor, em reconhecida situação de abandono moral ou de maus tratos físicos, fica sob a proteção da autoridade pública (art.1º); [...] recolhidos por ordem judicial de órfãos competente (art.11); Dispositivos para suspensão e perda do Pátrio poder (arts. 2º e 3º); Aquele que for responsável pelo menor (“pai, tutor ou pessoa sob cuja guarda viva o menor”) poderá requerê-lo de volta quando apreendido na rua, ele será encaminhado pelo curador geral dos Orphaos. O responsável só o terá de volta “uma vez provada sua capacidade legal e moral para tê-lo sob sua guarda” (Art. 8º); A idade criminal: de 9 (Código Penal) para 12 anos; entre 12 e 17 para os que obrarem sem discernimento; os que agissem com discernimento, recolhidos” as escolas de reformas criadas pela presente lei; É criada, na parte urbana da cidade, um estabelecimento, que terá a denominação de “depósito de menores, e será exclusivamente destinado ao recolhimento de menores que caírem sob a ação da autoridade pública até que lhe seja dado o destino legal”(Título II, art. 7º); São criadas “Escolas de prevenção” para moralmente abandonados (uma para meninos e outra para meninas) na zona suburbana do Distrito Federal (Art. 10);Verificado que o menor tem pai válido e em condições de educá-lo e que não obstante o deixa em abandono.... multa ou prisão de 1 a 5 dias” (Art. 25); Escola de reforma com duas secções independentes: “Uma secção industrial para os menores processados absorvidos...e uma secção agrícola para os menores delinquentes condenados” (Rizinni e Pilotti,2011,p.122).

O Código de 1927 prevê a vigilância da saúde da criança, dos lactantes, das nutrizes, e estabelece inspeção médica da higiene. No sentido de intervir no abandono físico e moral das crianças, pátrio poder poderia ser suspenso ou perdido por falta dos pais. Os abandonados têm a possibilidade de serem entregues sob a forma de vigilância e educação determinados por parte das autoridades judiciais. Os termos estabelecidos pelo Código, o Estado tem o

⁷ A “Roda dos Expostos” destinava-se a Proteção de Crianças Abandonadas nascidas na ilegitimidade. Tratava-se de um sistema parecido como uma janela que dava para rua e girava em um eixo perpendicular. Esta era dividida em quatro setores por compartimentos triangulares, um das quais se abria sempre para o lado externo, que dava para rua, onde eram depositadas as crianças. As primeiras modalidades desse estilo de proteção à infância surgiram no Século XVIII, nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro e Recife (MARCÍLIO, 1998).

poder de atuar sobre a vida do “menor” através de normas jurídicas, de forma tutelada pelo Estado, atribuído assim um caráter de “judicialização” da política da infância e adolescência à época do Código de Menores de 1927. Reflete ainda um protecionismo que poderia significar a resolução da questão do “menor”, entendida como exercício do absoluto controle do Estado sobre a população que promovia a “desordem social”.

Esse período foi marcado pela implantação do Ministério do Trabalho, que tinha por objetivo adotar uma política de cooperação e de harmonização das classes sociais. No tocante à área da infância, em 1932, foi alterado o Código de Menores, permitindo o trabalho infantil antes do 14 anos de idade, reforçando a estratégia do trabalho precoce, favorecendo diretamente os industriais, que se diziam preocupados com a “vadiagem” instalada no país. Nessa mesma linha, o Estado incentiva a criação das escolas profissionais, tanto que em 1939, com forte interação entre o governo e os empresários. Nesse período, podemos citar a criação em 1942 do SENAI-Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, que ofertavam treinamento para os “menores” pobres, e também a criação do SENAC -Serviço Nacional de Aprendizagem comercial com o mesmo objetivo, de capacitar através do ensino profissional.

Pelo contexto apresentado e a forte articulação entre o poder público e privado, foram criados os órgãos, Conselho Nacional de Serviço Social (1938), o Departamento Nacional da Criança (1940), o Serviços Nacional da Assistência a Menores (SAM, 1941) e a Legião Brasileira de Assistência (LBA, 1942). Na era Vargas a política da infância era denominada como “política do menor” e tinha em seu bojo a centralidade na repressão, assistência e defesa da raça, tendo com isso uma forte influência em toda a trajetória das crianças e adolescentes pobres em todo o país.

[...] as práticas sociais demonstram que a esmagadora repressão e controle de regime militar se ocupavam da identidade do *menor* antes para *contê-lo* do que para *protegê-lo*. A questão do menor sempre foi vista pelo ângulo do perigo que podia representar para a ordem social, transformando-a em caso de polícia e problema social, sobretudo quando tomada em conjunção com a questão social (AMARO,2006, p. 34).

No Brasil, por volta da década de 30 do século passado, as questões referentes à infância tornaram-se uma preocupação pública e passaram a ter alguma interferência do Estado. Ainda segundo Amaro (2003,p.38) tendo como referência o texto de Arrazola (1997), foi criado em 1923 o Juizado de Menores do Distrito Federal e em 1927 foi sancionado o

primeiro Código de Menores, tendo como objetivo “assistir e proteger” os menores de ambos os sexos, abandonados e delinquentes.

Priore (2010) chama atenção para o fato que o a promulgação do segundo Código de Menores datado de 1979 abordou um processo de atualização da Política Nacional de Bem-Estar do Menor, traz em seu bojo a concepção “biopsicossocial”, marcada por seu caráter estigmatizante onde crianças “pobres” eram tratadas como “menores”, e de forma geral todos eram tratados como delinquentes.

Num mundo de exclusões econômicas, interdições de prazeres e ilegalidade do tráfico, a prisão e o internato representam um novo circuito de vítimas formado por condenados pela justiça, ampliando desta maneira, o círculo das compaixões. Em nome da suposta integração social, da ordem, da educação, da disciplina, da saúde, da justiça, da assistência social, do combate ao abandono e a criminalidade, as ações se revezam para consagrar os castigos as punições em um sistema de crueldades (PRIORE, 2010, p.364).

A situação da infância e juventude no período autoritário do regime militar foi marcado por mudanças no governo, que culminou com a intervenção militar e impõe ao Estado um arranjo político de forças socioeconômicas que tem o interesse de manutenção de continuidade do padrão de desenvolvimento “dependente associado”. Assim, como bem enfatiza Netto (2011),

A projeção histórico-societária de que deveria encarregar-se o Estado ditatorial estava inscrita, como necessário desenvolvimento da sua programática econômico-política, já, na implementação da continuidade do padrão de desenvolvimento dependente e associado- tratava-se de operar para a criação, no espaço nacional, das condições ótimas, nas circunstâncias brasileiras, para a consolidação do processo de concentração e centralização do capital (NETTO, 2011, p.30).

O nível de articulação e das funções econômicas e políticas desempenhadas pelo Estado, onde o capitalismo atinge o seu estágio monopolista, assume novas formas de legitimação e regulação político – ideológica. No estágio de desenvolvimento do capitalismo dos monopólios, baseado na ideia dos superlucros, o Estado assume, tanto funções econômicas, mas também na área social, com o desenvolvimento das políticas sociais. Destacamos aqui, que pela própria dinâmica de contradições, as políticas sociais são colocadas como resultado do complicado jogo de interesses, confrontos e conflitos.

E somente nessas condições que as sequelas da “questão social” tornam-se objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômico- sociais e políticas segregadas na ordem monopólica [...] que a “questão social” se põe como alvo de políticas sociais (NETTO, 2011, p.29).

É nesse contexto social e econômico que está inserido o atendimento às crianças e adolescentes. Nesse período a Assistência à infância estava vinculada ao Ministério da Saúde, mas continuada nos mesmos moldes do Departamento Nacional da Criança. Em meados dos anos de 1960 algumas ações pontuais são elaboradas a exemplo da estratégia de preservação da saúde da criança, realizada em conjunto com o UNICEF e FAO, onde é proposta a criação de Centros de Recreação, com forte apelo à participação da comunidade, o chamado Método do Desenvolvimento de Comunidade. Sob essa ótica, é possível perceber que atrelado à prática já conhecida como a higienista, assistencialista, agora com caráter mais participativo, comunitário e desenvolvimentista.

Nesse mesmo período o Serviço Nacional de Assistência ao Menor foi substituído pelo Instituto Nacional de Menor, fato ocorrido em 1955, tendo em vista que o antigo SAM, não correspondia mais aos interesses do estado, sendo alvo de várias denúncias por parte de juízes, ministros, onde afirmavam que o serviço não colaborava com a “readaptação dos menores”. Como golpe militar de 1964, foi criado um novo órgão, denominado a Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM). Como bem enfatiza Faleiros (2011), o momento não era de divergir, devido à forte repressão militar.

É fundamental notar que a mudança de uma estratégia repressiva para uma estratégia integrativa e voltada para a família tem um novo ordenamento institucional dentro de um governo repressivo que, por sua vez, fará reverter os propósitos educativos e integrativos do novo órgão (FALEIROS, 2011, p.63).

O período marcado pelo regime militar que durou até 1985 foi um momento em que o país favoreceu de forma significativa, a articulação entre Estado e as empresas multinacionais, investindo no capital privado, em especial a indústria automobilística. O Estado era o grande canalizador de recursos para a manutenção e crescimento das empresas e acarreta o crescimento do consumo e o crescimento econômico que cresceu em 13,3% entre os anos de 1968 e 1973, esse período ficou historicamente marcado como “milagre econômico”.

Nesse contexto, a FUNABEM, passa por um processo de “adequação” ao regime militar e acaba sendo moldada ao redime tecnocrata e autoritário, com vistas a garantir o

controle e a segurança nacional, discurso pregado pelos militares que comandavam o país. Ao longo da década o governo amplia de forma significativa a implantação de mais 10 unidades a FUNABEM, sendo definido de “cima pra baixo” o que eles denominavam de “Política Nacional de Bem-Estar no Menor”. Em 1979 é aprovado o novo código de menores (Lei nº6.697) que adota a “doutrina da situação irregular”, segundo Faleiros (2011, p.70), o código adotou a ideia que “os menores são sujeitos de direitos quando se encontrarem em estado de patologia sócia, definida legalmente”, mais uma vez na história da infância, o poder de definição estava centrado nas mãos do juízes.

O referido código aponta as situações de privação de condições essenciais à subsistência, saúde e instrução, por omissão, ação ou irresponsabilidade dos pais ou responsáveis, por ser vítima de maus-tratos, por perigo moral, desvio de conduta. Focaliza-se a responsabilidade da família e do “menor”, mostra o caráter contraditório do Código aprovado em 1979, que pouco avançou no sentido de garantir direitos, mantendo uma postura repressora e de penalizar as crianças e adolescentes filhos da classe trabalhadora, negando o acesso à cidadania.

Em suma, podemos inferir que o quadro apresentado sobre as condições em que foi criada a política de atendimento à infância e adolescência, reflete de forma incisiva o caráter conservador, antidemocrático e perverso que está materializada na forma como o Estado tratava a questão do “menor”, de forma estigmatizante, justificada, necessariamente pela lógica do modelo de proteção social vigente que estava ancorado na reintegração, situação irregular e no caráter punitivo. Tal dinâmica tem a partir da década de 1980, a incorporação de movimentos sociais que empreendem esforços significativos em alterar a legislação vigente em busca de uma abordagem ancorada na garantia de direitos, o que se considerou um avanço no processo de reversão do antigo modelo de proteção social à infância e juventude brasileira.

A partir do momento da abertura política do país, os segmentos e movimentos sociais organizados iniciam um movimento de reivindicações e exige a extinção imediata do código de menores, fato que ocorre definitivamente com a aprovação da constituição de 1988, que extinguiu na forma da lei a concepção de “pobreza – delinquência” abandona-se definitivamente o termo “menor”, carregado de estigmas e preconceitos e adota-se a partir de então o termo crianças e adolescentes.

As décadas de 1980 e 1990 são marcadas por um momento onde o país passa por um processo de liberalização do controle exercido pelo Estado. O país desde 1970 já sofria os efeitos da crise econômica, altas taxas de inflação, juros e recessão. No processo de abertura política, os direitos da criança e adolescentes são colocados em evidência, a partir das mobilizações realizadas pelos movimentos sociais no país que refletiam as discussões realizadas internacionalmente amparadas nas regras de Beijing (1985), nas Diretrizes de Riad (1988) e na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989), foram elaboradas várias emendas populares onde reafirmavam o apoio aos direitos da crianças e do adolescente, sendo instalada a Comissão Nacional Criança e constituinte, pela portaria interministerial, e criada em âmbito nacional os Fóruns DCA (Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente).

A aprovação da Constituição federal de 1988, garante na forma da Lei, nos artigos, 227, 228 e 229, como dever do Estado e da sociedade garantir o direito à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Ao tempo que a legislação avança no sentido de trazer algumas garantias importantes no sentido de adotar um novo modelo de atenção à criança e ao adolescente, temos um contexto de crise econômica que vem se agravando desde a década de 1970, fruto do processo de industrialização, do êxodo rural, e crescente expulsão dos homens do campo para cidade, que afeta diretamente o desenvolvimento das Políticas Sociais.

Neste percurso, inúmeros projetos alternativos coordenados em sua maioria absoluta por Organizações Não Governamentais, que mantinham a velha parceria de articulação ente o público e o privado, fica evidente que a cada momento a ONG's assumem o papel do setor público. Ao mesmo tempo, os movimentos que defendiam através de uma linha mais progressiva, que exigiam a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, realizaram encontros e negociações, e após dois anos da promulgação da constituição federal em julho de 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente é aprovado, revogando assim o Código de Menores e a Lei que criou a FUNABEM, adota-se a partir desse momento a doutrina da proteção integral,

[...] reconhece assim a criança e o adolescente como cidadãos; garante a efetivação dos direitos de criança e do adolescente; estabelece uma articulação do Estado com a sociedade na operacionalização da política da Infância com a criação dos Conselhos de Direitos, dos Conselhos Tutelares e dos Fundos geridos por esses conselhos; descentraliza a política através da criação desses conselhos em níveis estadual e municipal, estabelecendo que em cada município haverá no mínimo um conselho tutelar, composto por cinco membros, escolhidos pela comunidade local; garante à criança a mais absoluta prioridade no acesso às políticas sociais, estabelece medidas de prevenção, uma política especial de atendimento, um acesso digno à justiça com obrigatoriedade do contraditório (FALEIROS, 2011, p.81).

As crianças e jovens agora são consideradas como prioridade do Estado, com a aprovação da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, considerada por organismos internacionais, umas das leis mais avançadas no que concerne à proteção de crianças e adolescentes, que tem em seu arcabouço a intenção de proteger, “a legislação pretende protegê-los da família desestruturada e dos maus – tratos que venham a sofrer, quer garantir educação, políticas sociais, alimentação e bases para o exercício da cidadania” (PRIORE, 2010, p.366). Concretamente só a partir da aprovação da Constituição de 1988, a “constituição cidadã”, é que criança e adolescente aparece no contexto de cidadania e foi sendo incorporado nos discursos oficiais, fruto da mobilização e articulação fomentada pelos movimentos sociais. De fato, até esse momento, a questão da infância era vista a partir de uma perspectiva de autoritarismo, clientelismo, atrelada a repressão e manutenção da ordem, que oscilava entre o polo assistencial, jurídico e institucional.

As modificações ocorridas repercutiram na legislação concernente à criança e adolescência a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal. Contudo, a questão da violência sofrida por crianças e adolescentes recebeu um maior enfoque na legislação brasileira a partir dos anos 1990 com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei n. 8.069, de 1990). Por meio do ECA, as crianças e os adolescentes são, juridicamente, considerados como sujeitos de direito, que estão em desenvolvimento e que têm prioridades totais e não mais tratados como menores infratores. No ECA, “as crianças e adolescentes são reconhecidas e assegurados direitos e garantias sociais, mediante os quais passam a ser atendidos e respeitados não mais como clientes, menores ou objetos de tutela, mas como sujeitos credores de direitos” (AMARO, 2003, p. 38)

Incorporar uma política que tenha como ganho a proteção integral, a garantia de direitos de cidadania, onde a questão da criança e do adolescente esteja baseada na “participação” e no “direito”, implica uma estrita relação com o Estado que deve propiciar e defender os direitos a partir da perspectiva da cidadania. Se por um lado a promulgação e

avanços obtidos no seu aparato legal adotado pelo Estado brasileiro a partir da década de 1990, não podemos perder de vista, a conjuntura e o contexto do capitalismo global e o crescimento do Estado neoliberal, fruto da herança do modelo de crescimento econômico, baseado na não distributividade e em processo político de ordem meritocrática e autoritária, que em larga escala inibia a aplicação e ampliação dos direitos sociais, que segundo Leal (2014, p.43).

As relações que se estabelecem entre Estado e sociedade, entre políticas econômicas e sociais, nessa conjuntura, é a da ética subordinada a interesses dos países centrais mediados pelas agências supranacionais (multilaterais), como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, os quais imprimem na agenda mundial a importância de desregulamentação e primazia do mercado; da redução dos gastos públicos, especialmente na área social e da diminuição do tamanho das funções do Estado (LEAL, 2014,p.43).

Isso significa dizer que todas as garantias previstas no texto constitucional não podem ser garantidas quando o Estado brasileiro afirma uma política social no discurso, mas que na prática não se realiza, cumpre-se apenas parte dos direitos sociais, no momento que ele prioriza o econômico em detrimento do social, realizando cortes e ajuste fiscal, buscando fortalecer o mercado. É esse o contexto, que a doutrina da Proteção Integral enfrenta, um “Estado mínimo”, permeado por contradições que limitam o desenvolvimento integral e aplicabilidade da legislação. Presencia-se o estímulo à política “focal” dirigida às crianças e adolescentes vítimas de violência em nosso país.

CAPÍTULO II

PROTEÇÃO SOCIAL E REDE DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Nesse segundo capítulo tratamos da relação entre as Políticas Públicas e a Rede de Proteção Social de enfrentamento a violência doméstica contra crianças e adolescentes, compreendendo papel da Rede de Proteção Social como forma de respostas do Estado às expressões da questão social, partindo do pressuposto de que as políticas públicas adotam uma nova forma de abordar e desenvolver os diversos projetos e programas, de forma intersetorial. Por fim, abordamos a relação da família com espaço de manifestações de violência.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL

Tratar sobre rede de proteção social voltada para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência doméstica nos remete a pensar as respostas como o Estado tem tentado garantir proteção social, frente às diversas expressões da “questão social”, materializadas através da implementação das políticas sociais. A realidade de violência sofrida pela infância e adolescência tem imposto ao poder público a necessidade de uma abordagem mais ampla, integrada para o seu enfrentamento. As políticas de Assistência Social, educação, saúde em especial são espaços legítimos e que devem em tese garantir proteção social.

O Brasil muito recentemente começa a dotar a metodologia a partir das potencialidades do trabalho em rede, sendo capaz de reunir pessoas, instituições em torno de objetivos comuns, passa por um processo de descentralização, flexibilidade e dinamismo da sua estrutura e funcionamento, mas também requer autonomia e horizontalidade das relações estabelecidas. Pensar a “rede” é conceber o sentido de articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços para garantir a integralidade de atenção aos segmentos sociais vulneráveis ou em situação de risco pessoal e social (MURANO, 2008, p. 25). Assim, quando tratamos de “rede” significa dizer que estamos nos referindo ao conjunto de instituições, seja de ordem governamental ou não

governamental, que tem uma ação integrada de forma intersetorial para atender crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica.

Segundo Martinho (2003,p.49-50),

A razão de existir da rede é o conjunto de propósitos comuns a todos os participantes- e, em geral, esse conjunto de propósitos incorpora também um conjunto de valores comuns. Participar de uma rede implica, portanto, compartilhar os mesmos propósitos e os mesmos valores comungados pelos demais integrantes da rede. O surgimento das redes ocorre quando um propósito comum consegue aglutinar diferentes atores e convocá-los para a ação. O elemento de coesão das redes é uma ideia, força, uma tarefa, um objetivo. Algo que parece frágil como princípio organizacional, mas quando potencializado pela ação voluntária se constitui num poderoso agente de transformação (MARTINHO, 2003, p.49-50).

Ao pensarmos o trabalho que é desenvolvido pelos atores que compõem a rede de proteção social atualmente devemos considerar que esta é composta não só por órgãos governamentais, setoriais vinculados às diversas políticas públicas, em serviços organizados pelo, mas que envolve também as organizações da sociedade civil, que mantém um estreito vínculo no desenvolvimento a políticas sociais, dentro da configuração do atual modelo neoliberal adotado pelo Estado, que consiste na divisão de responsabilidades na oferta de serviços públicos entre Estado e sociedade, sob a justificativa de desonerar o Estado.

O nosso entendimento, entretanto, ao pensarmos o trabalho no âmbito da rede de proteção social passa necessariamente pela a articulação entre os serviços e políticas sociais do Estado destinadas a atender crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. De fato não podemos desprezar ou desvalorizar ação das ONG's no campo da atenção a crianças e adolescentes, contudo, entendemos que estas ações devem ser uma responsabilidade do Estado, pois isso significa a consolidação de direitos sociais que não podem está à revelia do financiamento de projetos por setores particulares.

Por este prisma de atuação fica evidente que o conceito de rede passa a ser transfigurado pelo sistema de ideologia neoliberal, a qual tem sido reconhecida no cenário atual como responsável pelos laços de solidariedade entre as pessoas. De acordo com essa perspectiva, as ações em rede dizem respeito não só às ações públicas executadas pelo Estado, mas também às ONG's e de indivíduos particulares, em prol do “bem-comum”, reforçando com isso um vínculo de solidariedade de transferência de responsabilidade do poder público.

Como expressão máxima dessa tendência vem se destacando nos meios intelectuais e políticos a defesa ideológica do *pluralismo* no âmbito da proteção social contemporânea (*welfare pluralism*). Por bem-estar pluralista ou misto entende-se a ação compartilhada do Estado, do mercado (incluindo as empresas) e da sociedade (organizações voluntárias, sem fins lucrativos, a família ou rede de parentesco) na provisão de bens e serviços que atendam necessidades humanas básicas. Esta concepção define uma divisão fundamental de responsabilidades no capo do bem-estar e uma redistribuição de funções entre os três “parceiros”: Estado, mercado e sociedade [...] estas três esferas detém recursos específicos, na visão dos pluralistas, podem ser integradas com vantagens, a saber: o mercado detém o capital; o Estado, o poder e a sociedade, a solidariedade (PEREIRA, 1999, p.199).

O Processo de construção de uma Rede de Proteção Social a crianças e adolescentes, no Brasil, teve início na década de 1980 e ganha novos contornos a partir da elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e Adolescente na década de 1990, fruto da mobilização de toda a sociedade, dos movimentos sociais, instituições, que propiciaram a construção de uma rede que potencializou atuações mais abrangentes e multiprofissionais, tendo como foco a política de direitos de crianças e adolescente.

Como destacamos a própria construção do ECA prevê a participação complementar da ONG's na execução de serviços, projetos e programas voltadas pra atenção de crianças e adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990, p. 17) traz em seu arcabouço legal o sentido de zelar pela proteção de crianças e adolescentes, como um compromisso e responsabilidade de toda a sociedade. Com o ECA, espera-se que a sociedade, de forma geral, seja uma efetiva fonte de denúncias, conforme expressa o artigo 18 da lei: “é dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”.

Destaque-se ainda o artigo 13, apontando que “os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra crianças e adolescentes são obrigatoriamente comunicados ao conselho tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais” (ECA, 1990, p. 10). O advento do Estatuto da Criança e do Adolescente reconhece a violência contra crianças e adolescentes, a traduz em forma de Lei uma nova perspectiva de desenvolvimento de um sistema de proteção e promoção de direitos, através da implantação de entidades e serviços fundamentais para a efetiva proteção aos direitos básicos da criança e do adolescente.

Nesse sentido, torna-se fundamental compreender a definição de violência infanto juvenil. Segundo Minayo (2001,p.26),

A violência contra a criança e adolescente é todo ato ou omissão cometido pelos pais, parentes, outras pessoas e instituições capazes de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima. Implica, de um lado, uma transgressão no poder/dever de proteção do adulto e da sociedade em geral e, de outro lado, numa coisificação da infância. Isso é uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condições especiais de desenvolvimento (MINAYO, 2001, p.26).

A violência doméstica costuma ser equivocadamente associada à pobreza, mas é um fenômeno presente, invariavelmente, em todas as classes sociais. Nos segmentos mais pobres, a própria configuração física do ambiente doméstico (favelas, cortiços, aglomerados familiares, etc.) facilita a exposição e a denúncia de maus tratos, uma vez que as fronteiras entre o público e o privado são bem mais diluídas. Já nos estratos sociais mais elevados, as “fronteiras da intimidade” são muito demarcadas e o acesso às mazelas domésticas torna-se restrito e controlado.

No que se refere à violência, em suas múltiplas demonstrações, as maiores vítimas são as crianças e os adolescentes, por sua situação de vulnerabilidade. A violência doméstica praticada contra crianças e adolescentes em suas diferentes formas, física, sexual e psicológica, negligência – podem ser compreendidas como um tipo de violência que se reproduz em sua maioria em espaços privados, em geral praticada por pais ou responsáveis. Devido ao espaço onde a violência é praticada, a mesma pouco é denunciada, todavia ela apresenta um forte apelo social e tem mobilizado instituições e políticas públicas para o seu enfrentamento.

A violência doméstica contra crianças e adolescentes é um fenômeno, como já afirmamos multifacetado, imposto socialmente, sendo fundamental a atuação dos gestores (as) e profissionais que atuam na rede de proteção social, no sentido de desvendar e conhecer melhor, refletindo sobre a temática, para que possam por meio da prevenção, evitar que crianças e adolescentes sejam vitimados pela violência familiar, e em casos de suspeitas, comunicar aos órgãos competentes para que estes possam tomar as providências necessárias previstas na legislação vigente. Quanto ao que preconiza a legislação sobre o papel dos profissionais que se omitem em relação ao problema, o artigo 5º esclarece: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade, opressão, punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (ECA, 1990, p. 08).

Nesse sentido, é necessário compreender como a estrutura da Rede de Proteção Social está organizada, a forma como estas delimitam e compartilham o poder e os recursos humanos, atores, grupos e instituições, assim como, sua atuação em um determinado território no enfrentamento à violência doméstica contra crianças e adolescentes. Entendendo ainda que as decisões em torno da problemática não devem ser apenas de um ator da rede, mas parte de uma ação conjunta, coletiva e de responsabilidade de todos que estão envolvidos, tendo em vista o adequado funcionamento da Rede:

A constituição de uma rede de prevenção à violência exige, quase sempre, um movimento mais intenso, mais contínuo, para integrar diferentes atores sociais. Além da necessidade de compartilharem um mesmo código de comunicação, o que significa ter a mesma compreensão das diferentes formas de violência, suas causas e consequências, é preciso que os participantes ajam em sincronia frente à urgente demanda de intervenção (NJIANE et al, 2006, p. 03).

Dentre os atores que compõem a Rede de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica estão, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Secretarias de Assistência Social, Educação, Saúde, Poder Judiciário, Ministério Público, Delegacia de Polícia e a Família, onde legalmente cada um tem sua atribuição e competência no enfrentamento à violência doméstica contra crianças e adolescentes.

O Estado, a sociedade e a família devem intervir no sentido de garantir e proteger a dignidade, a liberdade, a vida, a saúde, de crianças e adolescentes, desenvolvendo ações de proteção integral, de defesa de direitos, procurando restaurá-los e responsabilizar os juridicamente violados. Além disso, devem promover direitos, que favoreçam seu exercício, de maneira prazerosa, via programas e serviços de políticas públicas, bem como o controle social pela sociedade civil organizada, especialmente via movimentos sociais, entidades sociais e comitês e conselhos.

Esta rede deverá envolver organizações governamentais e não governamentais instituições acadêmicas voltadas a formulação de disseminação de conhecimento e demais instituições da sociedade civil que possam discutir, estratégias de enfrentamento (NETO, 2006, p. 59).

Grosso modo, cada grupo de atores que compõem a rede de proteção social, respondem a um conjunto de atribuições e responsabilidades previstas legalmente. Ou seja, o

papel dos Conselhos sensibilizar o Estado na construção de políticas públicas e defender quem têm os direitos violados. São instâncias de caráter deliberativo e com função de controle das políticas sociais. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA⁸, criado a partir de 1988 com o processo de descentralização das políticas públicas, tendo em sua composição a presenças de órgãos governamentais e não-governamentais, atuando de forma paritária, especificamente, tem atribuição de elaborar e propor os Planos de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, indicando as políticas públicas e as ações que garantam a proteção integral da criança e do adolescente.

Já os Conselhos Tutelares são órgãos públicos municipais, previstos no ECA, cuja missão institucional é zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes, tendo caráter permanente e gozam de autonomia hierárquica no cumprimento de suas competências e atribuições. Como prevê o próprio ECA, o Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, em nível municipal.

Os órgãos do Sistema Judiciário, por sua vez, são responsáveis pela aplicação das medidas judiciais necessárias à garantia dos direitos de crianças e adolescentes. São dirigidas por juízes e, quase sempre, possuem equipe psicossocial que tem por função subsidiar as decisões judiciais. Atuam de forma integrada com os Conselhos Tutelares e com o Ministério Público, tendo essencialmente a função institucional defender e assegurar os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, através da aplicação de medidas judiciais previstas no ECA. Já a Delegacia de Polícia, órgão da Segurança Pública, exerce a função de polícia judiciária, cabendo-lhe a apuração, através de inquérito policial, de ilícitos cometidos contra crianças e adolescentes.

Por último, os órgãos executores de políticas públicas de atenção ao segmento infanto-juvenil são organismos fundamentais na constituição da Rede de Proteção Social. Suas atribuições são de garantir o acesso à saúde, à educação, e à assistência social, ou seja, aos direitos assegurados no ECA. Dentre os órgãos executores, destacam-se principalmente organizações governamentais (secretarias estaduais e municipais) e não governamentais (entidades sem fins lucrativos, associações, ONGs).

⁸O conselho de Direitos da Criança e do Adolescente é um órgão consultivo, podendo recorrer as autoridades, instituições de assistência, escolares e sociedade em geral. É também órgão deliberativo, podendo decidir sobre questões que envolvam interesse ou proteção infanto-juvenil, comunicando sua decisão ao poder público, que deverá por em prática a decisão tomada. É um órgão controlador da política de atendimento à criança e adolescência (ECA1990).

A construção de modelo de políticas sociais que tem por objetivo garantir a cidadania de crianças e adolescentes pressupõe a superação das concepções clientelistas, assistencialistas, populistas, que constituem a tradição da história brasileira no tocante à política de atendimento à criança e adolescência no país, de forma articulada. Em geral, nos serviços que compõem as políticas sociais, chamadas políticas de inclusão, acionam-se pedagogias que ensinam uma “cidadania de sujeição”, a partir da qual se produz uma “autonomia regulada”, ou seja, o direito à liberdade tem sua garantia subordinada ao cumprimento de deveres. Construída dessa forma, a condição do/a cidadão/ã de direitos não é natural nem libertária, pois está condicionada a uma série de regras e lógicas assentadas na boa conduta (CARVALHO, 2009).

2.2 -INTERSETORIALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

O tema intersectorialidade tem ocupado nos últimos tempos um lugar central na agenda das políticas sociais, fato que se justifica pela total complexidade das mais diversas expressões da questão social, presentes na realidade, que pode ser traduzida pelo agravamento da pobreza, das desigualdades sociais e pela incompletude do nosso sistema de proteção social em responder as demandas por direitos sociais. Embora que, com advento da Constituição federal de 1988 a perspectiva de universalização, ainda vemos a incompletude da ação do Estado no campo social.

Quando nos reportamos às principais áreas de atuação/intervenção do Estado, percebe-se uma inflexão na trajetória recente a Política de Saúde, desde a reforma Sanitária até a provação do SUS, onde acontecem distorções com a transferência da gestão dos serviços e recursos humanos. Na política de Educação também persistem os baixos salários, baixos índices de qualidade e de universalização de acesso, fato que se replica na Política Pública de Assistência Social, que apesar da centralidade na agenda social do governo, entretanto, sem o devido investimento na rede de proteção social.

Persiste essencialmente a lógica da fragmentação de organização das políticas públicas e a fragilização dos espaços de “concertação” interinstitucional, apesar da crescente proliferação de programas e projetos de cunho intersectorial no âmbito federal e que se replica nos governos estaduais e municipais.

Para Monnerat e Souza(2014,p.42):

Nesse contexto, é evidente a necessidade de alterar este quadro de fragmentação de ações sociais, tarefa nada trivial e que constitui um dos principais desafios em direção à implementação efetiva da seguridade social visando à sustentabilidade de formas de funcionamento mais integrada das políticas públicas. A efetivação da intersectorialidade exige resposta adequada, o que inclui, além de clara intenção política, maiores investimentos (MONNERAT e SOUZA, 20014, p.42).

Intersetorialidade, termo cheio de significados e com diversas possibilidades de aplicação. Em se tratando das Políticas Sociais Públicas, está apoiado no reconhecimento da relação concertada entre os diversos setores e que implica em mudanças na forma de gerir as políticas, no sentido de ampliar o acesso de forma mais democrática.

Como bem retrata Pereira (2014,p.23),

A intersectorialidade tem sido considerada como: uma nova *lógica* de gestão, que transcendo um único “setor” da política social; e/ou uma *estratégia* política de articulação entre os “setores” sociais diversos e especializados. Além disso, relacionada à sua condição de estratégia, a intersectorialidade também é entendida como: *instrumento* de otimização de saberes, competência e *relações sinérgicas*, em prol de um objetivo comum; e *prática social* compartilhada, que requer pesquisa, planejamento e avaliação para a realização de ações conjuntas (PEREIRA, 2014, p.23).

Nessa linha de pensamento, o desenvolvimento de ações das Políticas públicas deve está em constate sintonia e sinergia, ou seja, devem dialogar, trabalhar em conjunto, compartilhar os saberes no desenvolvimento das práticas profissionais.

O termo intersectorialidade apesar de ter uma definição terminológica precisa, tem em sua essência conceitual a ideia de “superação” da desintegração dos diferentes “setores” nos diversos campos de conhecimento. Quando tratamos de Política Pública a ideia de setor ainda é considerada como ponto pacífico, convencionalmente as políticas sociais são divididas em “setores”.

Esse convencionalismo se torna mais insólito quanto mais se sabe que os chamados “setores” das políticas sociais, como saúde, educação, previdência, assistência, fazem parte, na realidade, de um todo indivisível, já que cada política contém elementos das demais, que dificulta a sua programação e financiamento isolados (PEREIRA, 2014, p.25).

Compreende-se que o termo “setor” representa essencialmente um “arranjo técnico” criado para facilitar a gestão das diversas políticas sociais e suas arenas de conflitos e interesse, e não pode ser colocado como base definidora de ações compartilhadas das políticas.

Nesse sentido, o discurso que permeia o debate em torno da intersetorialidade em alguns momentos refere-se à articulação, soma, síntese, unidade, rede, e em outro momentos como superação da fragmentação dos “setores”. Embora a intersetorialidade seja identificada como busca pela transcendência do escopo setorial, ela se traduz como, “articulação de saberes e experiências”. Por outro lado, pensando a intersetorialidade como rompimento da tradicional ação fragmentada da política social, que a divide em “setores”, admite-se que ela propicie mudanças de fundo, como reforça Pereira (2014, p.26), “mudanças nos conceitos, valores, culturais, institucionalidades, ações e forças de prestação de serviços, além de inaugurar um novo tipo de relação entre Estado e cidadão”. Contudo, essa relação entre Estado e sociedade é permeada por contradições e conflitos nas relações interssetoriais, em uma crescente correlação de forças.

Apreende-se que a intersetorialidade não se configura apenas como uma estratégia técnica e burocrática de cunho administrativo significa mudanças dos processos políticos, que envolve uma diversidade de interesses, conflitos, interesses, contradições e poderes.

Nas principais abordagens que utilizam a intersetorialidade como estratégia de gestão voltada para construção de interfaces entre os setores e instituições, que buscam enfrentar de forma articulada as mais diversas complexidades do cotidiano da sociedade, ganha destaque em larga escala a produção de conhecimento na área de **Saúde Coletiva e Administração Pública**, já a área de Educação e Assistência Social, constata-se pouca produção, muito embora, esta última tem apresentado a partir da instituição do Programa Bolsa Família e do Serviço de Atenção Integral à Família (PAIF).

O debate da intersetorialidade na área da saúde coletiva nasce a partir do conceito ampliado de saúde, a partir do movimento da Reforma Sanitária, onde se reconhecem todos os determinantes sociais que interferem diretamente nas condições de saúde da população, e não somente com aspectos biológicos. Isso implica o estabelecimento da construção de agendas de políticas públicas que envolve a participação dos mais diversos atores/setores para alcançar melhores resultados.

Ao nos debruçarmos sobre a política de Assistência Social, no que se refere a iniciativas de cunho intersetorial, evidencia-se a (re) construção da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e da criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que define uma nova agenda com diretrizes e objetivas em relação à organização, onde a intersetorialidade passa a ser presente em todo o campo.

O SUAS tem como principais pressupostos a territorialidade, a descentralização e a intersetorialidade. Entende-se que o paradigma desse sistema articula a descentralização com a intersetorialidade, uma vez que o objetivo visado é promover a inclusão social ou melhorar a qualidade de vida, resolvendo os problemas concretos que incidem sobre a população (MONNERAT e SOUZA, 2014, p.45).

Por outro lado, a área da Educação, apresenta a mais baixa produção bibliográfica sobre o tema da intersetorialidade, embora seja evidente que os efeitos das diversas manifestações da questão social impactam de forma direta a área de educação, interferindo incisivamente de forma negativa em questões relativas à evasão escolar, altas taxas de analfabetismo, baixos índices de escolaridade,

As mesmas autoras reforçam que,

[...] O olhar da Educação sobre a intersetorialidade tem como base o reconhecimento de que os problemas estruturais que afetam as famílias repercutem diretamente nas condições de aprendizagem das crianças e adolescentes. Entretanto, vale notar que não se observa na literatura atual registro de estudos cuja ênfase seja a implementação de experiências interssetoriais com o protagonismo da área de educação, de onde pode-se levantar a hipótese de que este setor, comparado a saúde à assistência social, apresenta legado histórico mais hermético e menos voltado para proposições de diálogo inter-relação com outras políticas sociais (MONNERAT e SOUZA, 2014, p.47).

A perspectiva de trabalho a partir de uma perspectiva intersetorial deve considerar o quanto jovem é a trajetória das políticas de Assistência Social, Educação e Saúde, verifica-se que existe um “campo aberto” com varias possibilidades de diálogo entre as áreas citadas, a partir do modelo da descentralização das políticas sociais.

Como clarifica Vecina (2006, p.53) a busca e realização de estudos que exponham a realidade em que se encontram as crianças e adolescentes permitem a planificação de intervenções eficazes, privilegiando a ações em rede, contemplando a interdisciplinaridade e a intersetorialidade, de forma articulada e eficaz no sentido de interrupção do ciclo de violência.

2.3 A FAMÍLIA COMO ESPAÇO DE MANIFESTAÇÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Ao tratarmos da família na cena atual, no século XXI, nos remete a questões históricas, em suas diversas fases. A família em qualquer sociedade é considerada o primeiro lugar de socialização dos indivíduos, onde ele é motivado a aprender, a falar, aprende valores, comportamentos e concepções de mundo.

O termo família, segundo Costa (2014) vem do latim *Famulus* e significa escravo doméstico. Os estudos de cunho antropológico demonstram que a história da humanidade é marcada por sociedades humanas coletivas, sejam, tribais, nômades e matriarcais. Estas sociedades primitivas organizavam-se através da figura materna. Constata-se nesse momento um tipo de relação igual entre mulheres e homens, desde a colheita dos alimentos até no cuidado com as crianças. Com o passar do tempo e a descoberta da agricultura, junto com caça e o fogo e a partir da fixação do homem em um local (comunidade), ocorre uma redefinição dos papéis.

Como afirma Costa (2014,p.62)

Nessa época os homens eram, em sua grande maioria, responsáveis pela caça e as mulheres eram responsáveis pelo cultivo da terra e cuidado das crianças. Ao se conhecer a participação do homem na reprodução e, posteriormente, o estabelecimento da propriedade privada, houve uma predominância das relações monogâmicas com a finalidade de garantir a herança dos filhos legítimos (COSTA, 2014, p.62).

A partir desse momento, tem-se um controle mais rígido sobre o corpo da mulher, da sexualidade feminina, institui-se a família monogâmica, a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, iniciado assim o patriarcado, onde o homem tinha o controle sobre as mulheres. Castells (1999) afirma que o patriarcado configura-se como uma estrutura sobre a qual as sociedades contemporâneas se constituem. Apresenta características baseadas na autoridade instituída ao homem que é exercida sobre os membros da família no espaço doméstico, denominada “direito do pai”, revelando-se como uma forma desigual entre homem e mulher, retratada pelo poder, dominação e violência.

A violência intrafamiliar expressa dinâmicas de poder/afeto nas quais estão presentes relações de subordinação e dominação. Nessas relações, pais e filhos, de diferentes gerações,

estão em posições opostas e assimétricas. No campo das relações familiares geradoras da violência, é preciso também considerar a desigualdade de poder entre homens e mulheres. Usualmente, são as mulheres que ocupam a posição subalterna nessas relações.

A família, base da estrutura patriarcal, vem sofrendo transformações, devido os aspectos relacionados à inserção da mulher no mundo do trabalho, o desenvolvimento científico e tecnológico no campo da reprodução humana, como advento dos anticoncepcionais, a fertilização invitro, que possibilitou a mulher um maior controle sobre sua sexualidade, desenhando assim uma nova forma de organização das famílias. Historicamente, a família deixa de ser concebida com algo natural e passa a ser compreendida como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um tempo, unidas ou não por laços consanguíneos e tem sua estrutura marcada por relações de gênero e ou/gerações, articulada na estrutura social na qual esta inserida.

A realidade de vida de crianças e adolescentes e suas famílias, vítimas de violência doméstica, atendidos nos serviços e programas da Rede de Proteção Social e na experiência do Município de Itabaianinha/Se, é caracterizada em geral, por situação de pobreza, vivendo em precárias condições de habitação, com problemas relacionados à alimentação, ao desemprego, à educação, particularmente evasão escolar. Os contextos de vulnerabilidade social, econômica e simbólica influem no estabelecimento de relações violentas, mas não podem ser tomados a partir de uma lógica causal, uma vez que nenhum desses aspectos pode ser considerado como causa única.

Nos modelos de proteção social a participação da família passa a ter um espaço privilegiado, pois ela passa a ser a responsável pelo bem-estar de seus membros. Desse modo, Carvalho (2008) assemelha o exercício de proteção inerentes das famílias com as funções das políticas sociais, pois, segundo ela, as duas visam dar conta da produção e da proteção social dos que estão sobre sua tutela. A autora afirma que nas comunidades contemporâneas essas funções são compartilhadas com o Estado, pelas políticas públicas. O Estado e a família desempenham papéis similares, pois regulam, normatizam, impõem direitos de propriedade, poder e dever de proteção e assistência. É nesse contexto, que a autora afirma que com a Constituição e com o ECA, na década de 1990, o Estado acaba colocando o olhar na infância: “[...] Não era propriamente um olhar sobre a família, mas sim para a criança na família” (CARVALHO, 2008, p. 268).

Esses papéis similares do Estado e da família não são semelhantes por mera coincidência. Pois, de acordo com Miotto (2009), a partir do momento que entra em cena o projeto de Estado neoliberal, há uma “supervalorização da família”, e passa sua responsabilidade de garantir a proteção social da família para a sociedade civil, focando no voluntariado que favorece “a reativação das práticas disciplinadoras tão comuns nos séculos anteriores, principalmente em relação às famílias pobres” (MIOTTO, 2009, p. 141).

Ao pensarmos nas famílias que cometem violência doméstica contra seus filhos, fugimos da ideia do senso comum de famílias “desajustadas ou “desequilibradas”, pois consideramos que ao culpabilizar apenas o indivíduo, estamos analisando o fenômeno na superficialidade do fato, desprezado assim, a ideia de totalidade e das formas como o fenômeno da violência doméstica tem se colocado na sociedade dentro das relações sociais, como expressão da “questão social”. É fundamental termos dados sobre todas as formas de violência contra a criança e adolescente para que políticas públicas possam ser estabelecidas/fortalecidas. É lamentável que no Brasil essas informações sejam superficiais, pouco precisas, expressivas e que não representem a realidade do país. Mas de toda forma essas informações são válidas e importantes como uma amostra, como um indicativo e a sua divulgação é relevante para levar à discussão do tema pela sociedade, através dos meios de comunicação. A ação educativa na família, o processo de socialização e as políticas sociais podem, portanto, ser conduzidos, contribuindo para a formação de sujeitos ou para a manutenção da exclusão e da não cidadania.

CAPÍTULO III

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E GÊNERO

Neste capítulo aboramos os conceitos considerados relevantes e orientadores para a análise e compreensão da Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes (VDCA) um fenômeno que apresenta múltiplas faces, diversas manifestações contemporâneas, seja de ordem cultural, social, política e econômica, atrelado às desigualdades de gênero, as relações de poder e dominação, visando ampliar a compreensão do fenômeno da violência doméstica praticada contra crianças e adolescentes torna-se fundamental e relacionamos a violência com a categoria gênero a partir da perspectiva da transversalidade do tema das relações assimétricas e de poder que perpassam a violência doméstica.

A abordagem do fenômeno da violência como categoria de análise exige um procedimento teórico-metodológico comprometido com a perspectiva da totalidade – que também, como categoria ontológica, possui uma existência para além da razão pensante. Em outras palavras, longe de qualquer tentativa de fragmentar ou de generalizar mecanicamente a explicação da violência nas suas heterogêneas formas de objetivação, é preciso partir das demandas imediatas impostas ao profissional e descortinar suas conexões universais reais que jamais se realizam como atos unicamente isolados.

Historicamente a “violência” está presente nas relações que compõem a sociedade, variando de acordo com a dinâmica imposta em cada conjuntura social. Conforme lembra Ianni (2004, p. 168), a violência revela um desejo de destruição do outro, daquele que é ‘diferente’ e ‘estranho’, que foge dos padrões socialmente estabelecidos. Procura, com isto, exorcizar questões de difícil solução e sublimar situações e cenários absurdos, embutidos na sociabilidade e no jogo de forças sociais. A violência doméstica conta com seres reais que a operacionalizam com uso da força (não necessariamente física), com certa intensidade, com finalidades, intenções e interesses diversos. Suas expressões estão inseridas nas relações sociais.

Nesta linha de reflexão as manifestações mais imediatamente visíveis (física, psicológica, simbólica, estrutural – ou a associação entre elas), possui uma existência real que impacta a vida de seres sociais sob dada historicidade. Sua objetivação não é uma abstração e supõe, necessariamente, para que seja violência, uma realização prática – mais ou menos

visível, reconhecida ou não socialmente – capaz de violar, oprimir, constranger ferir e impor interesses e vontades que se sustentam em desejos de indivíduos sociais, situados em uma dada existência que impõe os parâmetros por onde tais subjetividades se formam e se desenvolvem. Portanto, por mais pontual que possa parecer um ato violento, ele sempre será ideado, viabilizado e explicado sobre determinadas condições sócio históricas e, evidentemente, não poderá ficar circunscrito à esfera puramente individual-subjetiva (embora não prescindia dela), já que o ser social é, ao mesmo tempo, subjetividade-objetividade, indivíduo-classe.

Na teoria sociológica clássica, a definição e a análise da violência surgem associadas aos conceitos de controle social e do papel do Estado. Nessa linha, o Estado é visto como órgão central de controle, detendo o monopólio legítimo da violência para aplacar desordens sociais e ameaças à propriedade.

A tradição de pesquisa nas ciências sociais brasileiras não foge a esta perspectiva, sendo que a maioria dos trabalhos privilegia a violência estatal – violência institucional – e a administração da criminalidade por parte do Estado (SAFFIOTI 2002; ZALUAR, 1994; SOARES 1996). Há também de se lembrar da vasta produção bibliográfica sobre o período militar e, mais recentemente, do volume da revista Tempo Social dedicado ao sistema de justiça criminal. Portanto, é visível que o tema da violência é objeto de investigação atual e ocupa lugar relevante no campo sociológico desde as três últimas décadas do século XX, com enfoque na distribuição e no exercício do poder, tendo como ator central o Estado, assim como outras formas de violência e criminalidade (SUAREZ & BANDEIRA, 2002).

Articulados à teoria do Estado, esses estudos sobre a violência tenderam a encobrir outras manifestações violentas. Essas vêm ocorrendo no cotidiano entre as pessoas, sendo denominadas por violência interpessoal e marcadas pelas dissimetrias de poder que, no geral, ocorrem entre homens e mulheres com algum vínculo, seja no âmbito privado ou na esfera pública. A correlação da violência com a condição de gênero originou-se sob a inspiração das questões e das reivindicações do movimento feminista, a partir de evidências empíricas contundentes.

Desde o início dos anos 1970, as feministas americanas denunciavam a violência sexual contra a mulher, porém uma década depois é que esse fenômeno veio a ser apresentado como categoria sociológica e área de pesquisa, cuja configuração mais usada passou a ser violência contra a mulher e se caracterizou como a questão central do movimento feminista

nacional. Embora o uso da expressão violência contra a mulher possa ter diversos significados, dependendo de suas implicações empíricas e teóricas, segundo Almeida (2007) seus variados usos semânticos têm, muitas vezes, sentidos equivalentes nas distintas denominações: violência contra a mulher, violência doméstica, violência intrafamiliar, violência conjugal, violência familiar e violência de gênero.

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE GÊNERO

Este estudo aborda a violência doméstica contra crianças e adolescentes, sob a perspectiva de gênero, incide sobre as relações sociais desiguais gestadas através do poder e da dominação contra crianças e adolescentes. Uma vez que as relações sociais de gênero (assim como as subjetividades, a violência, os fazeres, os prazeres e os saberes a ele articulados) são construídas por práticas sociais muito bem datadas (inclusive práticas de pesquisa e de produção de conhecimento), pode-se dizer que é por meio de nossas experiências, na imanência das práticas e das lutas inscritas em nosso tempo histórico, que incidem problematizações e atualizações do conceito de gênero.

Entende-se que não se pode desnudar um fenômeno complexo que se apresenta na sociedade, sob diversos aspectos, como a VDCA, apenas sob uma perspectiva, e ao mesmo tempo compreendendo a importância das desigualdades e discriminações de gêneros e raça/etnia como fundante para aprofundar o conhecimento sobre a violência doméstica, aliando assim as desigualdades sociais atreladas às desigualdades de gênero.

O gênero é definido como uma construção sociocultural, que atribui ao homem e a mulher papéis diferentes dentro da sociedade e depende dos costumes de cada lugar, da experiência cotidiana das pessoas, bem como da maneira como se organiza a vida familiar e política de cada povo.

É enquanto construção social que percebemos que a família faz parte da sociedade influencia e pode ser influenciada pela mesma, podendo assim, originar desta relação um de seus fenômenos mais críticos: a violência doméstica, que é aquela praticada dentro de casa, tendo como vítima e agressor, membros da própria família. Gênero é um termo para várias referências e pode significar principalmente relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres que são o resultado de uma construção social do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais. A partir do gênero, pode-se perceber a organização concreta e

simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações entre os sexos. O seu estudo é um meio de decodificar e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana.

O termo gênero é muito confundido com o termo “sexo”, que é uma categoria que demarca as diferenças entre o significado de ser fêmea e de ser macho, gênero é um conceito relacionado à construção social do feminino/masculino. É a partir da observação e do conhecimento das diferenças sexuais do que é masculino e do que é feminino, que a sociedade estrutura as representações de gênero. Compreender essa diferença é essencial para discutir a igualdade.

Joan Scott (1990) define gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. O conceito de gênero se refere às relações entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens. Para Scoot, 1990, p.6)

[...] o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres tem filhos e que os homens tem uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” - a criação inteiramente social sobre a ideia dos pais próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres (SCOOT, 1990, p.6).

Nessa linha de pensamento, a categoria gênero, é uma construção social que tem o seu fundamento baseado nas diferenças entre homens e mulheres. A definição de gênero vem sendo desenvolvida ao longo da história por estudiosos feministas, tendo como grande precursora Simone de Beauvoir (1980), que reforça a ideia de compreender o conceito de gênero a partir da relação da identidade feminina e masculina, em uma perspectiva histórica e social. A partir da análise defendida por Scoot (1989, p.21), que apresenta sua definição de gênero em duas partes que estão ligadas entre si através de duas proposições: i) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; ii) o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.

Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sob as diferenças que são percebidas entre sexos, o gênero apresenta quatro elementos que estão relacionados entre si: 1) “símbolos culturais”; 2) os “conceitos normativos”; 3) os “complexos institucionais” 4) a

“identidade subjetiva” na identidade de gênero. Saffioti (1992,p.211) defende a ideia do uso do conceito de gênero como trama das relações sociais “A construção de gênero pode, pois, ser compreendida como um processo infinito de modelagem- conquista dos seres humanos, que tem lugar na trama das relações sociais entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens”. A categoria gênero está baseada nas desigualdades e nas relações de poder, e deve ser desmistificado em relação ao termo sexo.

Segundo o Dicionário do Pensamento Social, “o termo sexo refere-se à sexualidade, reações, motivos e comportamentos erotossexuais e suas representações culturais”. Para a compreensão do conceito de gênero é preciso estabelecer a diferença entre sexo e gênero. Segundo Cruz (2008, p.244) “A palavra sexo provém do latim, *sexus* e refere-se à condição orgânica que distingue o macho da fêmea. Sua principal característica reside na estabilidade através do tempo”. Já gênero é uma categoria que tem sua derivação vinda do latim *genus*, e corresponde a um código de conduta entre as relações sociais entre homens e mulheres. Sua principal característica está centrada mutabilidade. Nesse sentido, sexo está vinculado à dimensão biológica e gênero à dimensão cultural. A mesma autora afirma:

O conceito de gênero é introduzido para afirmar algo mais amplo que o sexo e como produto social apreendido, institucionalizado, transmitido de geração em geração. Tal conceito inclui duas dimensões. A primeira afirma que a realidade biológica do ser humano não é suficiente para explicar o comportamento diferenciado do masculino e do feminino em sociedade. A segunda esta ligada à noção de poder (CRUZ, 2008, p.244).

Os estudos que têm como foco a categoria gênero devem perpassar pela conceituação baseado no processo de construção social, com abordagem cultural e das diferenças sexuais e não a partir da percepção biológica, levando em consideração os aspectos relativos à história, de forma a desnaturalizar as diferenças sexuais existentes.

Como enfatiza Machado (2000, p.5) os estudos de Gênero têm como referência a compreensão de uma categoria que está baseada na construção cultural das diferenças sexuais, a tal ponto que as definições sociais das diferenças sexuais é que são interpretadas a partir das definições culturais de gênero, sendo útil para desvendar as mais diferentes e diversas formas de as sociedades estabelecerem as relações sociais entre os sexos circunscreverem cosmologicamente a pertinência da classificação de gênero.

Obviamente, as distintas matrizes teóricas sobre gênero permitem a ressignificação das relações de poder, o que é o objetivo prioritário do feminismo. Conforme sistematizado por Suarez e Bandeira (2002), outras ações e desdobramentos que se verificam a partir da constituição desse novo campo temático e expressivo de estudo – *violência de gênero* – no domínio das ciências sociais, foram: a criação de disciplinas, cursos, grupos de trabalho em fóruns acadêmicos, assim como a instalação de núcleos de estudos e pesquisas nas universidades. De alguma maneira, todas estas ações contribuem à elaboração de políticas públicas mais consistentes. Por sua vez, o pensamento acadêmico, na perspectiva feminista, ao tentar explicar a violência de gênero, se defrontou com uma diversidade de explicações conceituais e metodológicas, que, grosso modo, podem ser resumidas em algumas linhas de indagações:

- a. a hegemonia do poder masculino, que permeia as relações entre homens e mulheres;
- b. a condição de subalternidade feminina, baseada na hierarquia de gênero;
- c. a reprodução das imagens de homem e mulher e dos papéis a ambos atribuídos por meio da construção social da violência;
- d. a existência disseminada e, ao mesmo tempo, invisibilizada das violências nas relações familiares e sociais; e
- e. a presença das dissimetrias organizadoras das normas e regras sociais em relação aos comportamentos de homens e mulheres.

3.2 DESIGUALDADES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A violência doméstica costuma ser equivocadamente associada à pobreza, mas é um fenômeno presente, invariavelmente, em todas as classes sociais. Nos segmentos mais pobres, a própria configuração física do ambiente doméstico (favelas, cortiços, aglomerados familiares, etc.) facilita a exposição e a denúncia de maus tratos, uma vez que as fronteiras entre o público e o privado são bem mais diluídas. Já nos estratos sociais mais elevados, as

“fronteiras da intimidade” são muito demarcadas e o acesso às mazelas domésticas torna-se restrito e controlado.

No que se refere à violência, em suas múltiplas demonstrações, as maiores vítimas são as crianças e os adolescentes, por sua situação de vulnerabilidade. A violência doméstica praticada contra crianças e adolescentes em suas diferentes formas, física, sexual e psicológica, negligência - podem ser compreendidas como um tipo de violência que se reproduz em sua maioria em espaços privados, em geral praticada por pais ou responsáveis. Devido ao espaço onde a violência é praticada, pouco é denunciada, todavia ela apresenta um forte apelo social e tem mobilizado instituições e políticas públicas para o seu enfrentamento.

Silva e Silva (2005) relata ainda que os estudos nessa área expandiram-se por todo o mundo – Inglaterra, França, Alemanha, Espanha e Portugal – destacando-se Furniss, Roig y Ochoterena, Sánchez, Duarte y Araboleta, Gabel, Soría y Hernadez, entre outros, com o objetivo de compreender as questões da violência contra crianças e adolescentes, dando assim origem à construção do conceito de violência intrafamiliar, sendo utilizado os termos maus-tratos, abuso e violência doméstica. Por sua vez, Ferreira (2002, p. 34) chama a atenção para o fato de que a violência doméstica contra crianças e adolescentes é um fenômeno disseminado, mantido com a complacência da sociedade, que estabelece com as famílias um acordo tácito, o que dificulta o acesso ao que realmente acontece com relação ao problema.

No Brasil, o conceito de violência intrafamiliar, vem sendo discutido por diversos autores como Deslandes (1994); Faleiros (2010); Azevedo e Guerra (1998, 2001 e 2005), entre outros. Em Azevedo e Guerra (2001), por exemplo, o conceito de violência intrafamiliar, denominado de violência doméstica, refere-se ao seguinte enunciado:

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, a transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma ‘coisificação’ da infância, isto é uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratadas como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (AZEVEDO e GUERRA, 2001, p. 36).

Com base nesse conceito, apresentado pelas autoras, é possível perceber a existência de relações hierarquizadas e assimétricas e relações de poder/submissão de um sujeito contra o outro, onde o lado mais frágil submete-se ao lado mais forte, sendo assim impossibilitado de exercer sua autonomia e nos remete à ausência e à impossibilidade de proteção. Tal situação

nos aponta para características peculiares de convivência social, cultural e familiar, determinando práticas “naturalizadas” e justificadas de violência.

No sentido de conhecer os fatores que ajudam a identificar as diversas formas de violência, a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA), elaborou em 1997 um conjunto de fatores, associados aos agressores, que podem auxiliar na prevenção de abusos e maus-tratos: pais que maltratam seus filhos, muitas vezes foram maltratados na infância; a mãe é a agressora mais frequente de abuso físico e negligência; o pai causa lesões mais graves, quando agressor; imaturidade emocional; uso de álcool e outras drogas; isolamento da família e da sociedade; fanatismo religioso; problemas psiquiátricos e/ou psicológicos; envolvimento criminal; entre outros. Pelas diversas formas como a violência se apresenta e é praticada, infere-se que a mesma pode se manifestar de diferentes formas: violência sexual, física, psicológica e negligência.

Uma dessas formas específicas da violência contra crianças e adolescentes é a sexual, que pode ser acompanhada de agressões físicas ou não. O **abuso sexual** em que não existe agressão física pode ser configurado pela violência verbal, o exibicionismo, o *vouyerismo* e/ou a pornografia. Já a violência sexual manifestada por meio da agressão física pode ser caracterizada pela exploração sexual, o incesto e/ou o estupro. Essas atitudes são consideradas violência porque se parte do princípio de que a criança não tem a capacidade de consentir tal ato, ferindo assim o direito da liberdade de escolha de suas ações, o direito ao respeito a seu desenvolvimento sexual adequado, e o direito a não violação de sua dignidade.

Segundo Faleiros (2008), existem três perfis que caracterizam o agressor sexual: o primeiro deles refere-se à eventualidade da agressão, que é cometida com algum sentimento de culpa, o que permite ao abusador repensar o que fez; no segundo perfil, o sentimento de culpa é bem menor, portanto, o ato se repete mais vezes; por fim, o terceiro e último perfil trata-se de um distúrbio do grupo das “parafilias” ou transtornos de preferências sexuais, em que o agressor não sente culpa pelo ato cometido, pois o outro não existe para ele.

Outro tipo de violência doméstica é a **violência física** que tem como principal característica o uso da força praticada pelos pais e responsáveis, como objetivo de ferir ou não, deixando ou não marcas evidentes. Dentre os atos praticados podem ser citados os mais comuns: murros, socos, tapas, agressões com diversos objetos, queimaduras.

A violência física, por sua vez, segundo Azevedo e Guerra (1998, p.10) pode ser definida como “toda ação que causa dor física numa criança, desde um simples tapa até o

espancamento fatal, representam um continuum de violência”. Esse tipo de violência costuma deixar em suas vítimas lesões por todo o corpo, mas muitas vezes são ocultados pelos próprios agressores, uma vez que este tipo de violência acontece em ambiente doméstico, de difícil acesso pelos órgãos fiscalizadores, fato que prejudica a identificação e a denúncia dos casos.

As mesmas autoras reforçam ainda que as vítimas desse tipo de violência costumam apresentar comportamento agressivo e apático; a criança fica temerosa podendo apresentar sintomas hiperativos ou depressivos; tendências autodestrutivas e de isolamento; medo excessivo dos pais ou responsáveis; baixo desempenho e excessiva falta na escola; são algumas características apresentadas pelas crianças e adolescentes vítimas de violência física. A **violência psicológica** ocorre quando há depreciação da criança e adolescente pelo adulto, bloqueando seus esforços de auto-aceitação, provocando neles grande sofrimento mental. Segundo Azevedo e Guerra (2001), a violência psicológica é caracterizada pelo ato de ameaçar, amedrontar, zombar, humilhar, discriminar, desrespeitar e exigir demais de uma criança ou adolescente.

Esse tipo de violência, como qualquer outra, traz às vítimas graves consequências, pois, apesar de não deixarem marcas visíveis, causam profundas cicatrizes emocionais carregadas por toda a vida. Entre os sintomas podemos citar distúrbios do sono, dificuldades no desenvolvimento oral, falta de controle fisiológico, obesidade, falta de apetite, alergias, enfim são algumas das consequências deixadas nas crianças e adolescentes vítimas desse tipo de violência. Ao mesmo tempo em que as vítimas desse tipo de violência apresentam comportamentos tímidos, também se podem apresentar comportamentos agressivos, destrutivos e autodestrutivos, além de se isolarem com frequência e apresentarem baixa estima, sinais de depressão, sintomas de insegurança e até mesmo tentativas de suicídio.

Outra forma de violência doméstica muito comum é a **negligência**, cuja definição, baseado no conceito de Azevedo e Guerra (2009), consiste numa omissão em termos de prover as necessidades básicas de crianças e adolescentes. Nesse caso, os pais ou responsáveis deixam de atender suas necessidades fisiológicas, físicas, emocionais, intelectuais e sociais. Incorre, ainda, na falta da alimentação, da procura por atendimento médico sempre que necessário; em deixar a criança fora da escola; em deixar de providenciar um ambiente acolhedor e higienizado; além das demais necessidades para o desenvolvimento sadio e harmonioso da criança e do adolescente.

As crianças e adolescentes vítimas dessa violência apresentam um desenvolvimento abaixo do esperado, problemas físicos em virtude, principalmente pela falta de uma alimentação adequada. Apresentam ainda sintomas de desnutrição e desidratação que não tratadas trazem graves problemas de saúde e, conseqüentemente, intelectual. Suas vítimas, em alguns momentos, têm um comportamento calmo demais e, em outros, muito agitado; costumam faltar ou chegar atrasados à escola e ao atendimento médico, além de apresentarem comportamentos imaturos e depressivos.

Segundo Azevedo e Guerra (2005), a despeito das peculiaridades que dificultam a detecção da violência doméstica, seus desdobramentos podem ser observados em ambientes extrafamiliares, como a escola, por exemplo. Algumas intercorrências escolares como ausências frequentes, baixo rendimento, faltam de atenção e de concentração e comportamentos como agressividade, passividade, apatia e choro podem ser indicadores significativos de abuso.

Portanto, almejar uma sociedade mais justa, saudável e menos violenta, onde todos sejam respeitados como cidadãos, requer repensarmos as nossas ações e a intervenção do Estado no enfrentamento ao fenômeno da violência doméstica, entendendo que tal fenômeno configura-se como expressão da “questão social”, requerendo por parte do Estado uma intervenção planejada e qualificada. Diante dessa atual conjuntura da sociedade, há uma clara necessidade de se refletir sobre o conjunto da problemática, colocando em prática formas inovadoras para seu enfrentamento.

Nesse sentido, chamamos atenção para o papel que a família e o Estado têm em garantir a proteção de crianças e adolescentes, já previstos em todo aparato legal, conforme prevê a Constituição Federal Brasileira de 1988, ratificada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (ECA, 1990, p. 07).

Dessa forma, é fundamental a existência de ações articuladas e integradas entre família, Estado e sociedade civil, constituindo-se numa verdadeira rede de variadas ações e atores. Esse é, portanto, o sentido da Rede de Proteção Social, abrigada pela doutrina da

proteção integral (presente na Constituição Federal de 1988 e demais legislação como: Lei Orgânica de Assistência Social, Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de crianças e adolescentes), com o objetivo de implementar estratégias voltadas a combater previamente a violência contra crianças e adolescentes.

No Brasil, a violência se mostra como um de seus mais graves problemas, afetando grande número das famílias por conta de uma configuração de sociedade baseada na estrutura social resultante do histórico modo de produção, baseado na acumulação capitalista. Modo este fundado na desigualdade de apropriação da produção social, em que uma minoria da população – elite política, agrária, industrial e burguesa – possuidora dos meios de produção foi se apropriando historicamente da maior parte do excedente econômico gerado pelo trabalho vivo de uma maioria desprovida de qualquer condição material e social de ascender à condição de “indivíduo” na modernidade (CASTEL, 1999).

Dessa forma, essa organização social é responsável por uma realidade marcada pela “questão social”, que se manifesta através de suas inúmeras expressões, tais como: o alto índice de desemprego, a desigualdade social, o alcoolismo, a fome, a fragilização do vínculo familiar e inclusive a situação de pobreza e de desenvolvimento infanto-juvenil.

Portanto, compreender as estratégias de enfrentamento da violência contra crianças e adolescente exige de todos os atores envolvidos a elaboração de uma reflexão sistemática sobre duas questões. A primeira refere-se à necessidade de entender a sua complexidade e sua relação com a dinâmica das relações sociais tendo em vista a relação capital x trabalho, assim como as especificidades da violência em cada etapa da vida; além dos projetos de intervenção, prevenção e proteção, todos estruturadas pelo poder público. A segunda questão refere-se à compreensão da “distância” entre a luta pelos direitos da infância e adolescente e o “senso comum”, uma vez que este tende a compreender o fenômeno da violência como uma “normalidade”.

3.3 O CENÁRIO BRASILEIRO DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Segundo Gresser (2013) muitos estudos apontam para a elevada incidência e para o impacto da violência, especialmente a VDCA, contra crianças e adolescentes em diferentes partes do mundo. Pesquisa empreendida nos Estados Unidos, Chile, Egito, Índia e Filipinas apontaram que a agressão física para fins educativos não se restringe a apenas alguns locais do mundo, sendo encontrada em todos os países investigados; punições mais severas, como bater com objetos, foram registradas com maior incidência na Índia (35%), no Egito (26%) e nas Filipinas (21%), enquanto no Chile e nos Estados Unidos esse índice foi de 4%. Já as agressões físicas moderadas, como bater com as mãos, apresentou uma incidência de 75% nas Filipinas, 58% na Índia, 51% no Chile, 47% nos Estados Unidos e 29% no Egito.

A mesma autora afirma que no Brasil, dados do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) apontam que, anualmente, 6,5 milhões de crianças e adolescentes sofrem algum tipo de violência doméstica; 18 mil são espancados diariamente e 300 mil são vítimas de incesto. No Brasil, em 2011, foram notificados 24.654 atendimentos por algum tipo de violência contra adolescentes. A violência física foi revelada como a que mais acometeu os adolescentes na faixa etária de 10 a 14 anos, correspondendo a 36,0% das notificações; em segundo lugar, apareceu a violência sexual, com 28,3%. Na faixa etária entre 15 e 19 anos, a violência física foi responsável por 59,6% das notificações, seguida pela violência psicológica (16,0%) e a violência sexual (10,9%).

Segundo os dados do IBGE (2010) Crianças e adolescentes na faixa de 0 a 18 anos de idade no Brasil constituem um contingente de exatas 59.657.339 pessoas, representando, 31,3% da população do país. Pelas definições da lei, 35.623.594 de crianças de 0 a 11 anos de idade – 18,7% do total do país – e 24.033.745 de adolescentes na faixa dos 12 aos 18 anos de idade: 12,6% da população total. Ao nos debruçarmos sobre os dados apresentado no Mapa da Violência (2012), estudo realizado mostra a dificuldade em desagregar os dados de cortes etários, como explicado anteriormente, foi agregado no trabalho crianças na faixa etária entre 1 a 19 anos de idade. Nesse caso, crianças e adolescentes representam 62,9 milhões do total de 190,6 milhões registrados pelo censo de 2010 (33% do total do país), é com esse universo que a pesquisa foi desenvolvida.

TABELA 02- VIOLÊNCIA SEGUNDO UF/REGIÃO E FAIXAS ETÁRIAS

Número e taxas (em 100 mil) de atendimentos de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos)

UF/REGIÃO	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	<1-19	Total
Acre	5	16	37	203	86	347	518
Amapá	1	11	6	34	91	143	242
Amazonas	100	153	204	384	313	1.154	2.025
Para	40	167	311	446	227	1.191	1.764
Rondônia	5	2	10	36	26	79	221
Roraima	3	18	33	76	119	249	609
Tocantins	10	33	35	86	174	338	940
Norte	164	400	636	1.265	1.036	3.501	6.319
Alagoas	14	22	42	137	567	782	1.718
Bahia	94	126	206	388	976	1.790	3.928
Ceara	19	41	47	91	130	328	667
Maranhão	27	47	84	161	120	439	707
Paraíba	49	38	32	90	178	387	1.266
Pernambuco	266	451	319	553	822	2.411	5.851
Piauí	16	78	67	61	98	320	759
Rio Grande do Norte	4	29	36	68	132	269	717
Sergipe	13	53	74	162	42	344	400
Nordeste	502	885	907	1.711	3.065	7.070	16.013
Espírito Santo	6	31	41	69	70	217	604
Minas Gerais	205	454	463	1.054	1.979	4.155	13.245
Rio de Janeiro	386	450	358	609	845	2.648	5.959
São Paulo	741	1.629	1.407	2.385	3.268	9.430	26.514
Sudeste	1.338	2.564	2.269	4.117	6.162	16.450	46.322
Paraná	348	262	298	634	874	2.416	5.122
Rio Grande do Sul	344	620	715	1.012	1.253	3.944	9.205
Santa Catarina	115	190	249	494	724	1.772	5.632
Sul	807	1.072	1.262	2.140	2.851	8.132	19.959
Distrito Federal	70	123	108	173	182	656	1.353
Goiás	37	103	110	182	358	790	1.997
Mato Grosso	25	53	76	110	130	394	805
Mato Grosso do Sul	310	486	318	459	715	2.288	5.347
Centro-Oeste	442	765	612	924	1.385	4.128	9.502
Brasil	3.253	5.686	5.686	10.157	14.499	39.281	98.115
Taxa Atendimento	118,9	50,9	37,7	58,7	84,6	61,9	

Fonte: SINAN/SVS/MS/Mapa da violência (2012)

A tabela permite analisar a distribuição geográfica dos atendimentos, segundo o SINAN, no ano de 2011 foram registrados 39.281 atendimentos na faixa de <1 a 19 anos idade, o que representam 40% do total de 98.115 atendimentos computados pelo sistema nesse ano de 2011.

Podemos verificar que, em nível nacional, a faixa de maior índice de atendimentos é, de longe, a de menos de 1 ano de idade, com 118,9 atendimentos em 100 mil crianças de menos de 1 ano. Em segundo lugar, a faixa de 15 a 19 anos de idade, com 84,6 atendimentos para cada 100 mil adolescentes. A tabela 7.1.2, na coluna <1-19 que indica a proporção de atendimentos de crianças e adolescentes, a enorme disparidade de situações entre as UF's.

Em um outro extremo, encontra-se o Estado de **Sergipe**, onde 86% do total de seus atendimentos concentram-se na faixa de <1 a 19 anos de idade. No outro extremo, a Paraíba, com 30,6% de seus atendimentos centrados a essa faixa. Os dados de atendimentos e notificações do Estado de Sergipe demonstram que, dos 400 atendimentos notificados por Sergipe, 344 são referentes à violência dirigida a jovens e adolescentes, é dado que merece atenção, pois evidencia alto índice de violência sofrida pelas jovens.

TABELA 03- VIOLÊNCIA SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA

Número de atendimentos de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos) por violências segundo sexo e faixa etária das vítimas.

Sexo	Faixa etária (anos)											
Masculino	1.543	2.569	2.609	3.260	5.577	15.558	48,2	45,2	45,9	32,1	38,5	39,7
Feminino	1.658	3.113	3.076	6.895	8.922	23.664	51,8	54,8	54,1	67,9	61,5	60,3
Total	3.201	5.682	5.685	10.155	14.499	39.222	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SINAN/SVS/MS/Mapa da violência (2012)

Os dados apresentados na **tabela 03** apontam que em todas as faixas etárias prepondera o atendimento por violências do sexo feminino. Ao mesmo tempo sinaliza a condição de gênero como categoria de análise central para a compreensão da dinâmica deste fenômeno. Diferenças leves nos anos iniciais tende-se a agravar com o crescimento da criança, quando chega à adolescência, e mais ainda, quando entra na maturidade.

TABELA 04- LOCAL DE OCORRÊNCIA E FAIXA ETÁRIA DAS VÍTIMAS

Número e % de atendimentos de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos) por violências

Local de ocorrência	Faixa etária (anos)											
	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total
Residência	1.812	3.884	3.787	5.567	5.991	21.041	67,0	78,1	74,0	62,7	51,4	63,1
Escola	29	140	325	696	373	1.563	1,1	2,8	6,3	7,8	3,2	4,7
Bar	27	10	19	116	458	630	1,0	0,2	0,4	1,3	3,9	1,9
Via pública	207	241	442	1518	3629	6.037	7,7	4,8	8,6	17,1	31,2	18,1
Outros	630	701	547	984	1194	4.056	23,3	14,1	10,7	11,1	10,3	12,2
Total	2.705	4.976	5.120	8.881	11.645	33.327	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SINAN/SVS/MS/Mapa da violência (2012)

A tabela 04 evidencia que em todas as faixas etárias as violências acontecem, de forma preponderante, na residência das vítimas, caracterizando a violência doméstica. Diminui na faixa dos 10 aos 19 anos de idade, mas ainda assim, quase 2/3 dos casos ainda acontecem na residência. A partir dos 15 anos de idade, começam a ter incidência secundária a violências acontecidas na via pública.

TABELA 05 - TIPO DE VIOLÊNCIA E FAIXA ETÁRIA DAS VÍTIMAS

Número e % de atendimentos de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos) por violências

Tipo de Violência	Faixa etária (anos)											
	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total
Física	1.114	1.549	2.258	5.243	11.115	21.279	29,4*	21,7*	26,9*	36,0*	59,6*	40,5
Moral	322	874	1796	2965	2991	8.948	8,5	12,3	21,4*	20,4*	16,0*	17,0
Tortura	41	67	170	287	427	992	1,1	0,9	2,0	2,0	2,3	1,9
Sexual	183	1.552	2.542	4.118	2.030	10.425	4,8	21,8*	30,3*	28,3*	10,9*	19,9
Abandono	1.893	2.846	1.425	1.281	830	8.275	49,9*	39,9*	17,0	8,8	4,5	15,8
Outras	240	244	198	667	1.247	2.596	6,3	3,4	2,4	4,6	6,7	4,9
Total*	3.793	7.132	8.389	14.561	18.640	52.515	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SINAN/SVS/MS/Mapa da violência (2012)

*Pode ser indicada mais de uma alternativa

A **tabela 05** detalha os tipos de violência a que foram submetidas às vítimas atendidas pelo SUS. Vemos que: prevalece à **violência física**, que concentra 40,5% do total de atendimentos de crianças e adolescentes, principalmente na faixa de 15 a 19 anos de idade, onde representam 59,6% do total de atendimentos realizados em essa faixa etária; em segundo lugar, destaca-se a **violência sexual**, notificada em 20% dos atendimentos, com especial concentração na faixa de 5 a 14 anos de idade; em terceiro lugar, com 17% dos atendimentos,

a **violência psicológica ou moral**; já **negligência ou abandono** foi motivo de atendimento em 16% dos casos, com forte concentração na faixa de <1 a 4 anos de idade das crianças.

TABELA 5.1- VIOLÊNCIA FÍSICA SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIAS DAS VÍTIMAS

Sexo	Nº de atendimentos						% de atendimentos					
	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total
Masculino	839	1.302	1.066	1.326	821	5.354	32,2	36,9	43,9	49,9	51,1	41,7
Feminino	1768	2223	1362	1332	786	7.471	67,8	63,1	56,1	50,1	48,9	58,3
Total	2.607	3.525	2.428	2.658	1.607	12.825	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
% de atendimento	20,3	27,5	18,9	20,7	12,5	100,0						
Taxa	95,3	31,5	16,1	15,4	9,4	20,2						

Fonte: SINAN/SVS/MS/Mapa da violência (2012)

Podemos observar que a incidência de violência física contra o sexo feminino diminui com a idade das vítimas atendidas. Se na faixa de menos de 1 ano de idade 67,8% dos atendimentos foram meninas, essa proporção vai caindo gradualmente até os 10 anos de idade, quando as proporções por sexo da vítima são praticamente equivalentes, com leve diferença para o sexo masculino;

E que também a incidência da violência vai caindo drasticamente com a idade. Vemos que a taxa de 95,3 atendimentos para cada 100 mil crianças é 10 vezes maior que a da faixa de 15 a 19 anos: 9,4 atendimentos para cada 100 mil adolescentes. Essa vitimização, também atua na faixa de 1 a 4 anos de idade, mas com menor intensidade que na faixa anterior. Pareceria que quanto mais desprotegida a vítima, maior a utilização de força física como disciplinador/punitivo. Impressiona aqui a enorme e desproporcional vitimização de crianças com menos de 1 ano de idade.

Pelos registros do SINAN foi atendido, em 2011, um total de 10.425 crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. A grande maioria do sexo feminino: 83,2%. Com poucas oscilações entre as faixas etárias, podemos ver também que vai ser entre os 15 e os 19 anos que os índices femininos atingem sua máxima expressão: 93,8%. Ao todo, foram 16,4 atendimentos para cada 100 mil crianças e adolescentes. A maior incidência de atendimentos registra-se na faixa de 10 a 14 anos, com uma taxa de 23,8 notificações para cada 100 mil adolescentes.

TABELA 5.2-VIOLÊNCIA SEXUAL POR SEXO E FAIXA ETÁRIA DAS VÍTIMAS

Sexo	Nº de atendimentos						% de atendimentos					
	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total
Masculino	34	369	775	445	125	1.748	18,6	23,8	30,5	10,8	6,2	16,8
Feminino	149	1.183	1.767	3.673	1.905	8.677	81,4	76,2	69,5	89,2	93,8	83,2
Total	183	1.552	2.542	4.118	2.030	10.425	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
% de atendimento	1,8	14,9	24,4	39,5	19,5	100,0						
Taxa	6,7	13,9	16,8	23,8	11,8	16,4						

Fonte: SINAN/SVS/MS/Mapa da violência (2012)

TABELA 5.2.1- ESTUPRO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA DAS VÍTIMAS

Sexo	Nº de atendimentos						% de atendimentos					
	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total
Masculino	23	210	448	277	88	1.046	19,5	26,3	29,8	9,0	5,3	14,6
Feminino	95	589	1.057	2.793	1.574	6.108	80,5	73,7	70,2	91,0	94,7	85,4
Total	118	799	1.505	3.070	1.662	7.154	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
% de atendimento	1,6	11,2	21,0	42,9	23,2	100,0						
Taxa	4,3	7,1	10,0	17,7	9,7	11,3						

Fonte: SINAN/SVS/MS/Mapa da violência (2012)

TABELA 5.2.2. ASSÉDIO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA DAS VÍTIMAS

Sexo	Nº de atendimentos						% de atendimentos					
	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total
Masculino	4	66	167	122	33	392	14,3	23,7	27,4	12,3	7,9	16,9
Feminino	24	212	443	869	384	1.932	85,7	76,3	72,6	87,7	92,1	83,1
Total	28	278	610	991	417	2.324	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
% de atend.	1,2	12,0	26,2	42,6	17,9	100,0						
Taxa	1,0	2,5	4,0	5,7	2,4	3,7						

Fonte: SINAN/SVS/MS/Mapa da violência (2012)

TABELA 5.2.3. ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA DAS VÍTIMAS

Sexo	Nº de atendimentos						% de atendimentos					
	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total
Masculino	7	95	228	106	33	469	21,2	29,1	36,0	18,3	12,8	25,6
Feminino	26	232	406	473	225	1.362	78,8	70,9	64,0	81,7	87,2	74,4
Total	33	327	634	579	258	1.831	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
% de atend.	1,8	17,9	34,6	31,6	14,1	100,0						
Taxa	1,2	2,9	4,2	3,3	1,5	2,9						

Fonte: SINAN/SVS/MS/Mapa da violência (2012)

Os três tipos de violência sexual de maior notificação nos registros do SINAN. Em primeiro lugar, os estupros, que concentram 59% dos atendimentos de crianças e adolescentes na área de violências sexuais. A grande maioria das vítimas pertence ao sexo feminino: entre 74,4% e 85,4% segundo o caso, com picos de incidência feminina a partir dos 10 anos de idade. No assédio sexual a elevada participação do sexo feminino é semelhante à anterior: 83,1%. Só no atentado violento ao pudor que a participação feminina cai levemente, mas ainda preponderante: vai para 74,4%.

TABELA 06 - RELAÇÃO COM O AGRESSOR E FAIXA ETÁRIA DAS VÍTIMAS

Número e % de atendimentos de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos) por violências

Relação c/ vítima	Nº de atendimentos						% de atendimentos					
	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total
Pai	839	1.302	1.066	1.326	821	5.354	23,5	22,2	18,1	13,0	6,6	14,1
Mãe	1768	2223	1362	1332	786	7.471	49,4	38,0	23,1	13,1	6,3	19,6
Padrasto	53	240	509	741	337	1.880	1,5	4,1	8,7	7,3	2,7	4,9
Madrasta	5	28	52	64	37	186	0,1	0,5	0,9	0,6	0,3	0,5
Cônjuge				113	922	1.035	0,0	0,0	0,0	1,1	7,4	2,7
Ex-cônjuge				38	309	347	0,0	0,0	0,0	0,4	2,5	0,9
Namorado				598	505	1.103	0,0	0,0	0,0	5,9	4,0	2,9
Ex-				71	288	359	0,0	0,0	0,0	0,7	2,3	0,9
Irmão	48	98	153	305	408	1.012	1,3	1,7	2,6	3,0	3,3	2,7
Amigo/con	147	446	1154	2574	2361	6.682	4,1	7,6	19,6*	25,3*	18,8*	17,6
Desconheci	161	232	336	1182	2675	4.586	4,5	4,0	5,7	11,6	21,3*	12,1
Outros	556	1286	1252	1846	3081	8.021	15,5	22,0	21,3	18,1	24,6	21,1
Total	3.577	5.855	5.884	10.190	12.530	38.036	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pais	2.665	3.793	2.989	3.463	1.981	14.891	74,5	64,8	50,8	34,0	15,8	39,1
Parceiros/e				820	2.024	2.844	0,0	0,0	0,0	8,0	16,2	7,5

Fonte: SINAN/SVS/MS/Mapa da violência (2012)

*Pode ser indicada mais de uma alternativa

Na **tabela 06** detalha-se o tipo de relação com as crianças e adolescentes atendidos pelo SUS. É possível verificar que: *os pais*, no sentido genérico, são os principais responsáveis pelas violências notificadas, concentrando 39,1% dos atendimentos em 2011. Esse fato torna-se bem marcante no primeiro ano de vida, e vai diminuindo com o crescimento da criança. Já na faixa de 15 a 19 anos só acontece em 15,8% dos casos; esse papel dos pais

começa a ser substituído a partir dos 5 anos de idade por **amigos/ conhecidos**, e partir dos 10 anos, por parceiros ou ex-parceiros e por pessoas desconhecidas.

Os dados do SINAN apontam que no ano 2011 os atendimentos femininos por violências, o estudo aponta por violências representaram de 60% das notificações; maior ainda na faixa dos 10 aos 14 anos de idade: 68%. Quando tratamos de violências físicas representaram 40,5% do total de atendimentos, especialmente com centrados na faixa dos 15 aos 19 anos de idade, mas relevante em todas as faixas.

Os principais agressores são os pais até os 14 anos de idade. No final da adolescência, esse papel é assumido por amigos ou conhecidos, e também por desconhecidos. Em segundo lugar, as diversas formas de violência sexual, que registram 19,9% dos atendimentos acontecidos em 2011. Um total de 10.425 crianças e adolescentes, a grande maioria do sexo feminino: 83,2%. A maior incidência registra-se na faixa dos 10 aos 14 anos de idade.

A violência sexual mais frequente foi o estupro: 7.155 casos, de elevada participação em todas as faixas etárias e responsável por 59% do total de atendimentos por violências sexuais. Assédio sexual e atentado violento ao pudor também são significativos: entre 15 e 20% dos atendimentos. Tem que ressaltar que essas proporções não necessariamente refletem a relevância desses incidentes na vida real. Trata-se de aqueles agravos cuja gravidade ou consequências demandaram atendimento do sistema de saúde. Os resultados desta análise realizada a partir dos dados apresentados pelo Mapa da Violência contra crianças e adolescentes (2012), informam que a violência atinge as crianças e adolescentes de forma diferente os meninos e meninas, esse dado perpassa pelos diversos tipos de violência sofrida por crianças e adolescentes. Todos os dados tabulados reforçam que as crianças e adolescentes do sexo feminino sofrem percentualmente mais violência que os meninos.

Assim, ao analisarmos o fenômeno da violência sofrida por crianças adolescentes, podemos afirmar que além dos fatores econômicos, sociais e culturais, esse fenômeno está associada a uma violência de gênero na qual os significados que conformam a imagem social do feminino estão arraigados, determinando subalternidade e dominação na vida de crianças e adolescentes, cuja identificação como meninas pode colocá-las em um lugar social subalterno.

Dados mais recentes apresentados pela Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, vinculado a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos (SNDH), no último balanço anual (2015), retratam um quadro crescente de violações de direitos.

O principal canal de comunicação da Ouvidoria é o Disque Direitos Humanos – Disque 100, serviço de atendimento telefônico gratuito para receber demandas relativas a violações de Direitos Humanos, que funciona 24 horas todos os dias da semana e atende todo o território nacional. A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos realizou, em 2015, 324.892 atendimentos, sendo que 137.516 (42%) referiram-se a registro de denúncias de violações de direitos humanos, uma média de 376,7 denúncias/dia e 270.801 encaminhamentos aos órgãos da rede de proteção integral de direitos humanos e ao sistema de justiça.

Quando tratamos especificamente dos dados relativos violência doméstica contra crianças e adolescentes, os dados apresentados mostram os tipos de violação mais recorrentes.

Tabela 07- TIPO DE VIOLAÇÃO MAIS RECORRENTES EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Ano	Negligência	Violência Psicológica	Violência Física	Violência Sexual	Outras violações	Total
2014	37,20%	24,55%	21,48%	12,53%	4,24%	100%
2015	38,04%	23,90%	22,16%	11,42%	4,48%	100%
2014	67831	44752	39164	22840	7739	182326
2015	58.576	36.794	34.119	17.583	6899	153962

Fonte: Secretaria Nacional dos Direitos Humanos da Presidência da República SNDH/2016

Os dados revelam um perfil das crianças e adolescentes vítimas onde as meninas são as maiores vítimas (54%) em segundo lugar os meninos com 46%. A faixa etária mais atingida é de 04 a 11 anos, somando 40%, seguido das faixas etárias de 12 a 17 anos com 31% e de 0 a 03 anos com 16%. As Meninas e meninos negros/pardos somam 57,5% e brancos 41,6%.

Quanto à orientação sexual e identidade de gênero do total de denúncias dos módulos crianças e adolescentes, 0.07%, que correspondem a 96 adolescentes, declararam sua orientação sexual e de gênero, 46% são gays, 29% são lésbicas, 18% adolescentes trans (14% travestis e 4% transexuais) e 7% adolescentes bissexuais.

Os dados demonstram a importância de se destacar à questão de gênero em interface com a violência no trabalho dos profissionais inseridos na Rede. Tal aspecto deve ser visto como ampliação, aprimoramento e desdobramento das diretrizes sobre a política de Violência

estabelecida nos campos da Segurança, Justiça e Saúde no Brasil, superando as limitações observadas.

Nessa perspectiva, a formação, sensibilização e capacitação dos/as agentes públicos/as dirigidas às transformações socioculturais não devem distanciar-se dos interesses coletivos feministas e, assim, manterem-se comprometidas com a construção de novos saberes e práticas. A coibição, a prevenção e o atendimento à violência de gênero exigem reflexões e atuações multissetoriais e multidisciplinares, que incidam diretamente na estrutura e conjuntura do fenômeno, organizador da nossa realidade social de maneira tão desigual e violenta às mulheres, crianças e adolescentes.

3.4 O CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA/SE

A grave problemática da violência doméstica praticada contra crianças e adolescentes vem ao longo do tempo assumindo graves proporções em todos os recantos deste país, seja nos grandes centros ou em pequenas cidades interioranas. Considerada como violência interpessoal, de cunho privado, e difícil notificação por parte dos atores/profissionais que compõem a rede de proteção social dos municípios.

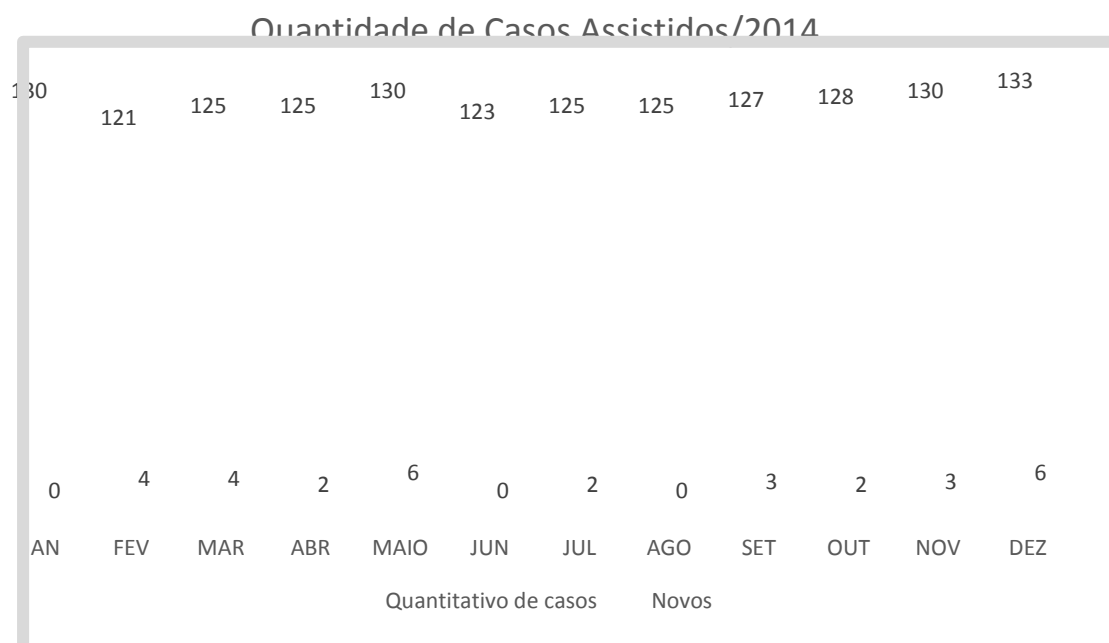
Especificamente no município de Itabaianinha/SE, os dados mapeados pelo Relatório Anual de Gestão dos anos de 2014 e 2015, demonstram que a problemática da violência doméstica contra crianças e adolescentes é crescente. Apesar do município não disponibilizar de um sistema de notificação e de registro dos dados de forma organizada e centralizada, os dados a seguir são tabulados pela equipe de profissionais que atuam no Centro de Referência de Assistência Social- CREAS, órgão vinculado à Política de Assistência Social responsável pelo atendimento às famílias em situação de violação de direitos.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) estabelece como usuários do CREAS, famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por decorrência de: Violência física, psicológica e negligência; Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; Tráfico de pessoas; Situação de rua e mendicância; Abandono; Vivência de trabalho infantil; Discriminação em decorrência da orientação sexual

e/ou raça/etnia; Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar.

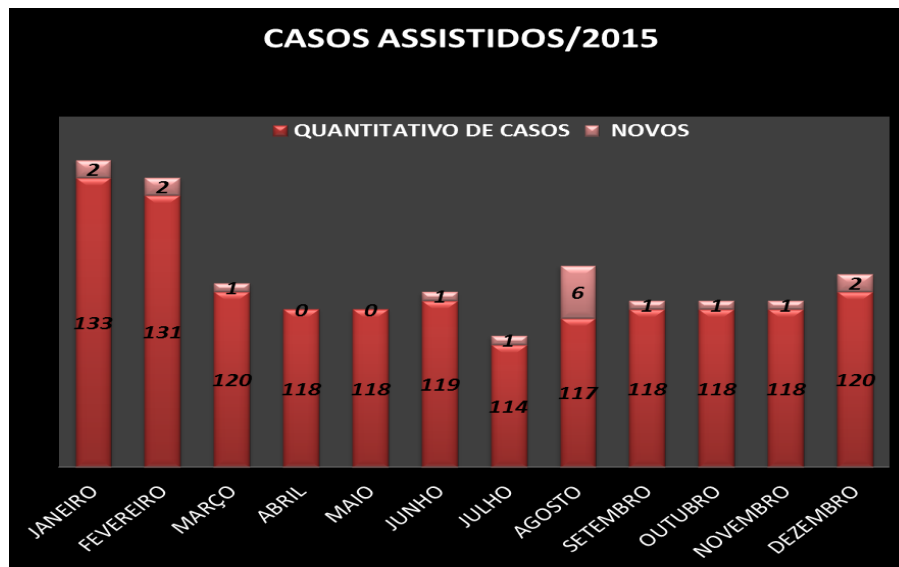
Os dados expostos no gráfico 01 são de usuários assistidos pelo CREAS no ano de 2014 um total de 130 famílias por mês, nos mais variados tipos de violações e faixas etárias. Dentre estes estão o quantitativo de casos novos inseridos no acompanhamento do PAEFI, respectivamente a cada mês como demonstrado no supracitado gráfico, num total de 32 novos casos do corrente.

Gráfico 01- Número de usuários atendidos pelo CREAS /2014



Fonte: Relatório de Gestão de Itabaianinha/SE- CREAS/2014

Os dados referentes ao ano de 2015, apresentado no gráfico 02 demostram que o quantitativo de casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes no município de Itabaianinha mantém a mesma média de casos atendidos no ano de 2014.

Gráfico 02- Número de casos atendidos no CREAS /2015

Fonte: Relatório de Gestão de Itabaianinha/SE - CREAS/2015

Os dados apresentados pelo órgão que atende às crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica no âmbito municipal, ganha a mesma visibilidade do cenário de violência presente em cidades maiores.

Segundo Dias (2006, p.02), a violência doméstica tem ao longo dos anos ocupado os espaços na mídia, onde são alardeado o crescimento do fenômeno, tendo sido justificado apenas pelo viés econômico. Sabe-se que a violência não é um fenômeno novo, e que historicamente em nosso país crianças e adolescentes são vitimados diariamente. “A violência doméstica tem sido explicada por muitos autores como resultado de vários fatores”. Como já enfatizamos a violência doméstica que atinge crianças e adolescentes é acima de tudo um fenômeno de múltiplas dimensões.

CAPÍTULO IV

A DINÂMICA DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL DESTINADA ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ITABAIANINHA /SE

O presente capítulo apresenta os resultados da pesquisa de campo realizada através de entrevistas com gestoras, profissionais e conselheiras do município de Itabaianinha/SE: Uma Gestora Municipal de Assistência Social e Trabalho (SMAST), uma representante da Gestora da Secretaria Municipal de Educação, uma Gestora da Secretaria Municipal de Saúde, uma conselheira tutelar, uma representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, a equipe técnica do CREAS-Centro de Referência Especializado de Assistência Social, composta por três Assistentes Sociais, duas Psicólogas e uma coordenadora, a equipe técnica do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, composta por uma Assistente Social, uma psicóloga e uma coordenadora.

O campo empírico da referida pesquisa, abrange o município de Itabaianinha⁹, e para melhor contextualizar, apresentamos alguns aspectos históricos, culturais, econômicos e sociais da cidade.

A povoação de Itabaianinha, distante 118 quilômetros da capital do estado de Sergipe, surgiu embaixo de um pé de tamarindo, onde os tropeiros, principalmente de Itabaiana, descansavam. Por isso eles acabaram batizando a localidade com o mesmo nome da cidade em que viviam, acrescentando o diminutivo ‘inha’. Foi nesse local que teve início uma pequena feira, onde eles comercializavam seus produtos. Apesar de rico e promissor, nos últimos anos o município estacionou no tempo.

A cidade de Itabaianinha/se passou a ser conhecida como ‘Princesa das Montanhas’, por estar localizada numa área bastante montanhosa, a 225 metros acima do mar. Fica entre as serras do Babu, na divisa com Riachão do Dantas; dos Cavalos, Ilha e Catramba, divisa com Tobias Barreto; Pilões, Antas, Ovelhas, Flor da Roda, Pedra Branca, Brejo, Bica e o Alto do Urubu, a leste da sede do município. Há uma versão popular de que essa localidade foi fundada no século XVIII por tropeiros de Itabaiana, que teriam colocado o nome de Itabaianinha por acharem que as duas localidades tinham semelhanças.

⁹ De acordo com o a divisão territorial da Secretaria de Estado do Planejamento, o município fica localizado na região centro sul do Estado o de Sergipe (Mapa da divisão territorial de Sergipe 2008).

Já os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva afirmaram em seus escritos que o município teria sido primitivamente uma aldeia de índios. Essa povoação passou à condição de freguesia em 6 de fevereiro de 1835 com a denominação de Nossa Senhora da Conceição de Itabaianinha, sendo desmembrada da de Nossa Senhora dos Campos, hoje Tobias Barreto. Logo depois, em 19 de fevereiro, transformou-se em vila, compreendendo a freguesia de Nossa Senhora do Tomar do Geru. Foi em 19 de setembro de 1891, através da lei nº 3, que Itabaianinha passou à categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº 680, foi realmente emancipada.

Segundo conta a sabedoria popular, por volta do século XVIII, imigrantes vindos de Itabaiana Grande, atual Itabaiana, faziam seu pouso nesta localidade, construindo pequenos casebres no alto da montanha. Seguiam seu rumo abandonando aí o marco inicial de uma povoação. Outros iam chegando pouco a pouco e construindo seus lares em torno desse marco.

Pelo aspecto topográfico muito parecido com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo consistente e de pedras miúdas, passaram a chamar a localidade de Itabaianinha. Assim foi criada a "Princesa das Montanhas", como foi chamada por João Pereira Barreto, dada a majestade do local, com situação privilegiada de domínio do planalto. Em 1832, tornou-se vila, com sede na povoação de Nova Tomar do Geru.

A sua formação Administrativa Distrito criado com a denominação de Itabaianinha, pela lei provincial de 06-02-1835. Elevado à categoria de vila com a denominação de Itabaianinha, pela lei Resolução do Conselho do Governo de 08-05-1832. Sede na antiga povoação de Itabaianinha. Constituído do distrito sede. Instalado pela lei provincial de 19-02-1835, transferiu para a povoação de Itabaianinha a sede do extinto município de Tomar do Geru. Elevado à condição de cidade com a denominação de Itabaianinha, pela lei estadual nº 3, de 1909-1891.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município Itabaianinha aparece constituído de 2 distritos: Itabaianinha e Geru. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1950. Pela lei estadual nº 525-A, de 25-11-1953, desmembra do município de Itabaianinha o distrito de Geru. Elevado à categoria de município com a

denominação de Tomar do Geru. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.



Mapa da localização da cidade de Itabaianinha/SE (IBGE/2015)

Quando nos debruçamos sobre a configuração demográfica do município de Itabaianinha/SE, tendo por base o Censo do IBGE (2010), a população total do município era de 38.910 residentes, destes, 19.379 são homens e 19.531 são mulheres, dos quais 7.599 encontravam-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isto significa que 19,5% da população municipal vive nesta situação. Do total de extremamente pobres, 4.857 (63,9%) viviam no meio rural e 2.743 (36,1%) no meio urbano. A população residente no município de Itabaianinha/SE na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 1,66% ao ano), passando de 19.872 habitantes em 2000 para 23.420 em 2010. Em 2010, este grupo representava 60,2% da população do município.

Do total de extremamente pobres no município, 3.766 são mulheres (49,6%) e 3.833 são homens (50,4%). Ainda é possível apontar que do total da população em extrema pobreza do município, 2.237 (29,4%) se classificaram como brancos e 5.293 (69,7%) como negros. Dentre estes últimos, 378 (5,0%) se declararam pretos e 4.915 (64,7%) pardos. Outras 69 pessoas (0,9%) se declararam amarelos ou indígenas.

O Censo também revelou que a população infante - juvenil da cidade está caracterizada pelos seguintes dados: 7.765 são do sexo masculino, sendo, 1- 4 anos: 1.486; de 5- 9

anos:2.040; de 10- 14 anos : 2.238 e de 15- 19 anos: 2.001, por outro lado a população do sexo feminino está assim apresentada, 7.633 crianças e adolescentes, sendo assim descritas: de 1-4 anos: 1.454 pessoas; de 5-9 anos: 2.025; de 10-14 anos: 2.182 e de 15- 19 anos: 1.972 crianças e adolescentes.

Ao observamos o universo total de crianças, adolescente e jovens residentes no município, os dados apontam que no ano de 2010, havia 847 crianças na extrema pobreza na faixa de 0 a 3 anos e 498 na faixa entre 4 e 5 anos. O grupo de 6 a 14 anos, por sua vez, totalizou 2.229 indivíduos na extrema pobreza, enquanto no grupo de 15 a 17 anos havia 513 jovens nessa situação. Foram registradas 62 pessoas com mais de 65 anos na extrema pobreza. 53,9% dos extremamente pobres do município têm de zero a 17 anos.

4.1 ATRIBUIÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

No Brasil a Rede de Proteção Social à criança e adolescente começa a ganhar visibilidade a partir de 1980, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para falar de Rede de proteção social às crianças e adolescentes necessariamente precisamos nos remeter a ideia de proteção social, compreendida com a resposta do Estado a expressões da questão social, concretizada através das políticas sociais adotadas pelo Brasil. Pensar um trabalho em rede significa conceber a ideia de articulação, conexão e vínculos de ações que se complementam no sentido de garantir a integralidade na atenção as crianças e adolescentes.

O conceito de rede permite o compartilhamento dos objetivos e procedimentos que visam à obtenção das interações necessárias com outras instâncias institucionais e a construção de vínculos horizontais de interdependência e complementariedade. Isso muda a percepção das instituições como órgãos centrais e hierárquicos, e dessa forma, possibilita o compartilhamento de responsabilidades e reivindicações por meio de objetivos e compromissos comuns (MURARNO 2008, p.25).

Nesse sentido, quando nos referimos a redes de proteção, estamos falando de uma concepção de trabalho e não de mais um serviço, programa ou projeto, mas de uma ação

intersetorial e integrada onde todas as instituições estão envolvidas, e com equipe multiprofissional. Pensar a realização de um trabalho em rede é pensar na necessária articulação entre os atores /instituições que a compõem, no sentido de dar respostas de forma objetiva na sua totalidade.

Ainda segundo Murano (2008), o trabalho realizado em rede pressupõe acima de tudo a incorporação de características imprescindíveis: flexibilidade, horizontalidade, corresponsabilidade, compartilhamento, autonomia e sustentabilidade.

A nossa perspectiva é de que o trabalho em rede significa a articulação entre os serviços e Políticas Sociais o de responsabilidade do Estado¹⁰ e que estão destinadas a atender as crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. No atual contexto neoliberal evidencia-se a transfiguração do conceito de rede, onde o Estado repassa para as instituições não governamentais, na perspectiva da solidariedade entre as pessoas. Nessa perspectiva as ações em rede dizem respeito não só as ações públicas desenvolvidas no âmbito do Estado, mas também das ações de ONG's e de indivíduos particulares.

Se observarmos o que prevê o ECA (1990), considera a política de atendimento dos direitos da criança e adolescente poderá ser realizada por um conjunto integrado ente instituições governamentais e não governamentais. A concepção de proteção social inscrita no ECA é de que a atenção direcionada a crianças e adolescentes deve envolver um conjunto de políticas sociais e que estas devem ser operacionalizadas intersetorialmente, ou seja, de maneira articulada e integrada. Segundo Bidarra (2008), uma ação pensada de forma intersetorial apresenta as seguintes características: a) investe numa lógica para a gestão que considera o cuidado e por isso busca superar a fragmentação das políticas sociais e b) investe no aprendizado sobre como lidar com as tensões produzidas, quando se tem diferentes setores e atores, com diferentes concepções de mundo, tendo que negociar uma resposta partilhada para os problemas que lhe são comuns.

Para materializar os direitos fundamentais de crianças e adolescentes e para efetivar a perspectiva de promoção e de proteção integral, subscrita na política de atendimento da área da criança e do adolescente, é inadiável assegurar diferentes graus de intersetorialidade entre as políticas que integram o campo das políticas sociais básicas e as que estão encarregadas de operacionalizar os serviços especiais, sendo esta uma prerrogativa expressa pelo ECA (...). Isso demanda a construção de

¹⁰ Embora esteja previsto no ECA que a responsabilidade da proteção cabe ao Estado, a Família e a sociedade, defendemos que a oferta de serviço deve ser ofertado de forma direta pelo Estado através da implementação de políticas públicas.

diálogos e pactuações entre aqueles que estão encarregados de operacionalizar a política de saúde, de educação, assistência social, segurança pública e de justiça, as quais isoladas ou justapostas, não alcançam a cobertura e a resolutividade necessárias, nem mesmo no interior de seus próprios campos de atuação (BIDARRA, 2009, p. 494-495).

Partindo do pressuposto que os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, na perspectiva legalista da proteção integral, devem ser garantido a partir de ações intersetoriais, nesse trabalho analisamos os dados a partir da fala de gestores (as) e profissionais, conselheiros que compõem a rede de proteção social e o Sistema de Garantia de Direitos¹¹ do município de Itabaianinha/SE; As políticas públicas de Assistência Social, Saúde e Educação, profissionais que atuam no CRAS, CREAS, Conselho tutelar, Conselho de Direitos, que tem no conjunto de suas atribuições, ações que visam o atendimento direto às crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, sendo instituições primordiais que atuam na defesa e proteção das vítimas, tendo como foco os tres eixos: Promoção, defesa e controle social.

O eixo da **promoção**, tem por objetivo a deliberação e a formulação da Política de atendimento de direitos, que garante o direito ao atendimento das necessidades básicas da criança e do adolescentes, através da implementação de Política Públicas. Segundo Medeiros (2013,p.78), pode-se considerar que o eixo de promoção,

Envolve a construção de políticas públicas que garantam a proteção integral de crianças e adolescentes. Tal eixo e concretizado através de ações que visam prevenir situações de risco para crianças e adolescentes, bem como na promoção de condições básicas para o seu desenvolvimento sadio, que podem ser assegurados com a política de Assistência Social, Saúde, Educação, Lazer, Profissionalização, entre outras (MEDEIROS, 2013.p.78).

O eixo do **Controle social** tem em sua composição organizações da sociedade civil que atuam na defesa e no cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes. Tal eixo, foi uma importante conquista advinda através do ECA, onde foi possível vislumbrar a participação da sociedade na elaboração de políticas públicas voltadas para a infância e juventude, que se concretiza através da criação dos Conselhos de direitos da criança e adolescentes.

¹¹ O Sistema de Garantia de Direitos - SGD é sinônimo de promoção e proteção dos direitos humanos. O sistema nasce a partir da convenção dos direitos da criança e do adolescentes, e se operacionaliza como sistema estratégico, tendo como primazia potencializar a promoção e proteção dos direitos da infância /adolescência.

Os conselhos constituem-se novidade no campo da gestão das políticas sociais claramente embasadas em uma concepção de democracia participativa. Sua institucionalização permite um novo tipo de participação da sociedade civil (....) São instrumentos para deliberar, controlar e fiscalizar as políticas desenvolvidas nas tres esferas de governo (MEDEIROS, 2013, P.190).

O eixo **defesa dos direitos** objetiva a responsabilização do Estado, da sociedade e da família pelo não atendimento ou atendimento de forma irregular, ou violação dos direitos individuais e coletivos de crianças e adolescentes.

Ainda segundo Martins (2009) o eixo é composto pelo Sistema de justiça Ministério Público e poder judiciário, conselhos tutelares, delegacias especializadas, defensoria pública. É nesse eixo que são articuladas as ações de articulação e enfrentamento às violações direitos de crianças e adolescentes.

Destacamos aqui, que no processo de realização da pesquisa, não foi possível realizar entrevista com os membros do poder judiciários e do Ministério Público, sendo realizada entrevistas com o representante do Conselho tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente do município.

4.2 AS EXPERIÊNCIAS DE GESTORES (AS), PROFISSIONAIS E CONSELHEIROS (AS) DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTE

Durante a realização das entrevistas, realizadas com Gestores (as) e profissionais e conselheiros de direitos e conselho tutelar nas unidades de atendimento às vítimas de violência doméstica, vinculados Política Pública de Assistência Social, o CRAS- Centro de Referência de Assistência Social foram entrevistadas, 01 coordenador, que tem a formação em Biologia; 01 Assistente Social e 01 psicólogo ; no CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social , foram entrevistados: 01 coordenador, com formação em pedagogia ; 02 psicólogos(a), 02 Assistentes Sociais. E também os gestores (as) da política de Assistência Social, educação Saúde.

A análise documental da pesquisa foi realizada a partir da análise do Plano Municipal de Assistência Social (2015 -2017). O conteúdo do plano envolve ações e metas que devem

ser executadas no âmbito da Política de Assistência Social do município, contemplando também ações de cunho intersetorial com as políticas de educação e saúde do município. Ao nos debruçarmos sobre o conteúdo que trata especificamente do nosso objeto de estudo, verifica-se que no âmbito da Proteção Social Especial de média complexidade, o município dispõe apenas de um CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social, que é responsável pelo atendimento às violações de direitos.

As metas traçadas pela gestão municipal que constam no Plano Municipal de Assistência Social inclui ações de aprimoramento da capacidade e de atendimento e articulação da rede socioassistencial, com as seguintes ações estratégicas (PMAS, 2015-2017).

- Aprimorar a capacidade de atendimento dos serviços, articulação com a rede de serviços socioassistencial, outras políticas e órgãos de defesa dos direitos;
- Realizar campanhas educativas e de mobilização nas escolas municipais e estaduais;
- Contribuir para a reparação de danos e da incidência de violação de direitos, contribuir também para o fortalecimento da família no desempenho da sua função protetiva;
- Prevenir a reincidência de violação de direitos, promovendo a inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos;
- Capacitar os recursos humanos de forma permanente;
- Elaborar e implantar protocolos de atendimentos, rotinas, encaminhamentos, fluxo de usuários;
- Realizar diagnóstico socioassistencial no território com identificação de riscos e vulnerabilidades,
- Mobilização do dia 18 de maio - Dia Nacional de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Promover a articulação da rede

Todas as estratégias traçadas pela gestão municipal devem ser executadas até o ano de 2017 de forma continuada.

4.2.1 CONCEPÇÕES DOS (AS) GESTORES, PROFISSIONAIS E CONSELHEIROS (AS) SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A partir dos objetivos propostos na pesquisa, foram realizadas entrevistas para captar a concepção que os gestores, profissionais e conselheiros (as) têm sobre a violência doméstica no município contra crianças e adolescentes. As falas relatam concepções/conceitos dos gestores (as), profissionais e conselheiros que atuam na formulação da política e no atendimento a criança e adolescentes vítimas de violência doméstica do município.

A fala das gestoras entrevistadas expressa a compressão sobre violência doméstica:

Eu entendo que violência doméstica, tanto quanto a criança e adulto mesmo, mas como aqui estamos tratando de criança e adolescente, é todo tipo de agressão, física e psicológica feita contra essas crianças (**Gestora- Entrevistada 01**).

E todo tipo de violência que ocorre dentro da família, que pode ser tanto física, quando psicológica ou verbal (**Gestora-entrevistada 02**).

Violência doméstica é todo ato de agressão praticado por pessoas próximas ou da família, seja de forma física, abuso sexual, violência psicológica e normalmente é praticada dentro da própria casa da vítima, provocando danos psicológicos a vítima. (**Gestora - entrevistada 03**).

A mesma pergunta foi feita aos profissionais que atuam no atendimento às vítimas de violência doméstica e seus familiares, que estão lotados no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e no Centro de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS, sendo possível visualizar que tanto gestores como os profissionais têm um conhecimento e o conceito de violência doméstica contra crianças e adolescentes.

Tudo que venha a ferir a integridade dessas crianças, seja ela com agressividade, com espancamento, como maus tratos, tratar de forma pejorativa, xingamentos... Essas coisas assim que tem muito pai que faz.... Eu enquanto professora já vivenciei e vi muito esse tipo de coisa. Agente chama o pai e a mãe da criança e aí eles chamam a criança do lado, e na frente da gente soltam um palavrão do tamanho do mundo. Então, tudo que venha agredir a integridade moral e física dessa criança, para mim é violência (**Profissional 01**).

É aquela praticada por pessoas que residem com aquelas crianças ou adolescentes, não necessariamente precisam ser do mesmo seio familiar. Por exemplo, uma criança ou adolescente filho de A, porque os pais estão trabalhando na casa de B, são deixadas na casa de uma tia ou avó, que por algum motivo podem proferir

algumas palavras, agressões... é tudo que a criança presencia de violador contra o direito dela... Não necessariamente precisa ser violência física, até as palavras são violência. A minha concepção é mais voltada para isso mesmo (**Profissional 03**).

A violência doméstica é tudo o que fere os direitos da criança e do adolescente, o direito a saúde, a educação... Se o pai ou uma mãe deixa a criança fora da escola, isso é uma violência... parte também para agressão física, agressão verbal, ferir os direitos da criança é uma violência doméstica (**profissional 04**).

As gestoras entrevistados da área de Saúde, Educação e Assistência Social, assim como os profissionais entrevistados, denominados, profissionais 01, 03 e 04 apresentam em suas falas uma concepção que tem por base o conceito de violência como todo ato ou omissão praticados por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, a transgressão do poder/dever de proteção do adulto. E, de outro lado, é uma ‘coisificação’ da infância, isto é uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratadas como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (AZEVEDO e GUERRA, 2001). Tais aspectos, envolvem as relações de poder presentes nas famílias, contudo, não relacionam a violência doméstica com as questões macro, seja de ordem cultural, social, econômica e política.

Por outro lado, ao entrevistarmos o profissional 02, o mesmo apresenta uma concepção que demonstra de maneira geral um conhecimento superficial do conceito de violência.

O que eu quero dizer é que a ideia de violência a gente imagina que vai chegar uma criança espancada e tal. Porém essa questão da violência doméstica, no meu entendimento a partir do momento que uma mãe e deixa a criança em casa sozinha tomando conta de outra irmã ou dando é a responsabilidade a uma criança pedindo que ele vá a uma escola, ou a uma atividade de lazer, eu considero que isso também é uma violência(...). Mas eu tenho, enquanto profissional essa visão da violência doméstica, mães que não fazem um planejamento familiar, que tem dois, tres, quatro, cinco filhos sem ter condição financeira pra poder manter, dar uma boa condição de saúde a essa criança, dar de tudo, não só de saúde, de uma modo geral. Então eu vejo essa questão da violência partindo por esse olhar. Nós recebemos muitos casos aqui assim e se tornam nossas “clientes”, podemos dizer assim, são as mesmas mães que chegam pedindo por que não tem comida apesar de está recebendo benefício do programa social, a gente ajuda e tudo, mas percebemos que se torna um vício e isso é complicado (**Profissional 02**).

O profissional 02, apresenta uma concepção que compreende a violência doméstica não só a partir da violência física, mas também percebe a outros tipos de violação, abandono,

negligência e maus tratos. Contudo, o seu discurso expressa a ideia de culpabilização da família, pelo número de filhos, falta de planejamento familiar, famílias viciadas em benefícios sociais, ou seja, trata o usuário como “cliente”, faz uma análise superficial, descolada da conjuntura social, política e econômica. Não reflete a função protetiva preconizada na Política Nacional de Assistência Social, assim como a falta de compreensão da relação de articulação entre a proteção Social e básica e especial. No nosso entendimento do fenômeno da violência incide sobre os aspectos culturais, históricos, sociais e suas expressões estão inseridas nas realções sociais, como expressão da questão social.

Neste sentido, historicamente a “violência” está presente nas relações que compoem a sociedade, variando de acordo com a dinâmica da imposta pela sociedade. Mesmo se tratando de profissionais que atuam diretamente no atendimento às famílias vítimas, é possível perceber um discurso sobre a violência ainda relacionado de maneira equivocada associada à pobreza, contudo, o fenômeno da violência está presente, invariavelmente, em todas as classes sociais. Por outro lado os dois profissionais, 06 e 07 apresentam um conceito mais ampliado do entendimento sobre violência doméstica.

E justamente quando os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, os direitos a vida, saúde e educação, eles são negligenciados, violados. Quando os direitos pautados na constituição eles não garantidos pela família **(Entrevistado-profissional 07)**.

Embora seja praticada dentro de casa, essa violência vem mesmo da omissão do estado. Hoje a criança está sendo muito violentada, na questão da saúde da educação, atrelada a isso vem à questão do pai e mãe, tios de olhar e não acolher, a questão do afeto e do não fazer. Na minha concepção está existindo uma crise na família que não vê essa criança, enquanto criança, é pra colocar ora trabalhar e sem saber que aquilo é violência, que elas próprias estão sendo violentadas pelo próprio sistema e pelo próprio companheiro e estão violentando as crianças. Estamos criando um geração de famílias violentas. As crianças não estão vivendo como crianças **(Entrevistado 06)**.

A violência é entendida como uma omissão do Estado em prover políticas públicas de saúde, educação, ou seja, relaciona a violência doméstica como uma expressão da questão social, que a falta de políticas sociais estruturadas, e de um sistema de proteção social, afeta diretamente as relações familiares.

Ainda sobre a mesma temática, foram entrevistados os representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e adolescentes (Entrevistada 08), a representante do conselho tutelar (Entrevistada 09), expressando o conceito de violência:

Eu acho que tudo que vai de encontro à criança, desde a violência psicológica, quando a mãe briga, ou as pessoas de casa, não é só a violência física, que você percebe no corpo da criança, machucados e tal, uma violência sexual de pais e mães que a gente está acostumando, a saber, que tudo isso existe. Eu acho que a pior de todas as violências é a psicológica, pois é mais difícil de identificar, você não vê. A criança chega com comportamento diferente e você não sabe por que ela não traz nenhuma marca (**Entrevistada 08- CMDCA**).

No meu entendimento violência doméstica acontece dentro do lar, então eu acredito que violência doméstica é qualquer tipo de violência que ocorra dentro da família, que aconteça com crianças e adolescentes, seja ela de forma física, verbal, bullying, ou qualquer violação que ocorra dentro da família seria caracterizado uma violência doméstica (**Entrevistada 09- CT**).

Na fala da entrevistada o conceito de violência é entendido como tudo que vai de encontro à garantia de direitos das crianças e adolescentes. A violência física mais difícil de ser identificada é mais enfatizada em detrimento da violência psicológica, pois traz marcas que são “invisíveis” e que dificulta a percepção por parte dos adultos. A fala da entrevistada 09 relaciona todos os tipos de violência sofridos dentro do lar, ampliando e ressaltando a questão do *bullying* como uma das expressões da violência.

4.2.2 PERSPECTIVAS SOBRE O FUNCIONAMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Quando nos referimos a redes de proteção social, estamos falando não apenas de um serviço, ou de um projeto de forma isolada, mas sim de uma concepção que permeia as relações de trabalho, com ênfase em ações conjuntas e integradas que as instituições devem desenvolver no sentido de proteger e garantir os direitos de crianças e adolescentes vítima de violência doméstica.

Murano(2008, p.25) é enfático quando relaciona o significado de rede com a ideia de articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros,

interdependência entre os serviços para garantir integralidade de atenção aos segmentos sociais em situação de risco pessoal e social¹².

Embora tenhamos um entendimento que o trabalho em rede necessita via de regra de uma visão bem abrangente e de um diálogo intersetorial de por parte das instituições que atuam na rede de proteção social de atenção à criança e adolescência, as entrevistas realizadas com gestoras, profissionais e conselheiras apontam para alguns sentidos de rede de proteção social. Todos são enfáticos em afirmar a importância do trabalho em rede, da relação que deve ser estabelecida de forma intersetorial, mas reafirmam a fragilidade, dificuldade de articulação e funcionamento da rede em torno do enfrentamento à violência doméstica praticada contra crianças e adolescentes.

Eu entendo que rede, é a parceria entre todos os agentes envolvidos no município, saúde. Eu acredito que trabalhar em rede é parceria e entrelaçamento entre os agentes públicos que compõem a administração. Avalio que atualmente a rede não está tão bem, diante do contexto cultural, pois ainda temos secretarias que trabalham de forma isolada e muitas vezes não atendem as demandas **(Gestora - entrevistada01)**.

Rede é algo interligado. Usando o exemplo básico, rede é algo que está entrelaçado para sustentar o peso, pra dar suporte a um determinado público, no caso aqui para criança e adolescente. Então, a rede de proteção social existe para amparar e proteger a criança e o adolescente, só que costumo dizer que a nossa rede é “furada” porque ela não segura, ela tem algo falho, que a gente tenta, bate na tecla, faz reuniões com a rede, com o CRAS, CREAS, com educação, com toda a rede pra tentar conseguir algo e a gente não consegue. Rede é algo que deve sustentar, dar suporte para garantir os direitos daquela criança e daquele adolescente **(Profissional 03)**.

Trabalhar em rede exige múltiplo e conjuntos encaminhamentos das equipes multiprofissionais de diferentes instituições, serviços, projetos. Portanto, pensar em um trabalho em rede é pensar na necessária articulação entre os serviços a fim de responder as demandas em sua totalidade. Há, segundo as gestoras, profissionais e conselheiras entrevistadas uma dificuldade de realizar um trabalho articulado e com planejamento das ações:

¹² Ver Protocolo de rede de proteção a criança e adolescentes em situação de risco para a violência do município de Curitiba.

O trabalho em rede ainda acontece de forma desarticulada, é um tema difícil e ainda tem muitos tabus, falta capacitação para os profissionais, um despertar para compreensão da importância de trabalhar de forma articulada, pensada. Ainda trabalhamos de maneira, eu não diria isolada, mas é que cada um faz sua parte sem um diálogo permanente. Não planejamos ações de forma conjunta, especialmente como forma de prevenção (**Gestora- entrevistada 03**).

O trabalho da rede eu acho ele muito falho, não sei se é uma questão de gestão ou de profissionais que não se dão, mas é como se cada órgão não estivesse fazendo a sua parte, como se estivesse empurrando a sua obrigação para que o outro fizesse. Eu não enxergo que a rede esteja engajada para resolver ou enfrentar esse problema (**Profissional 01**).

Na minha concepção tinha que ser uma coisa interdisciplinar. Eu acredito que os profissionais que compõem a rede poderiam trabalhar mais, acreditar, se solidificar mais, não no individualismo. O projeto de trabalho em rede é muito bonito, mas eu acho que precisa ser concretizado, precisa ter pessoas sensibilizadas, competentes e capazes (**Profissional 04**).

Os relatos dos entrevistados (as) revelam por um lado uma compreensão do que sentido e do trabalho em rede, mas por outro, percebe-se que os atores / gestores (as) e profissionais admitem a fragilidade que a rede enfrenta no seu cotidiano. Nessa perspectiva as falas demonstram a realidade vivenciada no município e reflete o contexto em que estão inseridas as políticas sociais de Estado, onde o conceito de rede tem sido transfigurado pela retração de direitos sociais vivenciadas no país.

O nosso entendimento coaduna com a reflexão levantada por Lavoratti,

A rede de políticas a que nos referimos é uma **rede intersetorial**, que congrega as principais políticas direcionadas ao enfrentamento de demandas complexas, como é o caso da violência contra crianças e adolescentes, que necessita de que, ao mesmo tempo, se desenvolvam conjuntamente ações de saúde, educação, segurança pública, assistência social, tanto para proteger as vítimas e famílias, como para responsabilizar os autores da violência. São aquelas que articulam o conjunto das organizações governamentais, não governamentais, serviços, programas sociais, bem como as redes setoriais, priorizando o atendimento integral às crianças e adolescentes. Dessa forma a rede é concebida como uma estratégia operacional fundamental para a gestão de políticas públicas intersetoriais, que supera a tradicional lógica de fatiamento das ações do governo por setores/áreas e que potencializa o resultado dos programas, serviços e ações governamentais (LAVORATTI, 2013, p.131).

Em se tratando dos casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes, reforçamos a ideia de que as ações intersetoriais devem ser fortalecidas, pois o enfrentamento a tal expressão da questão social exige ação de diversas políticas públicas no sentido de garantir a plena proteção à criança e adolescente vítima.

4.2.3 OPERACIONALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO REGISTRO DE NOTIFICAÇÃO EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A notificação compulsória dos casos de violência é uma importante contribuição no reconhecimento dos direitos das crianças e adolescentes, sendo um instrumento capaz de mobilizar a rede de proteção às crianças e adolescentes e de compor o sistema de informação, visando ao planejamento de políticas públicas para seu enfrentamento. A obrigatoriedade de notificação de suspeita e/ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde, amparada pelo princípio da proteção desse público, cabendo à família, sociedade ao Estado.

Os principais documentos que retratam a questão da violência também como uma questão de saúde pública, ECA(1990); o Plano Nacional de Enfretamento à violência sexual infanto-juvenil(2002); A Notificação de Maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde (Portaria 1.969/2001), e a Política Nacional de redução de acidentes e violência (2001).

A obrigatoriedade de notificação significa reconhecer que a violência doméstica é um problema de saúde pública, mas também das demais políticas sociais que atuam no enfrentamento a tal situação, representa uma resposta do Estado frente a importante forma de enfrentar às diversas formas de violência doméstica vivenciada por crianças e adolescentes.

Quando se abordou durante a pesquisa de campo o tema da notificação em casos de suspeita de violência doméstica, sendo perguntado se município dispõe de um modelo de notificação e registro/denúncia em casos de VD contra crianças e adolescentes. Os gestores (as), profissionais e conselheiros (as), reconhecem a importância da notificação e denúncia em casos de violência sofrida por crianças e adolescentes, mas divergem sobre o conhecimento de ficha de notificação nos diversos setores,

O município dispõe apenas da ficha do SINAN, onde as unidades e profissionais de saúde podem usar para notificar a violência, em seguida as informações são passadas para vigilância epidemiológica que informa no sistema. O município tem uma unidade de referência em notificação pactuada, o hospital municipal, que funciona como referência, sendo utilizada a notificação compulsória em casos que os profissionais suspeitem e ou tenham confirmação de algum tipo de violência, seja com crianças ou adultos (**Gestora da saúde- 03**).

O CREAS elaborou uma **ficha de notificação** (grifo nosso) e apresentou em uma reunião com representantes da rede, no entanto somente o CREAS utiliza, foi enviado cópias para todos os setores, saúde, educação, conselho tutelar, conselho de direitos, então todos os setores receberam essa cópia, mas isso não vingou. Atualmente, apenas o CREAS utiliza e registra a denúncia e envia ao Conselho Tutelar utilizando a ficha de notificação criada por nós da equipe técnica. Eu sei que os Agentes de saúde usam outro formulário, mas é totalmente diferente do nosso, eles usam o dele, não adotaram o que foi apresentado, pois não houve um consenso **(Profissional 07)**.

Particpei de uma reunião do Conselho municipal de saúde, e foi passado que existe um formulário, inclusive os Agentes de Saúde disseram que tem sim um formulário que utiliza, porém eu nunca recebi nenhum formulário desses, nenhum instrumental desse estilo. Pelo menos até aqui nunca chegou e a gente do CRAS não tem um instrumental específico **(Profissional 02)**.

Não tem nenhuma ficha de notificação, que eu tenha conhecimento. O que a Secretaria Municipal de Educação orienta a escola e que ela encaminhe um relatório ao conselho tutelar, descrevendo a situação **(Gestora- entrevistada02)**.

A representante da Secretaria Municipal de Educação é enfática em dizer que a secretaria não conhece nenhum tipo de ficha de notificação que o município tenha adotado e divulgado nos setores públicos, mas orienta os professores da rede municipal em casos de suspeita de maus – tratos ou qualquer tipo de violência doméstica, comunicar ao Conselho Tutelar.

Sabemos que de acordo com a legislação, os casos de violência doméstica, de conhecimento dos profissionais de saúde e educação, devem ser notificados ao conselho tutelar. Estes são responsáveis em alimentar o SIPIA- Sistema de Informação para Infância e Adolescência, vinculado a SNDH- Secretaria Nacional dos Direitos Humanos da Presidência da República. Contudo, para que isso seja factível e necessária uma regularidade e uniformização na alimentação dos dados.

Quando um gestor afirma não ter conhecimento de uma ficha de notificação, nos remete a pensar em certos entraves que circulam no interior da rede de proteção social no âmbito municipal.

Segundo Vecina (2006,p.56),

Outros entraves referentes às questões de notificação poderiam ser expressos através de questões como: Será que os profissionais têm os conhecimentos necessários acerca do que é violência e do que é violência intrafamiliar para realizar a detecção de casos? E nas situações de suspeita, com quem estes profissionais contam? Uma

vez detectados os casos, será que tais profissionais se sentem seguros na realização desse tipo de intervenção? (VECINA, 2006, p.56).

Para Costa (2014), tanto os professores, orientadores educacionais e diretores das escolas têm o compromisso moral e ético em perceber comportamentos de seus alunos que podem ser expressões de maus-tratos e buscar alternativas que sejam efetivas para alterar a situação dessas crianças, trazendo assim a responsabilidade dos profissionais em denunciar/notificarem casos de suspeita de violência doméstica. “Nosso não comprometimento com a violação de direitos da população infanto-juvenil nos torna cúmplices e fazendo parte do complô do silêncio que envolve a criança vitimada” (COSTA, 2014, p.59).

A conselheira municipal dos direitos da criança e adolescente entrevistada aponta para o desconhecimento de qualquer ficha de notificação sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes no município.

A questão de conhecer a ficha, nós não conhecemos, mas eu creio que o CREAS deve ter uma. Um dia a psicóloga do CREAS estava falando da dificuldade do trabalho em rede, a falta de participação da saúde, educação (**Entrevistada 08-CMDCA**).

No conjunto dos gestores (as), profissionais e conselheiros envolvidos no trato com a questão da violência doméstica contra crianças e adolescentes, fica evidenciado um certo desconhecimento da Ficha de Notificação de maus- tratos por parte de alguns atores da rede, ou até mesmo do uso correto na forma de notificação. Neste sentido, é possível inferir que a rede apresenta desarticulação no tocante a pactuação do uso de instrumentais padronizados.

A notificação compulsória da violência contra a criança e o adolescente estabelecida deve ser compreendida como um instrumento de garantia de direitos e de proteção social de crianças e adolescentes. A utilização de uma ficha única de notificação permite aos profissionais de saúde, assim como do campo da educação, da assistência social, dos Conselhos Tutelares, adotarem medidas de cuidado às vítimas da violência. Notificar implica em dividir e partilhar com os vários setores da sociedade a responsabilidade de proteger crianças e adolescentes.

As denúncias de violência descobrem o privado que se torna público na vida das famílias. Com relação às tensões da tradicional dicotomia público/privado, percebe-se que os conflitos interpessoais e as violências deles decorrentes são considerados pertencentes à

singularidade das pessoas. Logo, para grande parte dos agentes públicos, a denúncia dessas violências aparece como ato imprudente, por quebrar o imperativo moral que mantém separadas as esferas "público e privado". Há um movimento de privatização deste tipo de violência, o qual orienta pensamentos como: "ninguém deveria tomar conhecimento da violência praticada na intimidade da vida das pessoas", ou seja, nas entranhas da sociedade, no interior das famílias, a menos que sejam violências inequivocamente criminalizadas há muito tempo, tal qual o assassinato. Nesta linha de reflexão, é possível inferir que as políticas e ações voltadas às equipes destinadas ao atendimento e acompanhamento das crianças e adolescentes em situação de violência devem ser alicerçadas em atenção integral, ética e qualidade, com foco na resolutividade dos casos e no fortalecimento da autonomia das envolvidas.

4.2.4 CAPACITAÇÃO DOS ATORES QUE COMPÕEM A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL

O processo de capacitação para os atores que atuam nos diversos espaços e instituições que compõem a rede de proteção social representa um espaço de socialização do conhecimento e mobiliza gestores(as), profissionais e conselheiros para uma atuação eficiente que seja capaz de potencializar a intervenção e atuação no atendimento às vítimas de violência doméstica.

Ao abordarmos o ponto da capacitação e formação continuada para os atores que compõem a rede de proteção, evidencia-se que tanto gestores(as) quanto os profissionais e conselheiros, em nenhum momento, participaram de processos de capacitação sobre a temática,

No período que eu estou aqui na secretaria, há mais de oito anos nunca fomos mobilizados pelo governo estadual. A secretaria de Estado da Saúde tem um Centro de Educação Permanente, que serve justamente para isso, mas nenhuma oferta de curso voltado para essa temática (**Gestora- Saúde 03**).

A capacitação que tivemos aqui foi no cotidiano, aprendemos no dia-a-dia com os colegas. Já tentei fazer cursos on-line, mas não fui selecionada (**Entrevistada - profissional 01**).

Só participei de algumas palestras sobre violência doméstica (**Entrevistada profissional 02**).

Sabe-se que na nova dinâmica do mercado de trabalho, a qualificação profissional emerge no cenário contemporâneo como um elemento importante na composição dos fatores que regem a competitividade dos países, das organizações e dos indivíduos. Sobretudo, este aspecto é considerado fundamental para a transversalidade de gênero nas políticas sociais.

Por transversalidade de gênero nas políticas públicas entende-se a ideia de elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo. Podemos dizer que a transversalidade das hierarquias de gênero organiza toda e qualquer arena e nível da vida social, sendo intersectada por outras relações de poder e estratificação, incluindo classe, raça/etnia, sexualidade, nacionalidade e idade/geração. Neste sentido, a dominação de gênero infusa as identidades pessoais e coletivas, afinidades e antagonismos sociais, e o senso comum¹³ (CRUZ, 2015).

4.2.5 FAMILIARIDADE COM DIFERENÇAS E DESIGUALDADES DE GÊNERO

O cotidiano de gestores (as), profissionais e conselheiros (as) que atuam diretamente na política de atenção à criança e adolescente tem se configurado como um espaço marcado pelas diversas expressões da questão social, caracterizado pelos processos de exclusão, discriminação, exploração, opressão, desigualdade social, relações de poder, de violência, entre outras. A aproximação e/ou conhecimento sobre a categoria gênero e desigualdades de gênero nos processos de trabalho, ainda configura-se como algo distante da realidade cotidiana dos profissionais entrevistados.

¹³ Nesta linha de reflexão, seguindo uma estratégia de *transversalização*, em 1987, a ONU também deliberou que todos os seus órgãos e agências deveriam formular e implementar políticas em prol da igualdade para as mulheres. Esta questão tornou-se central às discussões travadas na Quarta Conferência Internacional da Mulher (1995, Beijing, China), sendo explicitamente endossada pela Plataforma de Ação aprovada ao final da conferência. Entre as novas estratégias formuladas, destacou-se a incorporação do enfoque de gênero em todos os níveis, com o propósito de alcançar a equidade de gênero e em especial, promover o *empoderamento* das mulheres (CRUZ, 2015).

Nunca tivemos nada sobre isso aqui, sobre gênero não **(Profissional Entrevistado 03)**.

Nunca fomos capacitados com relação à temática de gênero e também não realizamos nenhum curso de capacitação voltado para essa temática **(Gestora Entrevistada – 01)**.

A falta de capacitação ou formação com enfoque na perspectiva de gênero interfere de forma direta na compreensão e no trato da questão no cotidiano dos atores que compõem a rede,

Não. Gênero nós nunca tratamos dessa temática dentro da escola. Ou com os professores. O único momento que foi discutido essa temática foi no processo de elaboração do Plano Municipal de Educação **(Gestora – Entrevistada 02)**.

[...] de forma nenhuma, capacitação com relação a gênero e violência doméstica nunca fizemos e também não fazemos essa correlação entre violência e desigualdades de gênero **(Entrevistada – Profissional 02)**.

Acho que a gente deveria ter acesso a esse tipo de informação, a temática de gênero, de trabalhar a violência como um todo, nas suas diversas formas, e sobre gênero é importante **(Entrevistado- profissional 06)**.

Com relação a gênero nunca fomos capacitados. Também esse negócio de gênero (grifo nosso) começou agora não foi? Nunca foi despertado, mas isso aí agora está começando a despertar para isso, para o gênero **(Entrevistado – profissional 07)**.

Os profissionais expressam a falta de conhecimento sobre a abordagem de gênero nas políticas sociais e nos espaços de atuação profissional. Compreendemos que a capacitação continuada dos atores que integram a rede de proteção, promove um profissional comprometido em superar as limitações que se apresentam na realidade, entendendo que na verdade gerir essas ações vai além de implantar projetos, envolver parceiros e instituir órgãos.

Sabe-se que em vários estados, os governos têm promovido, com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Cursos de Capacitação em Gênero, aos multiplicadores da área de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade, a fim de assegurar a elas um atendimento mais humanizado e orientação efetiva na busca de proteção, de garantia de direitos e do empoderamento das mulheres.

A este respeito, conforme CRUZ(2015) as análises sobre as políticas públicas e programas governamentais a partir da perspectiva de gênero, em geral buscam verificar em que medida as iniciativas do Estado têm contribuído, ainda que de forma embrionária, para

modificar esse padrão de desigualdade de gênero que continua profundamente arraigado na sociedade brasileira.

Nas políticas as mulheres são incluídas como parte do público beneficiário, seja como foco específico da ação governamental, seja como um segmento atendido por programas mais abrangentes, com uma atenção específica ou diferenciada. Por exemplo, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres constitui prioridade da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que tem trabalhado na promoção do atendimento às mulheres, na capacitação e qualificação de profissionais e no acesso à justiça (II PNPM¹⁴, p. 75).

Recomenda-se a criação de programas que atendam mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, incluindo atenção integral (jurídica, psicológica e médica) e criação de abrigos, formulação de políticas que articulem medidas na área da assistência e da segurança pública, incluindo a aplicação de medidas repressivas e preventivas mais efetivas.

¹⁴ BRASIL. II PNPM – PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Presidência da República, 2008. Disponível em: <http://200.130.7.5/spmu/docs/Livro_II_PNPM_completo_09.09.2010.pdf>. Acesso em: 9 set. 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou apreender a percepção dos atores que compõem a rede de proteção social sobre as ações de proteção à crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. A pesquisa analisou sob a perspectiva de gênero o trabalho de gestoras profissionais e conselheiras que integram a Rede de Proteção Social a crianças e adolescentes, as experiências e desafios enfrentados na articulação, estruturação e prevenção de ações de atendimento, no sentido de ampliar os direitos e a cidadania de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica no município de Itabaianinha/SE.

O propósito foi caracterizar a estrutura e organização da Rede de Proteção Social, a forma como delimitam e compartilham o poder e os recursos humanos, atores, grupos e instituições, assim como, sua atuação no município referido no enfrentamento a violência doméstica contra crianças e adolescentes; Identificar a forma de funcionamento, o registro de notificação e a utilização do Guia para atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência no município de Itabaianinha/SE; Estimar a perspectiva de gestores (as) e profissionais, e conselheiros sobre o funcionamento da Rede de Proteção Social no que se refere à prevenção, atendimento e estratégias de enfrentamento à violência doméstica contra crianças e adolescentes; Analisar a valorização da formação/capacitação dos (as) para uma atuação qualificada de atores que compõem a Rede de Proteção Social de atenção às crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica do município de Itabaianinha/SE; Aferir a familiaridade com as diferenças de gênero nos episódios de violência com crianças e adolescentes vítima de violência doméstica sob a perspectiva de gestores e profissionais.

Para tanto, trilhou-se um caminho teórico fundamentado na compreensão da violência no seu sentido mais amplo, a partir da perspectiva da totalidade dos fatos que circundam a sociedade contemporânea. Buscou-se apresentar o contexto das primeiras iniciativas de políticas sociais pelo mundo e as suas particularidades no Brasil. Em seguida apresentamos como se construiu no Brasil a Política de atenção à criança e adolescentes, permeado por momentos de lutas, marcada inicialmente pela ação estatal de controle e repressão, vinculada a assistência jurídica- policial.

O modelo de proteção social empreendido nesse momento histórico que vai dos anos de 1930 a 1964 era pautado no binômio justiça- assistência, priorizando em linhas gerais a

educação/regeneração/reabilitação, baseada no caráter repressivo, onde as crianças e adolescentes são tratados como menor abandonado, delinquente e perigoso.

A partir do contexto da redemocratização do país, nos anos de 1980, verificam-se mudanças significativas na história da assistência à infância, sendo instaurada uma nova concepção legal baseada nos direitos, seja de ordem jurídica, política ou social. Criança e adolescente passam, a partir da promulgação da Constituição federal e do ECA, a ser reconhecidos como sujeitos de direitos. O advento do estatuto estabelece uma política de atendimento que busca garantir os direitos de crianças e adolescentes.

Ao mesmo tempo em que os direitos são proclamados com a promulgação da lei, no Brasil revela-se um quadro extremamente grave de violência e violação de direitos, traduzidos no crescente quadro de violências sofridas por crianças e adolescentes em nosso país.

Nesta perspectiva, a partir da análise e discussão dos resultados da pesquisa no que concerne ao conceito de violência, a maior parte dos entrevistados apresenta uma compreensão sobre o conceito de violência doméstica, vinculando-a a aspectos de cunho econômico, social, familiar. Em geral, atribuem ações, causas e aspectos associados à violência, relacionando-a aos fatores socioeconômicos; à vulnerabilidade da criança, entendido neste estudo como o grau de dependência, fragilidade e falta de defesa que, especialmente, a criança apresenta em relação ao adulto; à violação de direitos e à família como produtora e reprodutora da violência. As concepções de violência doméstica, também apresentam foco no processo de culpabilização das famílias, falta de planejamento familiar gerando organizações familiares cada vez mais violentas.

Quanto ao funcionamento da rede de proteção social, podemos verificar que existe fragilidades no processo de articulação dessa rede ficando evidente nas entrevistas, a existência de poucos momentos de troca de experiências e o planejamento de ações em conjunto, somente acontecem em momentos esporádicos ou com fins específicos, normalmente organizado pelos profissionais vinculados ao CREAS. Também se evidencia que a rede ainda não foi legalmente formalizada, não existe no município um órgão que seja o coordenador da rede, as ações realizadas em parceria com alguns, são voltadas apenas para a realização de palestras nas escolas ou campanha educativa e de mobilização social referente ao dia nacional de enfrentamento a violência sexual realizada no dia 18 de maio.

A forma de registro e notificação da violência doméstica praticada pelos atores que compõem a rede é bem fragilizada. Alguns desconhecem a existência de ficha de notificação,

outros sabem de sua existência, mas não utilizam como forma de registrar e notificar as violações de direitos ocorridas no âmbito local. Apesar de gestores (as), profissionais e conselheiros (as) compreenderem a importância de realizar a notificação, não existe uma unificação do processo, e cada órgão que compõem rede realiza de forma isolada, comunica aos órgãos responsáveis pelo atendimento. Registra-se que a Secretaria Municipal de saúde utiliza a ficha de notificação compulsória, estabelecida pelo Ministério da Saúde, tendo como referência a unidade hospitalar de saúde, onde os profissionais são orientados a preencher a ficha e encaminha para secretaria municipal de saúde. Outro órgão que faz parte da rede que produziu uma ficha de notificação foi o CREAS, a ficha é utilizada para notificar casos de violação de direitos para todos os públicos, sejam crianças, adolescentes, mulheres e idosos.

No trato com a questão da violência doméstica contra crianças e adolescentes a percepção das desigualdades de gênero não foi percebida pelas gestoras, profissionais e conselheiras entrevistados. Alguns até sinalizam a importância, mas de uma forma geral não atentam no seu cotidiano de trabalho para as diferenças de gênero. Tal fato é preocupante quando temos dados de pesquisa que apontam para um contexto onde 54% das denúncias realizadas de violação de direitos contra crianças e adolescentes são contra meninas. Perceber as diferenças de gênero no cotidiano de trabalho, no atendimento às vítimas de violência clarifica e explica como a dominação constitui historicamente na sociedade as desigualdades de gênero, as relações de poder e dominação. Estes aspectos contribuem para ampliar a compreensão do fenômeno da Violência Doméstica praticada contra crianças e adolescentes torna-se fundamental.

Outro aspecto abordado na pesquisa aponta para falta de capacitação continuada das equipes de trabalho, dos 14 entrevistados, apenas um profissional fez um curso de especialização na área de violência doméstica, os demais não participaram de capacitação específica para o trabalho. A falta de um programa de capacitação continuada reflete diretamente na execução dos programas e projetos. Entendemos que se trata de uma área de conhecimento que necessita de profissionais especializados para atuação mais qualificada.

Apesar de existir previsão de realização de capacitação permanente no plano municipal de assistência social (2015-2017), elaborado pela SMAST, até o momento não foi realizado nenhum tipo de capacitação voltada para o enfrentamento à violência doméstica de crianças e adolescentes, foram realizadas algumas reuniões ampliadas entre outros

profissionais e serviços da rede, onde são discutidos alguns casos e realizando encaminhamentos.

Para Neto e Nascimento (2006), o funcionamento de uma rede de proteção social que objetive proteger crianças e adolescentes da violência doméstica, deve ser pensada a partir de uma proposta pedagógica, que seja capaz de propiciar uma alternativa de conquista e “construção de um espaço de cidadania”, que permita capturar as dimensões subjetivas e objetivas dos sujeitos envolvidos, sua formação, interferência e interdependência.

Ao nos reportarmos a hipótese da pesquisa, que as ações propostas pela rede ainda são fragmentadas e desarticuladas. Isto porque, o trabalho dos atores que compõem a rede de atenção, por sua natureza de informalidade, flexibilidade, agilidade, em geral é focalizado apenas no atendimento às vítimas, operando com dificuldades no setor público, dada a permanência da cultura organizacional das políticas sociais marcadas historicamente pela hierarquia, setorização e centralização do poder de decisões. Os resultados da pesquisa demonstram toda a fragilidade e incompletude do trabalho em rede no trato da questão do enfrentamento a violência doméstica contra crianças e adolescentes. Tal fato, provavelmente é reflexo da adoção de modelos da política neoliberal, ideologia hegemônica presente da execução das políticas sociais na contemporaneidade, que segue na contramão da proposta inscrita no Estatuto da Criança e do adolescente, quanto à estruturação dos serviços, a focalização das políticas e fragmentação das ações.

Também foi possível identificar que atrelado aos fatores conjunturais, a cultura interfere diretamente no enfrentamento à violência doméstica, esta compreendida por muitos, como violações de cunho privado, como atos naturalizados. Minimizar os efeitos das manifestações de violência contribui para um processo contínuo de perpetuação da violência.

Este estudo conclui que o enfrentamento à questão da VD praticada contra crianças e adolescentes ainda constitui como um desafio gigantesco para gestores (as), profissionais e conselheiros(as), pois é fruto da sociabilidade capitalista que tende a não dar respostas concretas às expressões da questão social, em especial à violência doméstica.

Diante do exposto é possível perceber que o estabelecimento das políticas públicas depende de alguns fatores preponderantes. Os pressupostos orientadores para a tomada de decisões que resultam na elaboração e execução das políticas públicas envolvem um conjunto de condicionantes básicos que dependem do contexto histórico, político e social no qual a sociedade está inserida. Não só isso, mas dependem também da ação dos diferentes agentes

sociais que estão envolvidos no cenário político. É importante lembrar que as demandas e os atores sociais são elementos importantes na constituição das políticas públicas.

Por fim, a abordagem dos temas e a seleção de problemas entre participantes da pesquisa, faz emergir o reconhecimento da importância do encaminhamento de questões e estratégias sobre a formação continuada para o trabalho com políticas públicas, particularmente com “A Rede de Proteção Social e Enfrentamento à Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes”. Os dados obtidos revelam um conjunto de elementos específicos da realidade social que devem ser objeto de mais atenção no contexto em que a política se insere. Deste modo, faz-se necessário discutir conceitos básicos que envolvem a temática da Rede e a relação com a transversalidade de gênero, a fim de melhor compreender as questões que dela se sucedem. Principalmente em se tratando de uma política pública existe a necessidade de saber o que ela significa, os seus inúmeros conceitos, suas características próprias, bem como a base teórica que a fundamenta e a faz necessária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, C. D., & ASSIS S. G. A (in) visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. **Cadernos de Saúde Pública**, 27(5), 843-854, 2011, doi:10.1590/S0102-311X2011000500003.

ALMEIDA, Ney Luís Teixeira. ALENCAR, Monica Torres. **Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas**. Saraiva, São Paulo, 2011.

AMARO, Sarita, **Crianças Vítimas de violência: das sombras do sofrimento à genealogia da resistência. Uma nova teoria científica**. Porto Alegre: Editora, AGE/ EDIPUCRS, 2006.

ARRAZOLA, L. S. D. (1997). **O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza**. In F. R. Madeira (Ed.), *Quem mandou nascer mulher?* (pp. 347-402). Rio de Janeiro: Record/Rosa dos tempos.

ASSIS, G. S., AVANCI, J. Q., PESCE, R. P., & XIMENES, L. F. Situação de crianças e adolescentes brasileiros em relação à saúde mental e à violência doméstica. **Ciência e Saúde Coletiva**, 2009.14(2), 349-361, doi:10.1590/S1413-81232009000200002.

AZEVEDO, M. A., & GUERRA V. N. A. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: Um cenário em desconstrução. In Fundo das Nações Unidas para a Infância, **Direitos negados: A violência contra a criança e o adolescente no Brasil**. Brasília, DF: Fundo das Nações Unidas para a Infância. 2001. Recuperada em http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_01.pdf¹.

AZEVEDO, Maria Amélia e GERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Com licença vamos à luta**. São Paulo: Editora Iglu, 1998.

AZEVEDO, Maria Amélia e Guerra, V. N. A. (Orgs.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. (4a ed.). São Paulo: Cortez, 2005.

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo, v.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Políticas Sociais: fundamentos e história**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BIDARRA, Zelimar Soares e OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. IN Revista Serviço Social & Sociedade. **Pactuar a intersetorialidade etramar as redes para consolidar o sistema de garantia de direitos**. Ano XXIX, junho de 2008, n° 99. Ed. Cortez, São Paulo.

BOURDIEU, P., PASSERON, I. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 25. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990. 4. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.

BUNCH, C. **Os direitos da mulher como direitos humanos**: uma nova visão. In: Muyer y violencia domestica (coletivo). Instituto de la Muyer. Santiago: 1991.

CARVALHO, M. C. B. Famílias e políticas públicas. In: VITALE, M. A. F.; ACOSTA, A. R. **Família**: redes, laços e políticas públicas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 267-274.

CARVALHO, S. Reflexões sobre o tema da cidadania e a produção de subjetividade no SUS. In: CARVALHO, S.; BARROS, M.; FERIGATO, S. (orgs). **Conexões**: saúde coletiva e políticas da subjetividade. São Paulo, Aderaldo & Rothschild, 2009, pp.23-41.

CASTELLS. Manuel. **O fim do patriarcalismo**: movimentos sociais, famílias e sexualidade na era da informação. In: A era da informação: economia, sociedade e cultura, 1999.

COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. **O Processo de Revisão do Plano Nacional**. Brasília, 2008.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA. ONU. 1989.

COSTA. Siva Regina da Silva. **Maus-tratos contra crianças: concepções e práticas de profissionais da educação**. Campinas/Sp.Ed. Papel Social, 2014.

CRUZ. M.H.S. Resgatando modos de vida e de trabalho de mulheres artesãs. In: CRUZ.MHS. **Múltiplos enfoques e espaços plurais de pesquisa no campo da educação**. São Cristóvão. Ed. UFS, 2008.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Perspectivas e Desafios da Transversalidade das Políticas Públicas de Gênero**. In: Maria Helena Santana Cruz; Josiane Soares Santos; Maria da Conceição Almeida Vasconcelos; Nailsa Maria de Souza Araújo. (Org.). **RECONFIGURAÇÃO DOS ESTADO E SUAS EXPRESSÕES NA POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA**. 1ed.SÃO CRISTÓVÃO: Editora UFS, 2015, v. 1, p. 111-138

DIAS, Á. C. S. **Violência domestica contra crianças e adolescentes: Contribuições para análise do fenômeno**. Caderno UNIFAO. Volta redonda, Ano I,nº1 ,2006.disponivel em www.unifao.edu.br. Acessada em 07/05/2016.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A melhor prevenção contra a pedofilia é o diálogo**. Entrevista cedida a UnB Agência em 17 abr. 2008. Disponível em<<http://www.unb.br/noticias/entrevistas/entrevista.php?id=24>> Acesso em: 14 de outubro de 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social no Estado Capitalista**. Cortez, São Paulo, 2000.

_____, **Estado e Sociedade: Parcerias e práticas contra violência sexual**. Editora Universa, 2010.

_____, **ESCOLA QUE PROTEGE**: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes / Vicente de Paula Faleiros, Eva Silveira Faleiros, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

FERREIRA, K. M (2002). Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes - nossa realidade. In L. Silva (Org.), **Violência doméstica contra a criança e o adolescente**: Recife. EDUPE.2002. (pp. 29-43).

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre Iniciação a Pesquisa Científica**. 3ª Ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

GONÇALVES, H. S., & FERREIRA, A. L. A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais da saúde. **Caderno de Saúde Pública**, 2002m. 18(1), 315-319.

GRESSER. Rafaela; FONSECA. Rosa Maria Gody Serpa da. OLIVEIRA. Rebeca Nunes Guedes. **Violência contra adolescentes: uma análise à luz das categorias gênero e geração**. In:Rev Esc Enferm USP 2014; 48(Esp):104-10 www.ee.usp.br/reeusp .

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M. V; **O Serviço Social na contemporaneidade**: Trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 2008.

_____, Marilda V. e Carvalho, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico/metodológica. São Paulo, Cortez/CELATS, 10ª edição, 1995.

IBGE- **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, disponível na internet:<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>, pesquisado em 06/06/2015.

LAURELL. A. C. **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. São Paulo. Ed. Cortez,2002.

LAVORATTI, Cleide. **Tecendo a rede de proteção: desafios do enfrentamento intersetorial à violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes no município de Curitiba/PR** / Cleide Lavoratti. – Curitiba, 2013.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **A mobilização das ONG's no enfrentamento à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil**. Universidade de Brasília, 2014.

MACHADO. Lia Zonatta. **Perspectivas em confronto: Relações de gênero ou patriarcado contemporâneo**. Serie Antropológica. Brasília. 2000.

MARTINHO, Cássio. **Redes**: Uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto organização.Brásilia,2003.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo. Abril Cultural, 1983, Livro 1, v1.

MIOTO, R. C. T. Família e políticas públicas. In: BEHRING, E. R.; MIOTO, R. C. T.; BOSCHETTI, I.; SANTOS, S. M. M. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 130-148.

MEDEIROS, Jayce Mayara Mendes. **As contradições da proteção social para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual intrafamiliar** Dissertação de mestrado em Serviço Social. UFPE Recife. 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Impacto da violência na saúde das crianças e adolescentes: Prevenção de violências e promoção da cultura de paz**. Brasília, DF: Autor.2008.Recuperadoem.http://www.feim.org.ar/pdf/blog_violencia/afc_cartilha_a5b.pdf.

MINAYO, Maria. C. S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, Maria. C. S (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p.09-29.

MONNERAT, Giselle Lavinias, ALMEIDA,Ney Luiz Teixeira de e SOUZA, Rosimary Gonçalves de (Orgs.). **A Intersetorialidade na Agenda das Políticas Sociais** Campinas: Papel Social, 2014.

MURANO, Hedi Martha Soeder (org). **Protocolo da rede de proteção a criança e ao adolescente em situação de risco para a violência do Município de Curitiba – 3º Ed.** – Curitiba, Secretaria Estadual de Saúde, 2008.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo,6º edição Editora Cortez, 2007.

NETTO, Jose Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós -64**. São Paulo. 16ª edição, Cortez, 2011.

NETO, João Clemente de Souza; NASCIMENTO, Maria Letícia (org). **Infância, Violência e Políticas Públicas** Ed. Expressão e arte, São Paulo , 2006.

_____. **Infância, Violência e Políticas Públicas , 2ª edição** Ed. Expressão e arte, São Paulo , 2006.

NEVES. Jose Luis. **Caderno de pesquisas em administração**. São Paulo, V.1, Nº 3, 2º SEM./1996.

NJAINE, Kathie; GONÇALVES DE ASSIS, Simone; GOMES, Romeu y SOUZA MINAYO, Maria Cecília de. **Redes de prevenção à violência: da utopia à ação**. Ciência & Saúde Coletiva [em línea] 2006, vol. 11 [citado2012-04-29]. Disponível na Internet: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=63013510020>. ISSN 1413-8123.

PEREIRA,.P.A. **A Intersetorialidade DAS Políticas Sociais na perspectiva dialéticana** Campinas: Papel Social, 2014

PEREIRA, P.A.P. **As metamorfoses da questão social e a reestruturação das políticas sociais**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 1999.p 21-34.

PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**, 7ª edição, São Paulo, Ed. Contexto, 2010.

PRIORE, Mary Del. **Criança e crianças: história e memória em quinhentos anos de Brasil**. In: SEMINÁRIO DE TROPICOLOGIA: Brasil: 500 anos de uma civilização tropical, 1999, Recife. Anais... [prelo]<<http://www.tropiologia.org.br/conferencia/1999crianca.html>.

RICHARDSON, R. J. PERES, J. A de S.; WANDERLEI, J. C. V.; CORREIA, L. M.; PERES, M. de H. de M. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed, rev. São Paulo: Atlas S.A., 2009.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAETA, B. P. & Souza NETO, J. C. S. (2006). **A criança e o adolescente na sociedade brasileira**. In J. C. Souza Neto & M. L. B. P. Nascimento (Orgs.), *Infância: violência, instituições e políticas públicas*. São Paulo: Editora Expressão e Arte,2006.

SAFFIOTI. Heleieth (1992), “**Rearticulando Gênero e Classe Social**”, in COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (orgs.), **Uma Questão de Gênero**, São Paulo, Fundação Carlos Chagas e Editora Rosa dos Tempos.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Labrys, Estudos Feministas. Revista Eletrônica, n. 1-2, Jul./Dez. 2002.

SCOTT, W Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n.2, jul./dez, 1990.

SILVA, Helena Oliveira da S.; SILVA, Jailson de Souza S. **Análise da violência contra crianças e adolescentes segundo o ciclo de vida no Brasil**. São Paulo: Global, Brasília: Unicef,2005.

SOARES, L. E et al. **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Iser, 1996.

SUAREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. **A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania**. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Editora 34; Carlos Chagas, 2002.

SZYMANSKI, H. **Trabalhando com famílias. Cadernos de ação**. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais, PUC/SP, 1992.

VASCONCELOS, Michele de Freitas Faria de. A pedagogia das políticas públicas de saúde: norma e fricções de gênero na feitura de corpos. **Cadernos Pagú** (UNICAMP. Impresso), v. 44, p. 261-297, 2015.

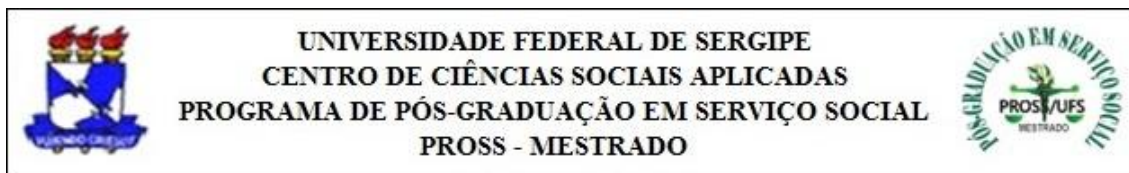
VECINA, Tereza C. C, A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes in: João Clemente de Souza Neto. Maria Letícia Nascimento (org). **Infância, Violência e Políticas Públicas**. Ed. Expressão e arte, São Paulo, 2006.

VIEZZER, M. **O problema não está na mulher**, São Paulo, Ed. Cortez, 1989.

WASELFISZ, J.J. Mapa da violência 2012. **Os novos padrões da violência homicídios no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari. 2012.

ZALUAR, A. **O condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ, 1994.

APÊNDICE - A



TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO

Convidamos o (a) Sr _____ (a) para participar da Pesquisa de mestrado, vinculado ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da universidade federal de Sergipe (UFS) **A Rede de Proteção Social e seu papel no enfrentamento à violência doméstica contra crianças e adolescentes: A experiência do município de Itabaianinha/SE**), sob a responsabilidade da pesquisadora (**Inácia Batista de Brito**) e da Orientadora (**Dr^a Maria Helena Santana Cruz**) a qual tem como *objetivo* analisar sob a perspectiva de gênero o trabalho de gestores (as) e profissionais que integram a Rede de Proteção Social a crianças e adolescentes, as experiências e desafios enfrentados na articulação, estruturação, enfrentamento e prevenção de ações de atendimento, no sentido de ampliar os direitos e a cidadania de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica no município de Itabaianinha/SE.

Sua participação é voluntária e se dará por meio da concessão de entrevistas com a pesquisadora e a liberação de documentos, projetos e planos que a instituição tenha elaborado referente ao objeto de estudo. Se você aceitar participar, estará contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa voltada para compreender como a rede de proteção social tem enfrentado as diversas formas de violência doméstica vivenciada por crianças e adolescentes. Depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração.

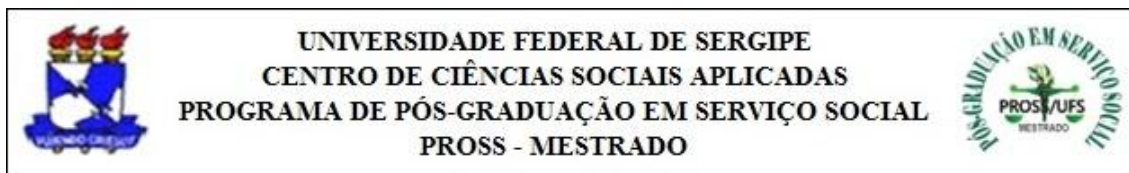
Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço (Universidade Federal de Sergipe – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Prédio da Administração Departamental I

(Centro de Ciências Sociais Aplicadas 1 – CCSA 1) – 1º andar. Av. Marechal Rondon s/n. Bairro Jardim Rosa Elze. São Cristóvão – SE. CEP: 49100-000.), pelo telefone (79) 2105-6357. Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: ____/ ____/ ____

Assinatura do participante

APÊNDICE - B



ROTEIRO DE ENTREVISTA PROFISSIONAIS (CREAS E CRAS)

BLOCO1- IDENTIFICAÇÃO

1-Idade: _____

2-Sexo: ()M ()F

3-Estado civil: _____

4-Escolaridade: () Ens. Superior () Ens. Médio () Ens. Superior
(curso/conclusão)_____

BLOCO2- VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E NOTIFICAÇÃO

- 1- Qual a sua concepção de violência doméstica contra criança e o adolescente?
- 2-Em sua opinião, por que ocorre a VD contra crianças e adolescentes?
- 3- Como a VD contra a criança ou adolescente é percebida e identificada?
- 4- Como é e por quanto tempo é feito o acompanhamento dos casos das crianças vítimas de violência?
- 5- Nos casos de VD acompanhados pela equipe são percebidas diferenças de gênero??
- 6 - O município dispõe de um modelo de notificação e registro/denúncia em casos de VD contra crianças e adolescentes?
- 7- Em caso afirmativo. Como ocorre o fluxo de funcionamento da notificação?

BLOCO 3- REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL

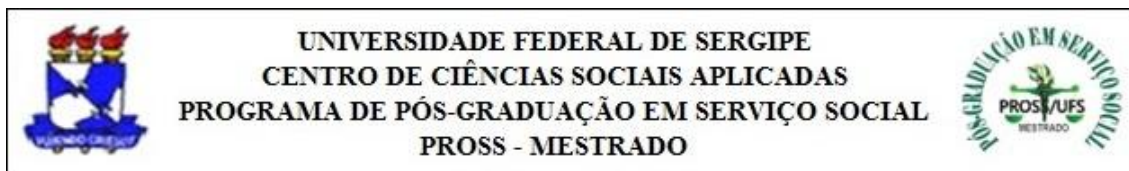
- 1- Na sua concepção o que é a Rede de Proteção Social, seus objetivos e atividades desenvolvidas?
- 2- Como avalia o trabalho em Rede, no que tange ao enfrentamento da violência praticada contra crianças e adolescentes, as formas de gestão postas para as sociedades e culturas, nas primeiras décadas do terceiro milênio?
- 3 - Qual é o papel do seu programa/instituição dentro da Rede?

- 4 - Como é composta a rede municipal de proteção social de enfrentamento à violência doméstica contra crianças e adolescentes?
- 5- Que ações são realizadas pela rede de proteção social no que se refere a prevenção e proteção às vítimas de VD?
- 6-Quem mobiliza/articula a rede? Quais as estratégias utilizadas para integrar as instituições parceiras?
- 7- Com que frequência os envolvidos com a Rede se reúnem? O que se discute nelas?
- 8- Como ocorre o fluxo de informações na Rede?
- 9- Quais os principais avanços e dificuldades da Rede?

BLOCO 3- CAPACITAÇÃO/FORMAÇÃO

- 1- As instituições estão sensibilizadas e têm condições de participar da Rede ?
- 2- Você tem/teve alguma capacitação específica na área da violência doméstica contra crianças e adolescentes? () Não () Sim
- 3- Em caso afirmativo, especifique. _____
- 4- A equipe tem capacitação/ familiaridade com as abordagens de gênero para perceber diferenças nos processos de violência doméstica contra crianças e adolescentes??

APÊNDICE - C



ROTEIRO DE ENTREVISTA GESTORES(AS) MUNICIPAIS(EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL)

BLOCO1- IDENTIFICAÇÃO

1-Idade: _____

2-Sexo: ()M ()F

3-Estado civil: _____

4-Escolaridade: () Ens. Superior () Ens. Médio () Ens. Superior
(curso/conclusão)_____

BLOCO 2- VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E NOTIFICAÇÃO

1- O que você entende por violência doméstica contra criança e o adolescente?

2-Em sua opinião, por que ocorre VD contra crianças e adolescentes?

3-Na sua concepção, quando se pode dizer que está havendo VD contra a criança ou adolescente?

5- Como é feito o acompanhamento dos casos das crianças vítimas de violência. Por quanto tempo é feito este acompanhamento?

6- O município dispõe de um modelo de notificação e registro/denúncia em casos de VD contra crianças e adolescente?

7- Em caso afirmativo. Como é fluxo de funcionamento da notificação?

BLOCO 3- REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL

1- Na sua concepção como gestor(a) municipal o que é Rede de proteção social, objetivos e atividades desenvolvidas pela rede?

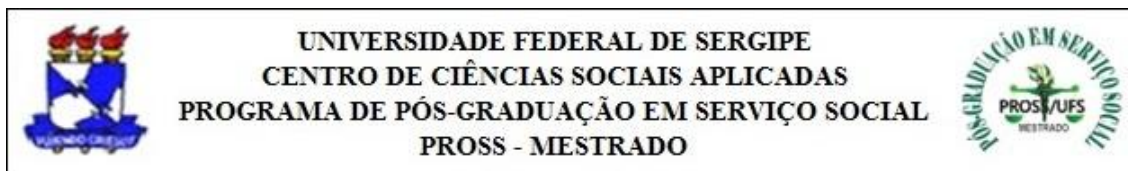
2- Como avalia o trabalho em rede, no que tange ao enfrentamento da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes, a possibilidade de gestão posta para as sociedades e culturas, nas primeiras décadas do terceiro milênio?

- 3-Como é composta a rede municipal de proteção social de enfrentamento à violência doméstica contra crianças e adolescentes? Existe alguma normativa/ portaria/ lei que regulamente o trabalho em Rede e a atuação dos diferentes órgãos que a compõem?
- 4- Qual é o papel do seu programa/instituição dentro da rede? Qual o seu papel na Rede?
- 5- Que ações são realizadas pela rede de proteção social no que se refere a prevenção e proteção às vítimas de VD?
- 6-Quem mobiliza/articula a rede? Quais as estratégias utilizadas para integrar as instituições parceiras?
- 7- Os envolvidos com a Rede se reúnem? Com que frequência ocorrem são as reuniões da Rede? O que se discute nelas?
- 8- Como é o fluxo de informações na Rede?
- 9- Quais os principais avanços e dificuldades da Rede?
- 10-Como você avalia o trabalho em rede no município?

BLOCO 3 - CAPACITAÇÃO/FORMAÇÃO

- 1-Considera que as instituições têm condições ou estão sensibilizadas para participar da Rede ?
- 2-Você tem/teve alguma capacitação específica na área da violência doméstica contra crianças e adolescentes? ()Não ()Sim
- 3- Em caso afirmativo, especifique. _____
- 4- A equipe tem capacitação/familiaridade com as abordagens de gênero para perceber diferenças nos processos de violência doméstica contra crianças e adolescentes?

APÊNDICE - D



ROTEIRO DE ENTREVISTA: CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA

BLOCO1- IDENTIFICAÇÃO

- 1-Idade: _____
- 2-Sexo: ()M ()F
- 3-Estado civil: _____
- 4-Escolaridade: () Ens. Superior () Ens. Médio () Ens. Superior
(curso/conclusão)_____

BLOCO2- VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E NOTIFICAÇÃO

- 1- O que você entende por violência doméstica contra criança e o adolescente?
- 2-Em sua opinião, por que ocorre VD contra crianças e adolescentes?
- 3-Na sua concepção, quando se pode dizer que está havendo VD contra a criança ou adolescente?
- 4-Como você avaliaria o trabalho dos CTs em relação ao tema da VD contra crianças e adolescentes no município?
- 5- Você conhece alguma ficha de notificação de VD?
- 6 Como o fenômeno da VD contra crianças e adolescentes é tratado dentro das reuniões do CMDCA?
- 7- No Plano de aplicação dos recursos do FMDCA, tem alguma ação específica voltada para ao enfrentamento à VDCA?

BLOCO 3- TRABALHO EM REDE

- 1- Na sua concepção o que é a Rede de Proteção Social, seus objetivos e atividades desenvolvidas?
- 2- Como avalia o trabalho em Rede, no que tange ao enfrentamento da violência praticada contra crianças e adolescentes, as formas de gestão postas para as sociedades e culturas, nas primeiras décadas do terceiro milênio?

3-Em relação ao trabalho da rede, entre as políticas públicas existentes municípios, quais ações são desenvolvidas de forma articulada entre os órgãos que compõem a rede de proteção social no município de Itabaianinha?

4- Caso afirmativo, especifique as ações que são realizadas em parceria:_____

5- Qual o papel do CMDCA dentro da rede de proteção social?

6-Qual o tipo de articulação entre o CMDCA com o Ministério Público e o Juizado da Infância e Juventude do município?

7-Como é composta a rede municipal de proteção social de enfrentamento à violência doméstica contra crianças e adolescentes?

8- Que ações são realizadas pela rede de proteção social no que se refere a prevenção e proteção às vítimas de VD?

9-Quem mobiliza/articula a rede? Quais as estratégias utilizadas para integrar as instituições parceiras?

10- Com que frequência os envolvidos com a Rede se reúnem? O que se discute nelas?

11- Como ocorre o fluxo de informações na Rede?

12- Quais os principais avanços e dificuldades da Rede?

BLOCO 4- CAPACITAÇÃO/FORMAÇÃO

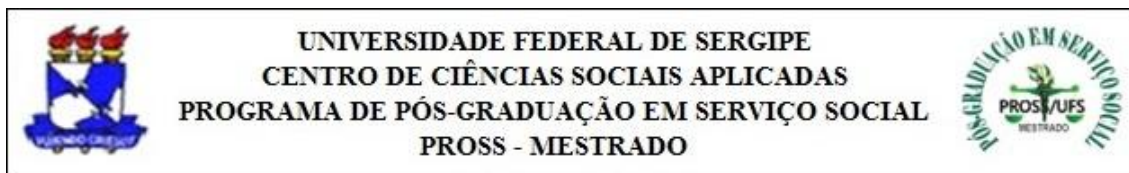
1-As instituições estão sensibilizadas e têm condições de participar da Rede ?

2-Você tem/teve alguma capacitação específica na área da violência doméstica contra crianças e adolescentes? () Não ()Sim

3- Em caso afirmativo, especifique._____

4-A equipe tem capacitação/ familiaridade com as abordagens de gênero para perceber diferenças nos processos de violência doméstica contra crianças e adolescentes?

APÊNDICE - E



ROTEIRO DE ENTREVISTA: CONSELHO TUTELAR

BLOCO1- IDENTIFICAÇÃO

1-Idade: _____

2-Sexo: ()M ()F

3-Estado civil: _____

4-Escolaridade: () Ens. Superior () Ens. Médio () Ens. Superior
(curso/conclusão)_____

BLOCO2- VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E NOTIFICAÇÃO

1- O que você entende por violência doméstica contra criança e o adolescente?

2-Em sua opinião, por que ocorre VD contra crianças e adolescentes?

3-Na sua concepção, quando se pode dizer que está havendo VD contra a criança ou adolescente?

4-Você recebe denúncias de violência doméstica aqui no CT? Quais os tipos de violência doméstica de maior ocorrência?

5- Dos casos de VD contra crianças e adolescentes, acompanhadas pelo CT, é possível perceber as diferenças de gênero nos casos atendidos?

6-Diante de situações de suspeita e/ou notificação de ocorrência de violência doméstica contra crianças e adolescentes, que procedimentos são adotados pelo CT?

7-Quais as principais dificuldades que encontra para lidar com as situações de suspeita e/ou notificação de ocorrência de violência doméstica contra crianças e adolescentes?

8-Que alternativas de ação você utiliza para lidar com essas dificuldades?

9-Como você avaliaria o trabalho dos CT em relação ao tema da VD contra crianças e adolescentes no município?

10-Qual o tipo de articulação entre o CT com o Ministério Público e o Juizado da Infância e Juventude do município?

BLOCO 3- - REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL

- 1- Na sua concepção o que é a Rede de Proteção Social, seus objetivos e atividades desenvolvidas?
- 2- Como avalia o trabalho em Rede, no que tange ao enfrentamento da violência praticada contra crianças e adolescentes, as formas de gestão postas para as sociedades e culturas, nas primeiras décadas do terceiro milênio?
- 3 - Qual é o papel do CT dentro da Rede?
- 4-Em relação ao trabalho da rede, entre as políticas públicas existentes municípios, quais ações são desenvolvidas de forma articulada entre os órgãos que compõem a rede de proteção social no município de Itabaianinha?
- 5- Caso afirmativo, especifique as ações que são realizadas em parceria:_____
- 6 - Como é composta a rede municipal de proteção social de enfrentamento à violência doméstica contra crianças e adolescentes?
- 7- Que ações são realizadas pela rede de proteção social no que se refere a prevenção e proteção às vítimas de VD?
- 8-Quem mobiliza/articula a rede? Quais as estratégias utilizadas para integrar as instituições parceiras?
- 9- Com que frequência os envolvidos com a Rede se reúnem? O que se discute nelas?
- 10- Como ocorre o fluxo de informações na Rede?
- 11- Quais os principais avanços e dificuldades da Rede?

BLOCO 4- CAPACITAÇÃO/FORMAÇÃO

- 1-As instituições estão sensibilizadas e têm condições de participar da Rede ?
- 2-Você tem/teve alguma capacitação específica na área da violência doméstica contra crianças e adolescentes? () Não () Sim
- 3- Em caso afirmativo, especifique._____
- 4-A equipe tem capacitação/ familiaridade com as abordagens de gênero para perceber diferenças nos processos de violência doméstica contra crianças e adolescentes?

ANEXO - A

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO
CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CREAS
FORMULÁRIO PARA NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA
AVISO DE SUSPEITA OU CONFIRMAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS PRATICADO
CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, MULHERES, HOMENS, PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA, IDOSOS E LGBT.

<p>Definição do caso: Suspeita ou confirmação de violência. Considera-se violência como uso intencional da força física ou poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS2002)</p> <p>Atenção: Em caso de suspeita ou confirmação de violências contra crianças e adolescentes, a notificação deve ser encaminhada obrigatória e dirigida ao Conselho Tutelar e ou autoridades competentes (Juizado da infância, Ministério Público, de acordo com o art.13 da Lei 8.060/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Também são considerados notificações compulsórias todos os casos de violência contra a mulher (Decreto nº5.099 de 08/06/2004 e Lei nº10.778/2003) e maus- tratos contra a pessoa idosa (Art. 19 da lei 10.741/2003)</p>											
<p>1. Data : ____/____/____</p> <p>a) Nome da Instituição: _____</p> <p>b) Nome do Noticiante (opcional): _____</p>											
<p>2. Dados da Instituição/ Noticiante:</p> <p>a) Endereço: _____</p> <p>b) Município: _____ c) Telefone () _____</p> <p>d) E-mail: _____</p>											
<p>3- Dados da Violação:</p> <p>a) Nome do usuário (a) _____ Apelido: _____</p> <p>b) Idade: _____</p> <p>c) Nome dos Pais/ Responsáveis: _____</p> <p>d) Endereço: _____ Telefone: _____</p> <p>e) Ponto de Referência: _____</p>											
<p>4. Caracterização da Violência:</p> <table style="width: 100%;"> <tr> <td><input type="checkbox"/> Física</td> <td><input type="checkbox"/> Psicológica</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Negligência/ abandono</td> <td><input type="checkbox"/> Tráfico de pessoas</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Maus- Tratos</td> <td><input type="checkbox"/> Trabalho Infantil</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Financeira/ Patrimonial</td> <td><input type="checkbox"/> Discriminação</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Sexual</td> <td></td> </tr> </table>		<input type="checkbox"/> Física	<input type="checkbox"/> Psicológica	<input type="checkbox"/> Negligência/ abandono	<input type="checkbox"/> Tráfico de pessoas	<input type="checkbox"/> Maus- Tratos	<input type="checkbox"/> Trabalho Infantil	<input type="checkbox"/> Financeira/ Patrimonial	<input type="checkbox"/> Discriminação	<input type="checkbox"/> Sexual	
<input type="checkbox"/> Física	<input type="checkbox"/> Psicológica										
<input type="checkbox"/> Negligência/ abandono	<input type="checkbox"/> Tráfico de pessoas										
<input type="checkbox"/> Maus- Tratos	<input type="checkbox"/> Trabalho Infantil										
<input type="checkbox"/> Financeira/ Patrimonial	<input type="checkbox"/> Discriminação										
<input type="checkbox"/> Sexual											
<p>5. Breve descrição dos fatos:</p> <p>_____</p>											

<div style="border-bottom: 1px solid black; height: 15px; margin-bottom: 5px;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 15px; margin-bottom: 5px;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 15px; margin-bottom: 5px;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 15px; margin-bottom: 5px;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 15px; margin-bottom: 5px;"></div>		
<p>7- Encaminhado para:</p> <p>() Conselho Tutelar</p> <p>() Conselho do Idoso</p> <p>() Delegacia</p> <p>() CREAS</p> <p>() Ministério Público</p> <div style="display: flex; justify-content: space-between; margin-top: 20px;"> <div style="width: 60%; text-align: center;"> <p>_____</p> <p>Assinatura do responsável pelo recebimento</p> </div> <div style="width: 35%;"> <p>Data: ____/____/____</p> </div> </div>		
<p style="text-align: center;">TELEFONES ÚTEIS</p> <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%; vertical-align: top;"> <p>Delegacia-190</p> <p>SAMU - 192</p> <p>Bombeiro- 193</p> <p>Conselho Tutelar:</p> </td> <td style="width: 50%; vertical-align: top;"> <p>Disque Direitos Humanos- 100</p> <p>Central de Atendimento à Mulher -181</p> <p>Violência contra o Idoso- 181</p> <p>Violência Contra à Criança e o Adolescente -100</p> </td> </tr> </table>	<p>Delegacia-190</p> <p>SAMU - 192</p> <p>Bombeiro- 193</p> <p>Conselho Tutelar:</p>	<p>Disque Direitos Humanos- 100</p> <p>Central de Atendimento à Mulher -181</p> <p>Violência contra o Idoso- 181</p> <p>Violência Contra à Criança e o Adolescente -100</p>
<p>Delegacia-190</p> <p>SAMU - 192</p> <p>Bombeiro- 193</p> <p>Conselho Tutelar:</p>	<p>Disque Direitos Humanos- 100</p> <p>Central de Atendimento à Mulher -181</p> <p>Violência contra o Idoso- 181</p> <p>Violência Contra à Criança e o Adolescente -100</p>	